

REVISTA PET ECONOMIA UFES

v.3 n.2

BRASIL EM
(DES)CONSTRUÇÃO



Equipe Editorial (2023/1)

Editor Chefe: Vinícius Vieira Pereira;

Edição: Diogo Schiavinatto, Júlia Paulino Rocon e Maria Luiza Moura Patricio;

Revisão: Bruna Cavati Rossi, Diogo Schiavinatto, Elóra Cristóvão Travezani, Isabela Ahouagi e Matheus Moreira Leopoldo de Souza.

Revisão Final: Henrique dos Anjos Moura, Júlia Paulino Rocon e Naomi Prates de Lemos Santos;

Diagramação e arte: Arthur Buffon Rodrigues Viana, Breno Liebbmann Vervloet, Matheus Ferreira Maia e Maria Luiza Moura Patricio.

Imagem capa: Quadro A Pátria, de Pedro Bruno (1919), óleo sobre tela. Página eletrônica do Museu da República, Rio de Janeiro, www.museudarepublica.org.br.

Registro ISBN:

PET-Economia/Ufes, Vitória - ES, 2023.

Sumário

Introdução	<u>3</u>
Convidado Especial: Rodrigo Straessli Pinto Franklin	
Construção, Reconstrução e Desconstrução	<u>7</u>
Diz aí, Economista! - professor Adriano Lopes Almeida Teixeira	<u>12</u>
Relato da petiana egressa: Elionai Lisboa de Aguiar Rodrigues	<u>16</u>
Resenhas Econômicas	
No Era Depresión, Era Capitalismo	<u>19</u>
O Brasil De Bolsonaro: Um Pária Internacional	<u>24</u>
Vai Acabar Em Pizza?	<u>30</u>
No País Do Zé Gotinha	<u>35</u>
Lei Rouanet: O Desmonte Da Cultura No Brasil	<u>39</u>
Petrobras E O Aumento Dos Derivados: De Quem É A Culpa?	<u>43</u>
Salário: O Mínimo Do Mínimo	<u>47</u>
Mais um boleto Pra Pagar?	<u>51</u>
Saúde: Um Bem ou Um Direito?	<u>55</u>
Jogos De Azar Sorte!	<u>59</u>
Perigoso Glamour - Até Quando O Vilão Será Mocinho?	<u>63</u>
O Bolsonarismo Pós-Bolsonaro	<u>67</u>
Verás Que Um Filho Teu Não Foge À Cop	<u>71</u>
Mostra de Artigos	
Mercado de trabalho e o acesso à terra no Espírito Santo entre 1888 e 1930	<u>75</u>
Sportswashing: o Esporte no meio das Relações Internacionais	<u>93</u>
Conheça seu PET	
PET Engenharia Mecânica	<u>102</u>

Introdução

*Vinícius Vieira Pereira*¹



Caro leitor,

A sexta edição da Revista do PET Economia Ufes chega em um momento de importantes discussões e debates, seja na arena política, econômica ou social, sobre as possíveis alternativas para a reconstrução da economia e da sociedade brasileiras, devastadas que foram, não apenas ao longo dos últimos quatro anos, mas desde 2015, quando do impeachment da presidenta Dilma Rousseff. E podemos afirmar que, em diferentes esferas da nossa vida, algum tipo de processo de desconstrução foi posto em marcha nesses últimos anos. A tarefa que o novo governo empossado em janeiro de 2023 tem pela

frente não será nada fácil, especialmente por se tratar de um ano em que as projeções de crescimento econômico, tanto nacional quanto mundial, não se revelam nada otimistas.

Assim, nesta edição da revista, os textos cuidadosamente escritos pelos bolsistas do PET Economia da Ufes durante o ano de 2022 e que compõem a seção Resenhas Econômicas mostram a percepção e o sentimento desses jovens estudantes em relação aos problemas e as angústias que afligem a nossa sociedade, a qual precisará passar por um profundo e amplo processo de reconstrução, o mais urgente possível. Versando sobre os mais diferentes temas que tomaram conta dos noticiários durante o mais longo dos anos, 2022, os textos revelam o olhar e as impressões dos autores sempre a partir de um prisma crítico, independente, autônomo. Vejamos alguns desses temas.

A ofensiva contra o meio ambiente, o avanço do desmatamento da Amazônia e a inércia e o completo descaso do governo Bolsonaro em relação aos compromissos assumidos nas conferências mundiais sobre o clima, ou Conferências das Partes (COP), em favor do acompanhamento e da defesa da vida em nosso planeta; a redução do impacto e da amplitude da vacinação no Brasil, bem como a volta do questionamento sobre sua eficácia e importância entre nossa população, e o risco que tal postura representa para o retorno de doenças e epidemias já praticamente erradicadas entre

¹ Professor adjunto do departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e tutor do Programa de Educação Tutorial PET-Economia/Ufes.

nosso povo; o desmonte da cultura, da produção artística e intelectual brasileira e da história de nosso passado, abandonadas à própria sorte e sem qualquer fonte de financiamento público capaz de garantir a continuidade de suas formas de expressão; o desrespeito, o esquecimento e o abandono de nosso país por parte da comunidade internacional, após um longo período de destacado protagonismo brasileiro alcançado até 2015; as desestatizações de importantes empresas, como a Petrobras e a Eletrobras, cujas funções e atuações representam grande impacto econômico e social como, por exemplo, sobre o nível de preços; o ataque contra as universidades públicas do país como projeto governamental publicamente anunciado em favor da privatização do ensino superior e das ideias liberais sobre o financiamento individual da formação universitária; o abandono do trabalhador brasileiro, cujos direitos foram destruídos por reformas trabalhistas habilmente desenhadas para tornar seu salário o mínimo dos mínimos; assim como a saúde pública, um direito de todo cidadão, negligenciada, abandonada e descapitalizada, principalmente no pior momento da pandemia, num claro esforço de privatização e de criação de um mercado para saúde no Brasil; esses são alguns dos temas das resenhas que convido o leitor a conferir, mas não param por aí.

As resenhas também invadem a arena política e os estudantes trazem temas que se destacaram em 2022, como a instalação da CPI da COVID-19 no Congresso Nacional e o questionamento sobre sua real capacidade de punição dos envolvidos em esquemas de corrupção, falhas, negligências e crimes contra a população brasileira no que diz respeito ao enfrentamento da pandemia (seria um bom momento para nos perguntarmos quantos foram os punidos...); soma-se a isso, a polarização, o revanchismo, o ódio e o conturbado ambiente político deixado como herança após quatro anos de Bolsonaro e do bolsonarismo, este último ainda incrustado nas entranhas da política brasileira e perigosa fonte de ameaça à nossa democracia, afinal, o discurso de ódio, tão bem alimentado nos últimos quatro anos, ainda espreita, e se faz ouvir, nas profundezas das redes sociais e da internet, de modo geral.

Completando a seção das Resenhas Econômicas, os temas se voltam para a esfera comportamental, do entretenimento e do sofrimento psíquico. Afinal, numa sociedade que a cada dia relata mais e mais casos de depressão e outros transtornos psíquicos entre jovens e adolescentes, é preciso avaliarmos quais as origens da exacerbação da cobrança individual por sucesso e desempenho e quais as consequências dessa forma produtivista de se viver a vida sobre a saúde dos indivíduos nesses tempos de neoliberalismo; importante discutir também sobre a questão do crescimento e da popularização da prática de apostas esportivas pela internet nos últimos anos e o risco dessa atividade tão lucrativa sobre a integridade do esporte, o qual se vê cada vez mais assediado pelos esquemas de corrupção nas apostas; ou ainda, sobre outra onda que invadiu a telinha das residências durante a pandemia e que merece destaque em nossas resenhas, a popularização das

séries e filmes baseados em crimes reais, bem como os efeitos desse tipo de entretenimento sobre o imaginário das pessoas, que pode ir desde a banalização da violência à glamourização e romantização do crime, e tudo isso em nome do lucro dos estúdios e plataformas de *streaming*.

Em um ano em que a posse do novo governo eleito é marcada por atos de vandalismo contra o resultado das eleições cometidos por bolsonaristas ensandecidos no último oito de janeiro, faz-se necessário avaliar as possibilidades concretas do novo governo, de ampla coalizão política e partidária, de enfrentar os desafios que nossa sociedade apresenta. Reajustes reais do salário mínimo, política de preços da Petrobras e o preço dos combustíveis, nível da taxa de juros e inflação, novo arcabouço fiscal, proteção ambiental e ações em defesa das comunidades indígenas contra garimpos ilegais, regulação das redes sociais, resgate do protagonismo internacional junto aos blocos econômicos comerciais, pressão política e jurídica em torno dos atos golpistas de oito de janeiro... esses são apenas alguns dos desafios que marcam os primeiros meses da nova gestão presidencial.

É diante desse cenário de mudanças e expectativas em relação aos próximos quatro anos de gestão do presidente Lula que o professor Dr. Rodrigo Franklin, do Departamento de Economia da Ufes, na seção Texto do convidado, faz um balanço crítico sobre as possibilidades de sucesso do novo governo diante de pautas tão diversas, importantes e espinhosas para a economia brasileira. Trazendo à memória as experiências vividas durante os governos Lula e Dilma em nosso passado recente e trabalhando com as expressões construção, desconstrução e reconstrução, o professor analisa as expectativas depositadas no novo governo, venham elas de liberais, conservadores ou socialistas... o que esperar? Como agradar a todos? Leia e confira!

A seção Diz aí Economista traz uma entrevista com o professor de Economia Política do Departamento de Economia da Ufes, Dr. Adriano Lopes Teixeira, abordando temas que vão desde o dilema da conciliação entre fé e marxismo, passando pelo debate sobre tecnologia, inovação, mídias sociais e novas formas de valorização do capital, até o momento político vivido atualmente no Brasil, após quatro anos do governo Bolsonaro, frente às expectativas em relação ao novo governo empossado em 2023.

A petiana egressa desta edição é a bacharel em Ciências Econômicas da Ufes, Elionai Lisboa, que nos conta um pouco sobre sua trajetória na Ufes e a importância de sua integração ao PET Economia. Revelando como as atividades contribuíram com sua formação acadêmica e profissional e o significado do aprendizado adquirido junto ao programa, o qual, segundo ela própria, “ajudou a desenvolver sua voz crítica”, Elionai abre um pouco de sua experiência de vida como petiana na Ufes.

A seção de artigos abriga os textos resultantes de pesquisas produzidas pelos bolsistas do PET Economia ao longo de 2022, como parte de uma atividade regular do programa denominada Mostra Interna de Artigos. Para esta edição, trazemos duas contribuições teóricas inéditas. A primeira, de Matheus Maia, trata de uma nova expressão bastante em voga e associada à economia dos esportes: *sportswashing*. Convido o leitor a entender um pouco mais sobre esse termo e perceber como um esporte mundialmente popular como o futebol pode ser usado como estratégia internacional para promover a imagem de um país, alterando ou maquiando sua imagem perante o globo. Veremos porque o tema ficou em evidência a partir da Copa do Mundo de Futebol no Qatar.

O segundo artigo foi produzido pela bolsista Elóra Travezani, que faz um estudo sobre a formação econômica do Espírito Santo, mais especificamente, a relação entre o mercado de trabalho no estado entre 1888 e 1930 e o acesso à terra. A estudante busca entender a situação dos trabalhadores, nacionais e estrangeiros, brancos e de cor, e como esse *status* agiu sobre cada um desses grupos, beneficiando-os ou prejudicando-os na busca por trabalho e acesso à terra.

A seção Conheça seu PET desta edição da nossa revista traz um pouco da história, da formação e das atividades do PET Engenharia Mecânica da Ufes. Em um bate-papo descontraído e com muita troca de experiências e vivências, a nossa atividade de integração serviu para estreitar os laços entre os dois grupos e como forma de conhecermos um pouco mais sobre ambos. O texto que integra esta edição conta um pouco mais sobre o PET Mecânica da Ufes.

Enfim, caro leitor, esperamos que o trabalho de pesquisa, escrita e organização realizado pelos bolsistas do programa PET Economia da Ufes para esta sexta edição de nossa revista leve até você um material atual, de qualidade, feito a partir de uma perspectiva crítica e que aborda as principais questões de nosso tempo.

Aproveite a leitura.

Construção, Reconstrução e Desconstrução

Rodrigo Straessli Pinto Franklin



Professor do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES).

Em 08 de janeiro de 2023, o Brasil assistiu atônito a cenas bizarras que pareciam ter saído de um filme de comédia de mau gosto. Uma massa disforme de torcedores da seleção (?)² invadia e destruía as sedes dos três Poderes com um objetivo que não era nem um pouco claro. Essas pessoas queriam derrubar o poder? Tomar de assalto as instituições? Implantar um

² Para não deixar dúvida sobre sua posição, a Confederação Brasileira de Futebol emitiu, no dia seguinte, uma nota oficial (no twitter?) repudiando com veemência o uso da camisa da seleção brasileira em atos antidemocráticos: “Estimulamos que a camisa seja usada para unir e não para separar os brasileiros”.

caos que só poderia ser superado por um golpe militar? De todo modo, a única coisa que elas conseguiram (além de serem presas) foi estabelecer um marco, uma data, que serviria para indicar nos livros de história o fim do governo Bolsonaro.

É claro que o conhecimento popular já reconheceu que a gestão do terceiro governo Lula (o assim chamado “Lula 3”) começou efetivamente após o resultado do pleito eleitoral em outubro de 2022 – consequência do profundo estado de letargia que passou a dominar o (des)governo então vigente. No entanto, a realidade de sua posse e a transição do poder foram o tempo todo postos em dúvida no submundo dos grupos de whatsapp bolsonaristas, que ainda alimentavam o “sonho” do retorno (ou permanência) de seu messias.

Daí o simbolismo do atentado aos três Poderes em janeiro deste ano. Por um lado, ele é um símbolo, uma “última tentativa” que representa todas as realizações do governo anterior (isto é, usar tudo ao seu dispor com o intuito de destruir a democracia no país). Por outro lado, ele marca, de fato, o início da desconstrução do fascismo no país – a partir daí, cabe ao governo Lula juntar os cacos do que restou e iniciar o processo de reconstrução do Brasil.

Para acabar com o fascismo remanescente e impedir o retorno da perspectiva autoritária nas eleições de 2026, o governo Lula precisará

ser bem-sucedido não só em superar o ódio, mas também em reativar as engrenagens da economia, recuperando o emprego e a renda. A estabilidade política nas democracias capitalistas depende do nível de consumo da classe trabalhadora. Por isso, garantir ao trabalhador emprego e uma renda suficiente para manter a si e a seus filhos de forma digna é importante para que a população compreenda de forma visceral que a democracia lhe apresenta uma perspectiva de futuro – ao contrário do projeto fascista.

A questão que precisamos avaliar é: como um governo de coalização tão ampla e contraditória pode atingir esse objetivo? Em outras palavras, como um governo que integra de liberais-conservadores a socialistas pode impulsionar uma agenda que, ao mesmo tempo, agrade a todos e gere as respostas que a sociedade procura?

Uma marca de todos os governos Lula é exatamente a preocupação (excessiva?) com a governabilidade (SINGER, 2012). Entretanto, se em Lula 1 e 2 tínhamos a sensação de que o governo jogava o bebê fora junto com a água do banho, em Lula 3 podemos captar indícios de que o governo se preocupa, sempre que possível, com o que é essencial, enquanto abre mão do que pode ser considerado como questões laterais ou como batalhas que já se iniciam perdidas. Vejamos a coisa mais de perto.

Um Brasil em desconstrução

Os primeiros esforços de Lula 3 centraram-se não em criar algo novo, mas em desconstruir um conjunto de mudanças feitas nos últimos anos que impuseram pesadas perdas para a população em geral e para a classe trabalhadora em particular. Uma série de

decretos e medidas provisórias, editadas ainda em seu primeiro dia de governo, incluíam medidas como: a reversão da política de armamento da população, a retirada de sigilos de 100 anos sobre informações relacionados ao governo anterior, e o início do combate ao garimpo ilegal – que posteriormente resultaria na Operação Yanomami, revelando o tamanho do desastre humanitário que havia se instalado no país.

A reversão da trajetória representada por esse “revogação” foi tão profunda que será difícil encontrar na história do Brasil alguma administração que tenha gerado tantos efeitos positivos em apenas um dia de governo. No entanto, há muita coisa ainda que desconstruir, muitas das quais não dependem apenas de uma canetada do presidente, mas de amplas articulações políticas envolvendo Executivo, Legislativo e Judiciário. E o problema reside no fato de que parte do apoio que o governo tem nos três Poderes é resistente à mudança.

Tomemos o teto dos gastos como exemplo. Mesmo após ter-se formado quase um consenso em torno de sua ineficácia, muitos ainda resistem em substituí-lo por outra coisa. A proposta do novo arcabouço fiscal elaborada pela equipe econômica do governo teve de levar isso em conta, e apresenta (dentro de uma política do possível) um conjunto de regras que incluem o uso da política fiscal para impulsionar a economia, mecanismos anticíclicos para momentos de crise, e o incentivo ao investimento público; tudo isso ao mesmo tempo que limita o crescimento dos gastos e se compromete com a geração de superávits primários.

Essa proposta tem soado tão mágica que gerou reflexos até mesmo no debate acerca da autonomia do Banco Central (BC) – outro tema muito caro para parcela de parlamentares que

aceitam negociar com o governo Lula. Por exemplo, Rodrigo Pacheco, presidente do Senado Federal e histórico defensor dessa bandeira, surpreendeu-se tanto com esse arcabouço fiscal “muito bem estruturado” e começou a argumentar que, apesar de autônomo, o BC deve levar em consideração as circunstâncias políticas e encaminhar para uma redução da taxa de juros (OLIVEIRA, 2023).

Uma área na qual o governo certamente encontrará mais resistência diz respeito à desconstrução da reforma trabalhista. O próprio vice-presidente Geraldo Alckmin já declarou, em várias ocasiões, que a reforma aprovada no governo Temer não será revogada por Lula. Algo, no entanto, precisará ser revisto a fim de reduzir a instabilidade que esse paradigma legal gera para a classe trabalhadora, e a falta de apoio político no momento pode explicar porque o governo tem evitado abordar esse assunto de modo mais enfático.

Um Brasil em reconstrução

Além de desconstruir esse Brasil bárbaro, autoritário e desigual, o governo tem despendido esforços para a reconstrução de medidas que já se mostraram bem-sucedidas no passado e que só foram canceladas ou para mergulhar deliberadamente o país em um caos ou para se afastar das marcas de um governo “comunista”.

O governo restaurou o Fundo Amazônia (Lula 2), conseguindo arrecadar até o momento mais de R\$ 5 bilhões de outros países para serem destinados à preservação ambiental e à promoção da sustentabilidade. Reestabeleceu o Bolsa Família (Lula 1), que exige das famílias atendidas por esse programa assistencial contrapartidas, como garantia de frequência

escolar, acompanhamento pré-natal e atualização vacinal. Reeditou programas como o Minha Casa, Minha Vida (Lula 2) e o Mais Médicos (Dilma 1).

Essa estratégia de reconstrução tem se mostrado como um caminho rápido de ser trilhado e com baixo custo político. Isso porque o governo pode adequar os aspectos mais polêmicos dessas medidas para não gerar rugas com seus aliados mais conservadores.

O Mais Médicos tem sido um exemplo disso. Criticado por setores conservadores e desinformados, o programa foi apontado como um meio de trazer “guerrilheiros” ao Brasil e de financiar “ditaduras” estrangeiras. Na atual reedição, o governo vem enfatizando que a prioridade será a de empregar médicos brasileiros, ao mesmo tempo em que tem se esquivado de comentar sobre a contratação de estrangeiros. Considerando que os médicos brasileiros sempre tiveram prioridade no programa, isso representa apenas um ajuste no discurso, mas nenhuma mudança prática.

Embora a reconstrução do Brasil neoliberal com foco no crescimento econômico possa parecer um avanço diante de um Brasil autoritário, recessivo e submisso aos interesses estrangeiros, é preciso observar que esse nunca foi o país de nossos sonhos. Resgatar a experiência que vivemos nos períodos dos governos Lula 1 e 2 (ou até mesmo nos governos Dilma) é apostar em uma estratégia que nos gerou dois grandes problemas.

Em primeiro lugar, foi exatamente esse cenário de alianças amplas e frágeis que favoreceu o surgimento do bolsonarismo no momento em que uma crise econômica minou o apoio popular do governo. Em segundo, nós já testemunhamos como as medidas conjunturais típicas de um arranjo neoliberal são

rapidamente solapadas no momento em que deixam de ser benéficas para os interesses da reprodução do capital.

Um Brasil em construção

O maior desafio que o presidente Lula enfrenta é exatamente a necessidade que tem de romper com seu passado, mostrando qual é, efetivamente, o público que entende como sendo sua base política e enfrentando problemas estruturais – que historicamente preferiu adiar.

A forma como a equipe econômica do governo tem apontado para o espinhoso tema da tributação como uma solução para a dita crise fiscal do Estado é uma indicação de que as questões estruturais estão em sua pauta. Historicamente, a reforma tributária no Brasil tem sido entendida como simplificação e redução de impostos, como se isso fosse gerar mais empregos por si só. Mas o governo Lula tem posto isso em xeque ao mirar nas renúncias fiscais como uma forma de recompor receitas. E, ainda, quando o ministro da fazenda, por exemplo, sugere a necessidade de eliminar a manobra dos Juros sobre Capital Próprio, ele sinaliza a disposição do governo de enfrentar os interesses de grandes grupos empresariais na construção de uma reforma tributária.

Mas acredito que a mais notória das proposições estruturais está sendo feita por meio da sua agenda internacional. Além de ter resgatado o protagonismo do país em tempo recorde – ofuscando o presidente em exercício antes mesmo da posse –, o governo não só restaurou uma posição neutra e pragmática (LIMA, 2023) como também tem colocado à mesa um dos debates mais significativos da

economia internacional desde Bretton Woods: a soberania do dólar como divisa internacional.

Se Lula for bem sucedido em eliminar o uso da moeda norte-americana na comercialização com nossos dois principais parceiros comerciais (Argentina e China), tal como tem proposto, isso não só ampliará nossa capacidade de importação como poderá mudar todo o jogo de forças da geopolítica mundial. A mudança da posição que o Brasil ocupa nesse cenário poderá ser muito benéfica para nossa trajetória de longo prazo.

De todo modo, muitas outras medidas estruturais precisam ser tomadas, tais como a consolidação de uma política de reajuste dos salários, a construção de uma educação inclusiva e transformadora, a regulamentação da mídia, o combate às *fake news* etc. Mas avançar nessas transformações requer um misto de paciência e capacidade de articulação política.

É sempre importante lembrar que a maioria dos representantes eleitos para o Congresso Nacional se consideram de direita ou conservadores. Muitos desses grupos só conseguiram integrar a base do governo Lula por verem em Alckmin não apenas um vice decorativo, mas uma verdadeira apólice de seguro. O fantasma do impeachment assombrará o governo Lula do início ao fim, limitando sua capacidade de ação.

A atuação dos movimentos sociais no sentido de pressionar o governo para a adoção de políticas mais populares é uma peça chave para ampliação do seu poder de barganha dentro da ampla coalizão política que o sustenta. Quanto mais a voz das ruas se fizer ouvir, mais fácil será para o governo construir as políticas necessárias para deixarmos para trás o autoritarismo e o obscurantismo. Por isso, o

atual contexto nos impõe um dever histórico: lutar por direitos é lutar contra o fascismo.

Referências

LIMA, Maria Regina Soares De. **A dialética da política externa de Lula 3.0**. CEBRI-Revista: Brazilian Journal of International Affairs, n. 5, p. 79–95, 29 mar. 2023.

OLIVEIRA, Germano. **A demissão do presidente do BC é algo fora de cogitação, diz Rodrigo Pacheco**. Disponível em: <https://istoe.com.br/a-demissao-do-presidente-do-bc-e-algo-fora-de-cogitacao/>. Acesso em: 28 abr. 2023.

SINGER, André. **Os sentidos do lulismo: reforma gradual e pacto conservador**. São Paulo: Companhia das Letras, 2012.

Diz aí, Economista!

Adriano Lopes Almeida Teixeira



Professor de Economia do Departamento de Economia da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES). Graduado em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (1993), mestrado em Economia pela Universidade Federal do Espírito Santo (2003) e Doutorado em Economia pela Universidade Federal de Minas Gerais (2014), com período sanduíche em School of Oriental and African Studies.

1) O escritor, psicanalista e professor Rubem Alves, autor de livros religiosos, educacionais, existenciais e infantis, é considerado uma das principais referências no pensamento sobre educação e tem uma bibliografia que conta com mais de 160 títulos distribuídos em 12 países. Foi um dos mais ilustres, isso para dizer o mínimo, provocadores de nossos

tempos. No ano de 2015, foi homenageado na Ufes com a outorga do título honorífico Doutor Honoris Causa concedida (in memoriam) pelo então reitor Reinaldo Centoducatte e pela vice-reitora Ethel Maciel na UFES. Assim como Rubem Alves, além de professor, o senhor também se apresenta como pastor. Quais embates, barreiras e pontes que o ministério pastoral e o cargo de docente, principalmente no que tange à disciplina de Economia Política, lhe propõem nos tempos atuais?

R: Essa pergunta revela uma certa estranheza das pessoas quanto ao fato de um acadêmico, ou cientista, carregar paralelamente à sua vida profissional uma militância de fé. A questão subjacente é sobre a possibilidade de conciliação das duas trajetórias, um problema que a meu ver não existe por si só, mas que pode ser criado dentro do universo interior de cada indivíduo. Acho Rubem Alves um excelente ponto de partida para a questão aqui posta. Grande referência para todos nós, tanto pela vida intelectual fecunda que teve quanto pelo seu intenso ativismo social, ele viveu intensamente aquilo que arrisco chamar aqui de “problema da conciliação”, que, como já sugeri acima, entendo ser um falso problema, e que, no caso dele, foi amplamente alimentado por aqueles com quem ele convivia no campo

religioso. Se ele próprio contribuiu para o problema existir, acho difícil julgar, por entender que a fé de cada um é algo inescrutável. Mas, insisto na ideia de ser um falso problema por acreditar que o Evangelho não tem a missão precípua de melhorar nossa vida terrena. Jesus disse que o reino dele não era deste mundo, além de, em diversas passagens, deixar claro que estaríamos livres para decidir sobre as questões correntes da vida. Isto não significa que a Bíblia não tenha conselhos para a vida prática ou que devamos viver alheios aos compromissos e deveres como cidadão, profissional, pai, filho, esposo etc, não significa também enxergar total dissociação entre fé e vida terrena.

Quando a Bíblia diz que “a fé sem as obras é morta”, ela preconiza a necessidade da fé gerar frutos neste mundo mesmo. Porém, a ordem aqui é fundamental. Não são as obras que geram ou que fortalecem a fé. As obras, mesmo que sem fé, não deixam de ser algo admirável, mas, em si mesmas, não têm relação alguma com o sentido maior do Evangelho, que é preparar o homem para uma vida que vai além da terrena. Jesus não teria se dado a todo aquele trabalho apenas para nos prover bem-estar social. Talvez, aqui, eu vá chocar alguns ao dizer que, de forma alguma, estarei mais perto de Deus por ser um ativista social, embora entenda a preocupação com o ser humano e a ação efetiva em favor dos mais necessitados. Uma boa prática social como consequência da fé é algo irrefutável do ponto de vista bíblico. E diria, ainda, que a fé não colide com uma perspectiva revolucionária.

Entender o contrário seria pura resignação. Por tudo isso, sempre enxerguei a Economia Política como ela é: ciência desta e para esta vida apenas, instrumental poderoso para compreender a forma de ser de uma sociedade extremamente complexa, como é a capitalista. Sempre tive curiosidade de entender o porquê do mundo ser como é. Não me bastavam as respostas formuladas pela ciência econômica convencional para explicar os movimentos da superfície. Nesse sentido, acho bastante útil a explicação dada por Marx sobre o objetivo maior de suas pesquisas, que era entender a anatomia da sociedade burguesa. Mesmo para quem vá atuar apenas na superfície, entender a anatomia, o interior e as conexões internas me parece fundamental para prática profissional do economista em qualquer área que esteja.

Quando querem conciliar a teoria de Marx ou qualquer outra visão teórica com a fé, o falso “problema da conciliação” reaparece.

2) Tomemos como ponto de partida a “sociedade tecnológica” que vivenciamos hoje, sendo esta como aquela posta pelo filósofo, sociólogo e teólogo Jacques Ellul (1912-1994), em que os meios não mais justificam os fins devido a prevalência de medidas técnicas implantadas na forma como interagimos e vivemos. Tais medidas, tão marcadas pelo caráter mais evidente do sistema econômico capitalista, o lucro, nos fornece uma nova “tradição” que representa perfeitamente esse caráter de fim em si mesmo, a inovação. Ao seu ver, esse contexto da “sociedade tecnológica”, em que a liberdade se esmaece em função do relógio,

dos dados, das previsões, da utilidade, da “razão” e, principalmente, do lucro, é algo consolidado ou o senhor ainda vê possibilidades de um viver mais imprevisível e saudável – visto que essa nova tradição traz efeitos colaterais, como da condição “FOMO” (Fear Of Missing Out, “medo de ficar de fora” em tradução livre), que afeta consideravelmente a qualidade de vida do ser humano contemporâneo –, fora deste ciclo de créditos, no qual depositamos toda a nossa confiança, assim como nossos deveres, desde o dia em que nascemos?

R: Soa com certa imprecisão a afirmação de que a inovação é um fim em si mesmo. De fato, não faz sentido a inovação pela inovação. Na sociedade capitalista, ela é consequência inescapável da busca pelo lucro ou, num sentido mais geral, dos movimentos de valorização do capital. Entender esta categoria, o capital, como uma força que nos sujeitou aos seus ditames é fundamental para deixarmos de continuar contemplando fenômenos contemporâneos como se fossem naturais e indecifráveis. Não foi a tecnologia que nos dominou, foi o capital! A tecnologia está a serviço dele. E, aqui, convoco novamente a Economia Política para dizer que, embora a “FOMO” tenha aspectos que ultrapassam o econômico, ela está, em certa medida, associada a um fenômeno que desde os primórdios do capitalismo mostrou-se estrutural e permanente, a saber, o que se conhece como exército industrial de reserva. Estamos tão subordinados a essa forma de vida, que o “fear of missing out”, ou “medo de ficar

de fora” aparece para muitos como problema que por alguns momentos se atenua com a conquista de uma boa colocação no mercado de trabalho. Naturalmente, a luta para manter o que já conseguiu tende a recrudescer a “FOMO”, o que reforça mais um aspecto contraditório do capitalismo. Acredito na tecnologia como um processo irreversível, do qual não podemos prescindir, mas que não tem compromisso algum com a provisão de uma vida mais saudável. Ela é uma espécie de contradição em processo, que melhora e degrada ao mesmo tempo a vida do ser humano, além de tornar nossos movimentos cada vez mais monitoráveis e previsíveis.

3) A popularização de conteúdos cada vez mais curtos, como vídeos do tiktok, dentro do mundo do entretenimento, é uma entre as várias formas de agilização do cotidiano que observamos nos últimos séculos. Aos poucos, tarefas mais lentas têm sido eliminadas até mesmo do nosso lazer por não serem compatíveis com a velocidade do acúmulo de capital. Na sua visão, essas novas formas de aceleração do cotidiano, trazidas pelo capitalismo, são naturais à nossa busca por praticidade ou não passam de mais uma forma de exploração do trabalho? Quais as consequências dessa aceleração na nossa sociedade?

R: Há quem arrisque dizer que as redes sociais e as diversas ferramentas de transmissão rápida de pequenos conteúdos impactarão não apenas a criatividade e o livre pensar enquanto comportamentos sociais, mas também a nossa própria estrutura cerebral. Parece ser ainda

cedo para ter certeza das consequências gerais, mas já testemunhamos hoje em dia uma resistência muito forte à leitura de livros mais extensos ou de grandes clássicos. Conteúdos que requeiram mais tempo de leitura e mais esforço geralmente são adiados para um futuro que nunca chega, caminhando para se tornar uma prática impensável para as novas gerações, com contornos de tortura. Não podemos reduzir a explicação desses processos a causas econômicas apenas, mas está claro que a aceleração do ritmo de tudo não se dá no vazio, sem o suporte de conglomerados gigantes, que muitas vezes mantêm grandes investimentos em pesquisa e tecnologia mesmo sem lucratividade imediata. Mas, são esses movimentos que vão abrir espaços no mercado, através da consolidação de práticas, hábitos e produtos para garantir a apropriação de lucros futuros. Cria-se um círculo vicioso, pois aquilo que inicialmente parece um facilitador da nossa vida cotidiana vai requerer, em momento subsequente, novas facilitações. Na forma como a sociedade atual está estruturada, nós não apenas não temos como fugir disso tudo, como até contribuimos para a exploração do nosso próprio trabalho.

4) Em março de 1985, a atriz Fernanda Montenegro recebeu um convite do ex-secretário da Cultura de Minas Gerais, que posteriormente foi governador do Distrito Federal, José Aparecido de Oliveira, para assumir o cargo principal no então recém-criado Ministério da Cultura. A atriz negou o convite com uma carta justificando sua escolha, em que chama atenção o

seguinte trecho ``Pobre do país, cujo governo despreza, hostiliza e fere os seus artistas. E finaliza: ‘Esse Brasil acabou’ ” . O senhor vê paralelos da fala da artista com aquela conjuntura e o cenário econômico e político vigente? Além disso, o senhor vê alguma saída desse cenário?

R: Difícil não lembrar do episódio ocorrido com a atriz Regina Duarte, também convidada recentemente para assumir posto equivalente ao que foi oferecido à atriz Fernanda Montenegro naquela época, e não associar com a famosa frase de Marx no 18 de Brumário de Luís Bonaparte de que “a história se repete; a primeira como tragédia, a segunda, como farsa”. Se foi trágico lá atrás, hoje vivemos uma farsa completa. Ali, em março de 1985, estávamos nos encaminhando para o fim do regime militar e a retomada da democracia. Ou seja, havia esperança! Teríamos como presidente José Sarney, alguém que, admiremo-lo ou não, era um intelectual e político que, sob certo ponto de vista, esboçava naquele momento as condições mínimas para ocupar o posto. Quando comparamos os governos anteriores ao que se findou em 2022, passamos até a nutrir por aqueles uma admiração que não tínhamos. Tenho escutado, por exemplo, comentários elogiosos ao presidente Michel Temer feitos por pessoas que o abominavam. Estamos na expectativa de que, com o novo governo que se inicia, novos ventos soprem nos campos da diversidade cultural brasileira.

Relato da Petiana Egressa

Elionai Lisboa de Aguiar Rodrigues



Egressa do PET-Economia/UFES. Graduada em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo. Tem experiência na área de Economia com ênfase em América Latina.

Mulher cristã, casada e mais velha que a maioria de meus colegas, quando entrei na Universidade me senti um pouco deslocada. Porém, quando soube do PET Economia sabia que era algo que eu queria fazer parte.

Na verdade, na primeira semana de aula, na famosa recepção dos calouros, um veterano

disse que eu era a cara do PET, não sabia que petiano tinha cara mas foi o que ele disse. Lembro que na hora pensei que era um projeto com animais. Embora possa ter sido um comentário talvez irônico, ficou na minha cabeça, até que nessa mesma semana os petianos apresentaram o programa, aí tive certeza que queria fazer parte disso.

O Programa me ajudou de várias maneiras ao longo da minha graduação. Um dos maiores desafios que enfrentei foi falar em público. Com vários economistas na plateia, o medo da avaliação sempre esteve presente. No entanto, o PET forneceu uma plataforma para que eu praticasse minhas habilidades de oratória e recebesse retornos construtivos de meus colegas. Lembro-me de ter ficado nervosa na primeira avaliação e esse é um ponto enriquecedor do programa, a avaliação constante, tudo que fazíamos tinha avaliação depois, todos avaliavam todos, levantam pontos negativos e de melhoria, éramos avaliados por nossos pares e pelo tutor. O Maurício sempre foi muito gentil e cuidadoso em suas avaliações apesar de toda a sua capacidade intelectual e de ser sempre muito crítico com alguns conceitos comumente usados na economia.

Quero destacar o imenso valor de participar do programa, pois através dele pude obter um

profundo sentimento de satisfação por ajudar outras pessoas a entender os desafios que nossa sociedade enfrenta de maneira prática e significativa. Além disso, o PET desempenha um papel vital na democratização do conhecimento sobre a economia. A economia costuma ser vista como um assunto intimidador, cheio de jargões técnicos e conceitos complexos que podem torná-la inacessível para muitas pessoas. No entanto, ao decompor esses conceitos em uma linguagem mais simples e disponibilizá-los para um público mais amplo, atividades como Economês ajudam a nivelar o campo de atuação e garantem que todos tenham a oportunidade de se envolver e entender a economia.

Por meio do PET Economia, também tive a oportunidade de escrever resenhas, o que melhorou minha redação e me permitiu explorar diversos temas dentro e fora da economia, já que tínhamos liberdade de escolha do tema que quiséssemos.

Sem falar do privilégio que o petiano tem de ter um acesso maior aos professores, já que passávamos o dia todo no departamento de economia, alguns nem tanto mas eu sempre estava lá todas as tardes então era possível uma maior interação com eles, eu estava sempre na sala de algum professor seja para tirar dúvidas do boletim de conjuntura ou até mesmo discutir sobre temas da atualidade, frequentei muito a sala do professor Vinícius, que além de ter sido meu orientador na monografia, eu gostava de ouvir ele falar sobre os rumos da economia brasileira.

Enfim, foram vários grupos de estudo, projeto de pesquisa, reuniões literárias, seminários, apresentação de teatro e até na rádio eu tive a oportunidade de falar e tive a honra de entrevistar vários professores. Lembro-me de ter ficado orgulhosa com o resultado da apresentação do Teatro do Oprimido, o Boal também teria ficado feliz se assistisse a nosso desempenho.

Os ganhos acadêmicos que obtive através do programa foram significativos. Pude desenvolver uma visão crítica da economia, o que me ajudou a analisar questões econômicas de forma mais matizada e informada. Também desenvolvi minhas habilidades de pesquisa, que foram fundamentais para minha decisão de seguir carreira em pesquisa. O PET me ajudou a enxergar o valor da pesquisa e a importância de contribuir com a comunidade acadêmica.

Não vou negar que houve momentos em que tive vontade de desistir, tive medo de nunca conseguir vencer meu medo de falar em público. Mas persisti e aprendi que a única forma de superar meu medo era enfrentá-lo de frente.

Como estudante de economia, sempre senti que faltava algo nas teorias econômicas tradicionais que aprendi em sala de aula. Porém, depois que entrei no PET descobri o mundo da economia heterodoxa e encontrei minha voz crítica. Sendo possível discutir minhas idéias e perspectivas com pessoas afins que também buscavam uma forma mais abrangente de pensar a economia. Tornei-me mais crítica em relação às teorias econômicas

tradicionais e suas limitações e comecei a abraçar teorias alternativas, que ofereciam uma maneira mais sutil e informada de pensar sobre questões econômicas.

Entendi que a economia é muito mais do que apenas um campo frio e técnico que se concentra apenas na soma de recursos ou a forma ortodoxa de conceituar como administração dos bens escassos. Vejo que a economia é muito mais do que apenas defender diferentes escolas de pensamento em um exercício intelectual - é entender as maneiras pelas quais as decisões econômicas impactam diretamente a vida das pessoas e se esforçar para criar políticas que beneficiem o bem comum.

Sendo assim, o PET foi um programa que me ajudou a desenvolver minha própria voz crítica na economia e me deu confiança para desafiar as teorias econômicas tradicionais. Agradeço a oportunidade de ter feito parte desse rico programa e pelo impacto que teve no meu crescimento acadêmico e profissional. A jornada pode ter sido difícil, mas as recompensas valeram a pena. Não posso esquecer do veterano que me alertou que eu era a cara do programa e como não existe ex petiano fico feliz em contribuir e falar com pouco da minha vivência no programa.

Não era depressión, era capitalismo

Alexandra Rayssa Nascimento Ribeiro

Daniel de Almeida Bahiense



Nona Fernández: No era depresión era capitalismo.

Disponível

em:

<https://www.elperiodista.cl/2019/10/nona-fernandez-no-er-a-depresion-era-capitalismo/>. Acesso em: 28 jan. 2022.

Tradução de “New leader of a new regime” de Lorde

Passando FPS 3000 por causa dos raios ultravioleta

Conseguí chegar à ilha no último dos aviões de ida

Tenho um porta-malas cheio de Simone e Celine e, claro, minhas revistas

Eu vou viver meus dias pra valer

Ninguém, ninguém mesmo, vai ser líder de um novo regime?

Liberte os guardiões do cenário de esgotamento psicológico

Mais um dia

Desejo e paranoia reinam com supremacia

Precisamos do líder de um novo regime

Comentário

A cantora e compositora neozelandesa, Lorde, em seu mais recente álbum, *Solar Power*, apresenta músicas que conversam com um futuro antiutópico - a descrição crítica de uma sociedade futura que segue os padrões autodestrutivos atuais. Em especial, a música *Leader of a New Regime* passa a mensagem de uma *ex-popstar* indo a um dos poucos paraísos restantes em um mundo marcado por crises e, logo em seguida, clamando por um líder que irá consertar o caos instaurado em uma sociedade decadente em questões climáticas, psicológicas e econômicas.

O conceito apresentado por Lorde, não vive apenas em sua melancólica melodia: ele é extremamente real e observado há séculos. Porém, seu constante agravamento se iniciou na década de 1980, quando o mundo começou a tomar os rumos ditados pela sociedade neoliberal. Sociedade essa que é pautada na generalização da concorrência - individualismo - e na autogestão, em que as linhas entre o trabalho e o lazer se tornam cada dia mais tênues, em conjunto das constantes crises

econômicas que o sistema capitalista sofre, e claro, não se pode desconsiderar a pandemia da COVID-19 que, no momento de escrita desta resenha, caminha para seu terceiro ano. Os motivos anteriormente citados provavelmente corroboraram para a frase “Não era depressão, era capitalismo” aparecer em uma das paredes da capital chilena, Santiago, que foi palco de uma série de manifestações no ano de 2019, que expressaram a insatisfação popular com a ordem social vigente e as heranças estruturais da ditadura militar que o país viveu entre as décadas de 1970 a 1990. Como resultado, a população obteve a aprovação de uma assembleia para redigir a constituição do país³.

A pressão mental para obtenção de dinheiro e alcance a melhores condições de vida não têm sua gênese na década de 1980. Aliás, desde sempre, no capitalismo, as populações mais pobres e proletárias vivem em situações que desafiam as estruturas mentais. Friedrich Engels, em 1885, publicou estudos de como a população inglesa pobre e trabalhadora vivia em condições desumanas, como caracteriza o autor ao dizer: “Submete-os às mais violentas emoções, às mais bruscas oscilações entre medo e esperança e persegue-os como a uma caça, não lhes concedendo nunca um pouco de paz e de tranquilidade”⁴. Entretanto, o

neoliberalismo trouxe consigo novas ferramentas que usam do sofrimento - que não é de hoje - a seu favor.

O capitalismo descobriu que o sofrimento pode ser uma ferramenta a fim de gerar mais lucros, como exemplo nos anos de 1970,⁵ em que telefonistas trabalhavam até seus limites físicos e mentais pelo medo de perder o emprego e, quando finalmente “quebravam”, eram substituídas por novas trabalhadoras. Em resumo, temos aqui um problema de saúde mental e econômico, um agravando o outro. Mas, quem será o “líder de um novo regime” clamado por Lorde, que finalmente irá resolver as crises e caos de uma sociedade que caminha em seu presente caótico?

Que poder teriam psiquiatras e psicólogos, por meio de acompanhamento e, em alguns casos, tratamento medicamentoso, para resolver um problema de grande influência econômica, já que o paciente sofre com constantes preocupações, como se o emprego no amanhã ainda estará garantido ou se será possível pagar as contas mensais? Ou o líder será economista? Apenas acompanhando os dados macro e microeconômicos e as taxas de juros que afetam a sociedade no dia a dia e pensar: “A mão invisível vai dar conta disso tudo, confie!”? E quem sabe o general vai ser um *coach*, profissão vastamente proliferada nos últimos tempos, que promete o mundo e um pouco mais, sendo generalizada até no âmbito

³ Chile comemora 2º aniversário de manifestação histórica em Santiago. Disponível em: <https://listoe.com.br/chile-comemora-2o-aniversario-de-manifestacao-historica-em-santiago/>. Acesso em: 01 fev. 2022.

⁴ A situação da classe trabalhadora na Inglaterra. Disponível em: https://edisciplinas.usp.br/pluginfile.php/4662435/mod_resource/content/1/ENGELS.pdf. Acesso em: 19 jan. 2022.

⁵ Depressão e suicídio a serviço do capitalismo. Disponível em: <https://www.cut.org.br/noticias/depressao-e-suicidio-a-servico-do-capitalismo-572f>. Acesso em: 19 jan. 2022.

econômico? Antes de expormos mais opiniões sobre tais indagações, precisamos entender um pouco mais sobre o que as geraram.

O livro “Neoliberalismo como gestão do sofrimento psíquico”, organizado pelo filósofo Vladimir Safatle e os psicólogos Nelson da Silva Junior e Christian Dunker, apresenta um estudo que foca no governo do ditador chileno Augusto Pinochet e a subsequente globalização do neoliberalismo como projeto político e econômico em países como Inglaterra e Estados Unidos. O neoliberalismo não se trata apenas de uma política macroeconômica; ele também se configura em um sistema que leva a uma sensação constante de sofrimento. Com desigualdades cada vez mais acentuadas e lutas diárias incessantes por condições de vida básicas, como consequência, acaba por gerar nas pessoas um sentimento de cansaço e, mais ainda, um imenso sentimento de culpa, pois é postulado a ideia e a crença que o “eu” é o único e total responsável pelos sucessos e fracassos durante a vida. A lógica da meritocracia parece imperar cada vez mais sobre seus súditos.

Ao colocar enorme ênfase no poder que indivíduos têm por si sós de crescerem na vida, se apagam completamente fatores individuais, particulares e sociais de cada pessoa; desconsidera-se completamente a região onde se cresceu, os níveis mensais de renda, níveis educacionais e outras externalidades que influenciam o desenvolvimento e as oportunidades de cada um ao decorrer da vida. A sociedade neoliberal aumentou ainda mais o abismo entre as classes sociais e as

oportunidades que cada um possui, mas isso é varrido para debaixo dos tapetes, colocando na mente da população um lema de vida, em que se precisa dar tudo de si para estudar e trabalhar e finalmente ser considerado “alguém”. Ser bem-sucedido se tornou sinônimo de ser rico. Ser rico se tornou sinônimo de felicidade. E esta felicidade é propagada como dependente apenas do próprio indivíduo.

Michel Foucault, francês e grande filósofo do século XX, entre seus estudos falou sobre o “discurso” como forma de poder⁶, e como ele é propagado nos mais variados canais de comunicação. Mensagens imperativas como: “tem que ser, tem que fazer, tem que gostar disso, tem que rejeitar aquilo”, por consequência, acabam gerando, em quem as recebe, um desconforto interno. Afinal, se a sociedade neoliberal diz para você ter um bom desempenho na carreira e uma vida financeira estável, ela por outro lado não torna esse caminho viável.

Surge então uma outra pandemia, a qual não é viral, mas sim mental: a depressão, que, de acordo com a Organização Pan-Americana de Saúde, atinge cerca de 300 milhões de pessoas⁷, além da ansiedade e o *stress* que acompanham de perto os diagnosticados com a doença. Quando as pessoas se veem cheias de contas a

⁶ **As relações de poder em Michel Foucault: reflexões teóricas.** Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rap/a/r3mTrDmrWdBYKZC8CnwD/Dtq/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 19 jan. 2022.

⁷ **Depressão - OPAS/OMS.** Disponível em: <https://www.paho.org/pt/topicos/depressao>. Acesso em: 19 jan. 2022.

pagar, uma carreira que requer uma constante performance e cobranças, é quase impossível manter a saúde mental em dia.

Em seu livro “Sociedade do cansaço”, Byung-Chul Han, filósofo sul-coreano, na tentativa de sintetizar o que é a sociedade contemporânea, compara dois tipos de sociedade: a sociedade disciplinar e a sociedade do desempenho. Han afirma que, na sociedade do desempenho, algumas doenças são mais características do que outras, devido à constante cobrança para execução e pressão social; são exemplos delas: depressão, TDAH e síndrome de Burnout. A depressão na sociedade do desempenho é um esgotamento mental quando há uma exigência de ser feliz, produtivo e saudável, através de uma positividade difícil de ser mantida em um meio exaustivo e desgastante, tanto mentalmente quanto fisicamente.

O que marca a sociedade contemporânea é o positivo, o “sim”, o que se “afirma”, ao contrário da sociedade disciplinar, que foi marcada pela negatividade, o “não”. A positividade não altera só o modo de lidar com o outro, mas interfere na existência individual: ao invés de uma sociedade do controle, com a existência de uma autoridade externa exigindo um dever, agora há uma sociedade do desempenho, depositando no indivíduo a sua própria gestão e o poder ilimitado para sua ação. O indivíduo é chamado a todo momento para agir, produzir, exercer sua positividade frente aos outros, sua existência acima de tudo, e ele faz isso de modo multitarefa - gerenciando várias coisas ao mesmo tempo. A atenção, característica da

sociedade disciplinar, não será mais profunda, mas superficial, rápida e rasa. O fato de sermos chamados à atividade a todo momento faz com que se desenvolva uma reação hiperativa. Assim, todo esse novo cenário resulta em exaustão; um cansaço crônico que aflige na própria constituição do ser - o afirmar ser, para ser de verdade.

Se temos, então, um problema estrutural, que envolve desde empregadores, políticos e até o próprio sistema capitalista, qual o poder que os futuros e atuais psicólogos e economistas têm para amparar uma população à margem de dívidas e doenças mentais? Infelizmente, a resposta não é um manual de regras e ritos e, muito menos, uma tarefa simples.

Exercícios físicos, yoga, terapia e, em certos casos, tratamento medicamentoso, não resolvem ou pagam contas em atraso ou retomam um emprego perdido, mas não podemos desconsiderar tais opções e o papel dos profissionais que as exercem, já que suas vocações nunca foram para resolver tais problemas, mas sim ajudar a lidar com os traumas e doenças mentais causados. Já para os economistas, a tarefa é um pouco mais difícil; falar de planejamento financeiro é um assunto delicado quando se tem uma vida sem segurança e garantia em relação à renda e ao próprio emprego, mas também não podemos tirar o mérito de manter as finanças organizadas. Quanto à atuação profissional para controlar impactos à população acerca de altas taxas de inflação e altos custos de vida, infelizmente, não depende exclusivamente de

um graduado em Ciências Econômicas, e sim do governo e um conjunto de políticas públicas atreladas a instituições que visam o bem-estar populacional; mas, principalmente, o peso maior deve recair sobre o papel governamental para lidar com as crises que afetam a população geral, seja por meio de amparos de renda (como programas via transferência ou criação de postos de trabalho de qualidade), seja na promoção e aprimoramento do SUS. No papel é interessante, mas, infelizmente, não é o que vemos no atual Brasil - um assunto que demandaria outra resenha econômica para citar cada problema e comentar os passos necessários para uma possível boa atuação.

Ademais, nos últimos anos, vimos virar moda a “onda *coach*”, mas, para a clamação de Lorde, eles mais atrapalham do que ajudam. Antes, o termo *coach* se referia apenas a treinadores de esportes, porém, recentemente, ganhou um sentido mais amplo, sendo relacionado a várias áreas do conhecimento. Em números, a atividade cresceu aproximadamente 300% no Brasil em quatro anos, segundo a International Coaching Federation (ICF), e o número de brasileiros com formação na área passou de 7 mil em 2012 para 25 mil em 2015⁸.

O problema é que, na sociedade do desempenho citada anteriormente, em que o ideal se resume nas escolhas individuais acerca de investimentos, empreendimentos e o “eu” incansavelmente tentando superar a si mesmo, implementar práticas questionáveis que

colocam em risco várias pessoas e ignorar todos os aspectos exteriores que influenciam na vida do indivíduo se torna cruel e desumano. A exemplo do que ocorreu recentemente em São Paulo⁹, onde um coach e um grupo de pessoas precisaram ser resgatados de uma montanha pelo corpo de bombeiros, por conta das condições climáticas extremamente perigosas que o grupo se encontrava.

Infelizmente, não é de se estranhar como as pessoas tanto se queixam de culpa e autorrecriação da constante ansiedade diante dos seus desejos, por se verem distantes de seus ideais. O próprio sistema planta a semente que germina tais cobranças. Comportamentos compulsivos e obsessivos estão cada vez mais normalizados, sobretudo no ambiente corporativo, e a saúde mental das pessoas deve ser analisada e considerada por aqueles que acreditam na importância das pressões e influências externas sofridas pelo indivíduo, e não por aqueles que se orientam apenas pela máxima “você quer, você pode”.

⁸ A obsessão na moda do “coaching”. Disponível em: <https://becoliterario.com/obsessao-na-moda-do-coaching/>. Acesso em: 17 jan. 2022.

⁹ Coach que colocou em perigo 32 pessoas no Pico dos Marins, em SP, afirma que 'quem não quer correr risco fica em casa vendo stories'. Disponível em: <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2022/01/07/coach-que-colocou-em-perigo-32-pessoas-no-pico-dos-marins-em-sp-afirma-que-quem-nao-quer-correr-risco-fica-em-casa-vendo-stories.ghtml>. Acesso em: 27 jan. 2022.

O Brasil de Bolsonaro: um pária internacional

Matheus Ferreira Maia



Charge do Zé Dossilva: Brasil isolado no G20.

Disponível

em:

<https://www.nsctotal.com.br/noticias/charge-do-ze-dossilva-a-brasil-isolado-no-g20>. Acesso em: 17 nov. 2021

No mês de novembro de 2021 foi realizado em Roma, capital italiana, o 19º encontro da Cúpula do G20, organização que reúne as 20 maiores economias do planeta, responsáveis por 80% do PIB global¹⁰. Nesse contexto, a realização do G20 é uma excelente ferramenta para os líderes de cada país estabelecerem acordos bilaterais, ou realizarem encontros para fortalecerem a diplomacia entre seus países. No entanto, nesta atual edição, na contramão dessa premissa, foi amplamente

¹⁰ PIB, inflação, desemprego: veja os dados econômicos dos países do G20. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/business/pib-inflacao-desemprego-veja-os-dados-economicos-dos-paises-do-g20/>.

Acesso em: 30 nov. 2021

divulgado nos meios de comunicação nacionais e internacionais o isolamento do presidente brasileiro Jair Bolsonaro na cúpula, com a falta de agendamento para encontros bilaterais com os demais líderes internacionais e a ausência de Bolsonaro em passeios turísticos com os demais participantes do evento¹¹.

Este acontecimento demonstra o receio dos líderes mundiais em querer associar sua imagem ao chefe de Estado brasileiro, desgastada principalmente durante a pandemia do novo coronavírus, com suas afirmações negacionistas, como por exemplo, o incentivo ao uso de medicamentos cientificamente ineficazes contra a Covid-19, em consonância com a sua péssima gestão ambiental, marcada por retrocessos na proteção aos biomas brasileiros. Ademais, o isolamento do presidente brasileiro na cúpula do G-20 também pode ser creditado à péssima gestão do Ministério das Relações Exteriores (mais conhecido como Itamaraty) após o início do mandato de Bolsonaro em 2019, no qual este foi responsável por gerar turbulências com

¹¹ BOLSONARO não participa de foto de líderes do G-20 na Fontana di Trevi. Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/noticia/2021/10/31/bolsonaro-nao-participa-de-foto-de-lideres-do-g20-na-fontana-di-tr-evi.ghtml>. Acesso em: 17 nov. 2021.

grandes parceiros comerciais brasileiros, como por exemplo, a China.

A priori, é importante destacar que a diplomacia brasileira, desde a gestão do barão do Rio Branco, considerado “o pai da diplomacia brasileira”, entre 1902 e 1912, sempre se notabilizou por sua neutralidade, ou seja, por não tomar partido em incidentes internacionais ou apoiar enfaticamente algum candidato em eleições presidenciais de países estrangeiros¹². Contudo, com a posse de Ernesto Araújo, pupilo do escritor e referência da extrema-direita brasileira Olavo de Carvalho, no Ministério das Relações Exteriores, a diplomacia brasileira passou a adotar novos parâmetros em sua política externa, com posições políticas pautadas em afinidades ideológicas do mandatário brasileiro, o que culminou em apoio partidário a candidatos para a presidência em eleições estrangeiras como foi o caso das eleições de 2020 dos Estados Unidos.

À vista disso, a diplomacia brasileira, sob a orientação de Araújo, foi marcada por recorrentes ataques de membros do governo brasileiro a parceiros comerciais, tornando o Brasil, por conseguinte, isolado internacionalmente. Assim, em novembro de 2020, na cerimônia de formatura de novos diplomatas, Ernesto Araújo assumiu o isolamento brasileiro ao afirmar que o Brasil tornou-se um pária mundial: “Sim, o Brasil

hoje fala em liberdade através do mundo. Se isso faz de nós um pária internacional, então que sejamos esse pária”. E complementou, realizando acusações vagas e sem fundamento: “Talvez seja melhor ser esse pária deixado ao relento, do lado de fora, do que ser um conviva no banquete do cinismo interesseiro dos globalistas, dos corruptos e dos semicorruptos”¹³. Nesse contexto, o isolamento diplomático brasileiro acarreta em problemáticas econômicas e políticas para o país, e para o melhor entendimento da atuação do Itamaraty, atualmente, é importante observar as relações diplomáticas brasileiras com os Estados Unidos, durante o governo Bolsonaro.

Inicialmente, a diplomacia brasileira no governo Bolsonaro se caracterizou por um alinhamento automático de sua política externa com a do governo do polêmico ex-presidente norte-americano Donald Trump, cujo mandato durou de janeiro de 2017 a janeiro de 2021. A título de exemplo dessa submissão do governo Bolsonaro perante o presidente americano, o governo brasileiro tirou a candidatura própria, sugerida pelo ministro da Economia Paulo Guedes, para a presidência do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), para apoiar a eleição de Maurício

¹² **POLÍTICA Externa Brasileira: princípios e história.** Disponível em: <https://www.politize.com.br/politica-externa-brasileira-principios-historia/>. Acesso em: 30 nov. 2021.

¹³ **“Que sejamos pária”, afirma Ernesto Araújo sobre o papel do Brasil no mundo.** Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica/2020/10/4884035-se-falar-em-liberdade-nos-faz-paria-internacional-que-sejamos-esse-paria-diz-ernesto-araujo.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

Claver-Carone, economista estadunidense escolhido por Trump¹⁴.

Destarte, por tamanha associação com Trump, na eleição presidencial norte-americana em 2020, fugindo da neutralidade usual da política externa brasileira, o governo brasileiro se posicionou, partidariamente, a favor da campanha de reeleição do republicano para a Casa Branca. Entretanto, Trump perdeu as eleições presidenciais para o candidato democrata Joe Biden e acusou, a posteriori, sem apresentar provas concretas, o Partido Democrata de fraudar o pleito eleitoral. Assim, as alegações de Trump foram reverberadas por Bolsonaro que afirmou: “O pessoal tem que analisar o que aconteceu nas eleições americanas agora. Basicamente qual foi o problema, a causa dessa crise toda: falta de confiança no voto. Então lá, o pessoal votou e potencializaram um voto pelos correios por causa da pandemia e houve gente que votou três, quatro vezes, mortos votaram, foi uma festa”¹⁵. Desse modo, devido ao apoio às acusações falaciosas de Trump, Bolsonaro foi um dos últimos líderes mundiais a reconhecer a vitória de Joe Biden na presidência americana e criou problemas para iniciar uma diplomacia amigável com Biden.

¹⁴ **Por alinhamento com Trump, Bolsonaro ignorou aposta de Paulo Guedes para presidência do BID.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2020-09-18/por-alinhamento-com-trump-bolsonaro-ignorou-aposta-de-paulo-guedes-para-presidencia-do-bid.html>. Acesso em: 18 nov. 2021.

¹⁵ **Bolsonaro insiste em fraude nos EUA já descartada e ataca eleição no Brasil.** Disponível em: <https://noticias.uol.com.br/politica/ultimas-noticias/2021/01/07/bolsonaro-insiste-em-fraude-nos-eua-ja-descartada-e-ataca-eleicao-no-brasil.htm>. Acesso em: 16 nov. 2021.

Dessa forma, ainda durante a campanha presidencial americana, Biden afirmou que a Floresta Amazônica estava sendo destruída e propôs um fundo internacional para impedir o desmatamento na região e, ponderou que, caso o Brasil continuasse a destruí-la, poderia sofrer sanções econômicas¹⁶. Em resposta à proposta de Biden, após as eleições americanas, em um evento no Palácio do Planalto, Bolsonaro ameaçou os Estados Unidos, a principal potência militar contemporânea, de um possível conflito bélico caso Biden realize sanções econômicas ao Brasil: “Apenas diplomacia não dá. Quando acabar a saliva, tem que ter pólvora, senão não funciona. Precisa nem usar a pólvora, mas tem que saber que tem. Esse é o mundo”¹⁷. Assim, com o apoio irrestrito a Trump, mesmo após o fim de seu mandato, a diplomacia brasileira sofreu com o desprezo de Biden, chegando ao ponto de, na Cúpula do Clima de 2021, o presidente americano não assistir o discurso gravado por Bolsonaro e enviado ao evento¹⁸.

¹⁶ **JOE Biden cita destruição de floresta brasileira durante debate com Trump nos EUA.** Disponível em: <https://g1.globo.com/mundo/eleicoes-nos-eua/2020/noticia/2020/09/30/joe-biden-cita-destruicao-de-floresta-brasileira-durante-debate-com-trump-nos-eua.ghtml>. Acesso em: 16 nov. 2021.

¹⁷ **Brasil tem de deixar de ser 'país de maricas' e enfrentar pandemia 'de peito aberto', diz Bolsonaro.** Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia/2020/11/10/bolsonaro-diz-que-brasil-tem-de-deixar-de-ser-pais-de-maricas-e-enfrentar-pandemia-de-peito-aberto.ghtml>. Acesso em: 15 nov. 2021.

¹⁸ **Biden não assistiu ao discurso de Bolsonaro na Cúpula do Clima.** Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/biden-nao-assistiu-ao-discurso-de-bolsonaro-na-cupula-do-clima>. Acesso em: 17 nov. 2021.

Além dos Estados Unidos, o governo brasileiro também gerou atritos políticos contra outra potência mundial e um importante parceiro comercial, a China. Em março de 2020, o filho do presidente e deputado federal Eduardo Bolsonaro comentou, em sua conta pessoal no Twitter, que a culpa pelo surgimento da pandemia da Covid-19 seria do Partido Comunista Chinês, ao alegar que: “A culpa é da China e liberdade seria a solução”¹⁹. Essa afirmação foi rebatida por Yang Yanming, embaixador da China no Brasil, que, em sua conta no Twitter, afirmou que as palavras de Eduardo seriam um “insulto maléfico contra a China e o povo Chinês”. Em virtude da fala do embaixador, contrariando a impessoalidade do cargo e a boa diplomacia sino-brasileira, o chanceler brasileiro no período, Ernesto Araújo, saiu em defesa de Eduardo Bolsonaro, alegando que a resposta de Yanming “feria a boa fé diplomática”²⁰.

Ademais, os atritos de Eduardo Bolsonaro com o governo chinês continuaram em decorrência da tecnologia de internet móvel de quinta geração (5G) chinesa. Eduardo Bolsonaro, em postagem em sua conta no Twitter, ao comemorar o acordo do Brasil com a *Clean Network* (projeto encabeçado pelo Estados Unidos que visa restringir a participação de empresas chinesas no mercado do 5G), vinculou a tecnologia do 5G produzida pela

China à espionagem²¹. A postagem, apagada posteriormente, levou a Embaixada Chinesa no Brasil a responder, por meio de uma nota, a postagem de Eduardo, afirmando que caso as provocações e ataques contra a China continuassem, o governo Bolsonaro iria “arcar com as consequências negativas e carregar a responsabilidade histórica de perturbar a normalidade da parceria China-Brasil”²².

Além de Eduardo Bolsonaro, o próprio Jair Bolsonaro já realizou graves ataques à China. Em março de 2021, o presidente sugeriu, em um evento no Palácio do Planalto, que a China estava realizando uma guerra biológica com a disseminação da Covid-19 ao afirmar: “Os militares sabem o que é guerra química, bacteriológica e radiológica. Será que não estamos enfrentando uma nova guerra? Qual o país que mais cresceu o seu PIB? Não vou dizer para vocês”²³. O comportamento xenófobo do presidente chegou ao ápice quando realizou sucessivos ataques à vacina criada pela farmacêutica chinesa Sinovac, que, na época, estava em fase de testes no Brasil por meio de uma parceria com o Instituto Butantan. Em entrevista à rádio Jovem Pan, Bolsonaro comentou que não iria autorizar a compra de nenhuma vacina produzida na China: “Da

¹⁹ **Vírus chinês': como Brasil se inseriu em disputa geopolítica entre EUA e China sobre pandemia.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-51963251>. Acesso em: 16 nov. 2021.

²⁰ **Idem. Ibidem**

²¹ **CHINA reage à acusação de Eduardo Bolsonaro sobre 5G.** Disponível em: <https://exame.com/brasil/china-reage-a-acusacao-de-eduardo-bolsonaro-sobre-5g/>. Acesso em: 17 nov. 2021.

²² **Idem. Ibidem**

²³ **Bolsonaro cita “guerra química” e refere-se à China de modo oblíquo.** Disponível em: <https://www.poder360.com.br/governo/bolsonaro-cita-guerra-quimica-e-refere-se-a-china-de-modo-obliquo/>.

Acesso em: 17 nov. 2021.

China não compraremos. Não acredito que ela transmita segurança para a população pela sua origem. Esse é o pensamento nosso”²⁴.

Outros membros do governo, assim como Bolsonaro, já criticaram abertamente a China. O ministro da Economia do Brasil, Paulo Guedes, em vídeo gravado em abril de 2021, afirmou que os chineses inventaram o coronavírus e que os imunizantes fabricados na China eram menos eficazes que o imunizante produzido pela farmacêutica norte-americana Pfizer²⁵. Além de Guedes, Ernesto Araújo, em artigo no seu blog pessoal, chamou o coronavírus de “Comunavírus”, em uma clara referência ao Partido Comunista Chinês²⁶.

Estas atitudes, tanto do presidente quanto de outros membros do governo, diante das vacinas produzidas na China, afetaram a campanha nacional de imunização contra a Covid-19. Em maio de 2021, a farmacêutica chinesa Sinovac havia reduzido a quantidade enviada para o Brasil do Insumo Farmacêutico Ativo (IFA), a matéria-prima para a fabricação de vacinas pelo Instituto Butantan. Nessa conjuntura, Dimas Covas, diretor do Instituto Butantan, afirmou que a escassez do IFA foi resultado

direto das falas dos membros do governo contra a China, o que gerou um mal-estar entre os países: “Todas essas idas e vindas do governo federal obviamente têm um impacto no ritmo de liberação do IFA. As liberações estão acontecendo, mas em volume menor que poderia acontecer”²⁷.

Além de atritos diplomáticos com as duas maiores potências econômicas contemporâneas, o Itamaraty e o presidente Bolsonaro colecionam declarações polêmicas contra outros líderes mundiais como, por exemplo, o presidente francês Emmanuel Macron, no qual Bolsonaro zombou da aparência física de sua esposa. Desse modo, com o acúmulo de crises diplomáticas, Ernesto Araújo foi exonerado de seu cargo em março de 2021, sob severas críticas do Senado Federal. A senadora Kátia Abreu, por exemplo, descreveu Araújo como: “Alguém que insiste em viver à margem da boa diplomacia, à margem da verdade dos fatos, à margem do equilíbrio e à margem do respeito às instituições”²⁸.

Desse modo, com uma administração estapafúrdia do Ministério das Relações Exteriores e ataques às lideranças internacionais, o Brasil se isola cada vez mais no cenário mundial, perdendo o seu

²⁴ GOVERNO coleciona ataques à China e Brasil fica sem vacinas. Disponível em: <https://noticias.r7.com/brasil/governo-coleciona-ataques-a-china-e-brasil-fica-sem-vacinas-14052021>. Acesso em: 17 nov. 2021.

²⁵ Idem. Ibidem

²⁶ ERNESTO Araújo, que falou em 'comunavírus' e 'pesadelo comunista', mente à CPI e diz nunca ter feito ataques à China. Disponível em: <https://www.brasil247.com/cpicovid/ernesto-araujo-que-falou-em-comunavirus-e-pesadelo-comunista-mente-a-cpi-e-diz-nunca-ter-feito-ataques-a-china>. Acesso em: 17 nov. 2021.

²⁷ Butantan atribui atraso de IFA da China a declarações de Bolsonaro. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/brasil/2021/05/4922658-butantan-atribui-atraso-de-ifa-da-china-a-declaracao-s-de-bolsonaro.html>. Acesso em: 17 nov. 2021.

²⁸ Kátia Abreu sobre Araújo: “Brasil não pode ter face de um marginal”. Disponível em: <https://www.metropoles.com/brasil/politica-brasil/katia-abreu-sobre-araujo-brasil-nao-pode-ter-face-de-um-margin-al>. Acesso em: 30 nov. 2021

protagonismo e credibilidade. Com o impacto da Covid-19 e outras problemáticas do século XXI, como a proteção ao meio ambiente, urge cada vez mais a cooperação das nações para o enfrentamento desses grandes desafios, e a participação e o envolvimento do Brasil são imprescindíveis. No entanto, isto só será possível caso a política externa brasileira nos próximos anos mude o legado tenebroso do governo Bolsonaro e crie novos caminhos, restabelecendo laços diplomáticos e retirando o *status* de pária do país, para que assim, o Brasil possa voltar a desempenhar um papel de protagonismo internacional.

Vai acabar em pizza?

Afonso Dantas de Souza

Maria Eduarda Costa Marchesi



Qual a origem da expressão “Acabar em pizza”? Disponível em: <https://www.sitedecuriosidades.com/curiosidade/qual-a-origem-da-expressao-acabar-em-pizza.html>. Acesso em: 07 jan. 2022.

Nos casos onde algum acontecimento grave fica sem um desfecho considerado adequado, trazemos a expressão “acabar em pizza”, gíria inserida no contexto popular em 1992, com a incerteza do impeachment do ex-presidente Fernando Collor, durante a Comissão de Inquérito Parlamentar (CPI) do Esquema PC Farias. Na CPI do PC, Collor foi absolvido pelo crime de corrupção passiva. Já PC, responsável por encabeçar os esquemas de corrupção que deram vida à CPI, embora entre reviravoltas, foi condenado em 1994. No entanto, o mesmo não pôde cumprir sua pena, pois foi encontrado morto em 1996, fadando o Esquema PC Farias à uma certa impunidade²⁹.

²⁹ **Condenação de PC Farias por esquema de corrupção completa 25 anos.** Disponível em:

É justamente o receio de uma possível impunidade que liga o cenário político brasileiro atual com o que se concretizou em 1996. Há quase dois anos, o país se vê em choque diante das recorrentes mortes causadas pela COVID-19, sendo que muitas poderiam ter sido evitadas. É evidente que houve uma falha do Poder Executivo, sobretudo a nível federal, no que diz respeito a uma comunicação oficial para amenizar a disseminação do novo vírus (SARS-CoV-2). Além disso, houve também uma negligência no que tange a compra de vacinas³⁰, ou até mesmo incentivo, a princípio, pelo financiamento para a produção das mesmas³¹. Já não bastasse, somam-se os comentários polêmicos e falsos de uma das figuras mais influentes do país, o presidente da República, Jair Messias Bolsonaro (PL). Felizmente, todo esse descaso do governo com os cidadãos brasileiros não passou

<https://www.migalhas.com.br/quentes/302364/condenacao-de-pc-farias-por-esquema-de-corrupcao-completa-25-anos>. Acesso em: 03 mar. 2022.

³⁰ **Diretor da Pfizer escancara atraso letal do Governo Bolsonaro na compra de vacinas.** Disponível em: <https://brasil.elpais.com/brasil/2021-05-13/diretor-da-pfizer-escancara-atraso-letal-do-governo-bolsonaro-na-compra-de-vacinas.html>. Acesso em: 17 fev. 2022.

³¹ **“Renunciar à ciência é renunciar à sobrevivência”.** Disponível em: <https://informe.ensp.fiocruz.br/noticias/52121>. Acesso em: 02 mar. 2022.

despercebido, vide a Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) da COVID-19, criada no Senado após determinação do Supremo Tribunal Federal (STF), em 13 de abril de 2021.

A CPI da COVID-19, instrumento de investigação do Poder Legislativo, teve como principal objetivo apurar as falhas do governo federal no combate à pandemia. O relatório final foi aprovado após seis meses de investigação, no dia 26 de outubro de 2021, concluindo com 80 indiciamentos³², bem como propostas de leis e alteração na Constituição³³. Entre as denúncias da CPI, constam 9 crimes cometidos pelo atual presidente da República e diversas infrações, de mais de 20 naturezas diferentes, cometidas por vários nomes de ocupantes e ex-ocupantes de cargos do Ministério da Saúde, de parlamentares, assessores e ex-assessores, ministros e ex-ministros, entre outros³⁴.

Diante o exposto, a comissão da pandemia, de uma certa maneira, já cumpriu sua finalidade. Segundo o presidente da CPI, senador Omar Aziz (PSD-AM), a investigação, por si só, realizou com veemência duas propostas

básicas: buscar justiça e estimular a vacinação entre a população³⁵. Desse modo, a tese de Aziz que a CPI influenciou no ritmo de imunização nacional pode ser corroborada com a estatística da vacinação, visto que o Brasil, que detinha aproximadamente 6,6% da população imunizada com as duas doses no início dos trabalhos da CPI da Covid, em abril de 2021, saltou para mais 70%³⁶ do total da população vacinada com duas doses, no início de 2022³⁷.

Os requerimentos que originaram a comissão, formada por 11 senadores, levaram a investigação de ações e omissões do governo federal, fiscalização dos repasses de recursos da União e os eventuais desvios dessas transferências para estados e municípios. Entre os requerimentos, destaca-se, por exemplo, o ‘Gabinete Paralelo’, que buscou investigar se o atual presidente da República obteve ajuda não oficial para lidar com a pandemia da COVID-19, ato que é suspeito de ter provocado o incentivo ao uso do medicamento cloroquina, cientificamente comprovado ineficaz e que ficou conhecido, erroneamente, como um

³² **Após seis meses, CPI da Pandemia é encerrada com 80 pedidos de indiciamento.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/27/26/apos-seis-meses-cpi-da-pandemia-e-encerrada-com-80-pedidos-de-indiciamento>. Acesso em: 02 mar. 2022.

³³ **CPI da Pandemia: principais pontos do relatório.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2021/10/20/cpi-da-pandemia-principais-pontos-do-relatorio>. Acesso em: 02 mar. 2022.

³⁴ **Relatório da CPI da COVID-19: entenda os principais pontos!** Disponível em: <https://www.politize.com.br/relatorio-cpi-covid/>. Acesso em: 01 mar. 2022.

³⁵ **Renan Calheiros apresenta relatório final da CPI da Covid; assista à sessão ao vivo.** Disponível em: <https://www.folhape.com.br/politica/renan-calheiro-apresenta-relatorio-final-da-cpi-da-covid-assista-a/202437/>.

Acesso em: 02 mar. 2022.

³⁶ **Share of people vaccinated against COVID-19, Mar 1, 2022.** Disponível em: <https://ourworldindata.org/covid-vaccinations?country=BR>. Acesso em: 02 mar. 2022.

³⁷ **Brasil aplicou ao menos uma dose de vacina contra Covid em mais de 30,2 milhões de pessoas, aponta consórcio de veículos de imprensa.** Disponível em: <https://g1.globo.com/bemestar/vacina/noticia/2021/04/27/brasil-aplicou-ao-menos-uma-dose-de-vacina-contracovid-em-mais-de-302-milhoes-de-pessoas-aponta-consorcio-d-e-veiculos-de-imprensa.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2022.

tratamento precoce do vírus. O deputado federal, Osmar Terra (MDB-RS), defensor do uso do medicamento, ao depor, disse ter se encontrado com o presidente e médicos que compartilhavam da mesma crença, bem como a médica Nise Yamaguchi, também defensora do medicamento. Mesmo assim, ambos negaram haver um 'Gabinete Paralelo'³⁸.

Visto que uma CPI não possui o poder de punir os indiciados, após a conclusão das investigações, o relatório é encaminhado aos devidos órgãos para que esses deem, ou não, continuidade à investigação. Visto que alguns dos indiciados possuem foro especial por prerrogativa de função, ou seja, são julgados por tribunais específicos de modo a resguardar as funções de seus cargos políticos, é natural que a avaliação de suas denúncias passe pelo Procurador-Geral da República (PGR), Augusto Aras, que é quem irá oficializar as mesmas de acordo com seus devidos tribunais.

Sabendo disso, já faz mais de quatro meses do envio do relatório final à Procuradoria-Geral da República e poucas decisões a respeito das autoridades com foro no STF foram tomadas - no caso do presidente, nenhuma foi tomada. A alegação da Procuradoria é de que não foram anexados, junto às acusações, documentos que as comprovem, dificultando o processo de denúncia. Já os senadores que encaminharam o relatório afirmam o contrário, que documentos foram sim entregues e o relatório possui um

³⁸ **O caminho da CPI da Pandemia: da instalação ao relatório final.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/infomaterias/2021/10/o-caminho-da-cpi-da-pandemia-da-instalacao-ao-relatorio-final>. Acesso em: 02 mar. 2022.

buscador para facilitar o trabalho dos procuradores. Contudo, o impasse continua, já que a argumentação dos procuradores é de que a procura pelos documentos representa um trabalho hercúleo³⁹ devido à magnitude dos mesmos, e também que o buscador não é tão eficiente⁴⁰. Esses argumentos, no entanto, estão sendo vistos como suspeitos pelos senadores, que acusam o PGR, que foi indicado pelo presidente da República, de estar “blindando” o mesmo de ser responsabilizado⁴¹, visto que outras Procuradorias da República já possuem ações penais com base nos mesmos documentos como, por exemplo, a abertura do inquérito contra o ex-ministro da saúde, Eduardo Pazuello, por omissão no caso do colapso de oxigênio em Manaus⁴².

Além disso, antes mesmo das alegações da falta de provas, o senador Alessandro Vieira (Cidadania-SE), suplente na comissão, disse que seria difícil o PGR “passar por cima” das acusações feitas ao presidente da República, justamente devido às provas apresentadas. O

³⁹ Que possui características de Hércules; que é extraordinário, excepcional, fabuloso como Hércules.

⁴⁰ **A confusão que pode fazer a CPI da Pandemia terminar em pizza.** Disponível em: <https://veja.abril.com.br/coluna/maquiavel/a-confusao-que-pode-fazer-a-cpi-da-pandemia-terminar-em-pizza/>.

Acesso em: 02 mar. 2022.

⁴¹ **Direção da CPI da Pandemia acusa Aras de protelar investigações contra o governo.** Disponível em: <https://www12.senado.leg.br/noticias/audios/2022/02/direcao-da-cpi-da-pandemia-acusa-aras-de-protelar-investigacoes-contra-o-governo>. Acesso em: 02 mar. 2022.

⁴² **Pressionado, Aras pede abertura de inquérito contra Pazuello por colapso na saúde em Manaus.** Disponível em:

<https://pt.org.br/pressionado-aras-pede-abertura-de-inquerito-contra-pazuella-por-colapso-na-saude-em-manauis/>.

Acesso em: 01 mar 2022.

mesmo ainda disse: “Por exemplo, incitação ao crime. O presidente Bolsonaro, praticamente todos os dias, orientou e estimulou os brasileiros a descumprir ordens legais de prefeitos e governadores”⁴³. Essas atitudes do presidente também foram salientadas pelo jornal O Globo, que expôs como o relatório da CPI da COVID-19, elaborado pelo senador Renan Calheiros (MDB-AL), relaciona as falas do presidente com a infração de medidas sanitárias preventivas⁴⁴.

Logo, uma fala do senador Omar Aziz (PSD-AM), quando ainda faltavam alguns dias para que a entrega do relatório completasse quatro meses, chama a atenção. Ao questionar o atraso por parte do PGR, disse “[Aras] pode condenar ou absolver, mas nunca dizer que não há provas. Se ele absolver, entrará na História absolvendo quem contribuiu para a morte de 630 mil pessoas. Se ele condenar, estará fazendo o dever dele. O único argumento que ele não pode dizer é que não há provas. As provas são públicas, de conhecimento do povo

brasileiro”⁴⁵. Portanto, o argumento de que Aras estaria protegendo o presidente Jair Bolsonaro de não ser responsabilizado ganha ainda mais peso no meio político.

Dito isso, um fato curioso é que, na CPI do Esquema PC Farias, que ocorreu na década de 1990, embora o ex-presidente Fernando Collor tenha sido absolvido do crime de corrupção passiva, o mesmo foi condenado por crime de responsabilidade, um dos quais o atual presidente também está sendo acusado. Essa condenação suspendeu os direitos políticos de Collor por 8 anos e também foi responsável por seu impeachment. Diante disso, era de se esperar que, em um ano de eleição, ou ainda, uma provável reeleição, no caso do atual presidente Jair Bolsonaro, medidas em relação a suas 9 acusações criminais fossem priorizadas pelo PGR. Até o momento, este não é o caso. Apesar disso, envolvidos na comissão se mostram empenhados em alcançar um final digno para os brasileiros e brasileiras, como se observa pela fala do presidente da comissão, Omar Aziz: “Não queríamos e não queremos vingança – queremos justiça. Se alguém acha que algum procurador vai matar no peito esse relatório e dizer que isso aqui são narrativas,

⁴³ **CPI acabou, mas começa a fiscalização e a cobrança, diz senador Alessandro Vieira.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-acabou-mas-co-meca-a-fiscalizacao-e-a-cobranca-diz-senador-alessandro-vieira/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

⁴⁴ **Falas de Bolsonaro contra vacinas, máscaras e lockdown são provas de 'fake news' em minuta de relatório da CPI da Covid.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/falas-de-bolsonaro-contravacinas-mascaras-lockdown-sao-provas-de-fake-news-em-minuta-de-relatorio-da-cpi-da-covid-1-25242176>.

Acesso em: 01 mar. 2022.

⁴⁵ **CPI acabou, mas começa a fiscalização e a cobrança, diz senador Alessandro Vieira.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-acabou-mas-co-meca-a-fiscalizacao-e-a-cobranca-diz-senador-alessandro-vieira/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

vai ter que dizer como são narrativas, sabe por quê? Porque esse documento é público”⁴⁶.

Portanto, diante de um histórico de corrupções, negligências e arquivamentos, o empenho daqueles que trabalharam na formulação do relatório da CPI da COVID-19 se apresenta como um energizante para a população brasileira, mesmo que o cenário não seja favorável. Como apontou o senador Alessandro Vieira, o sistema judiciário é conhecido por sua lentidão, porém, a esperança agora é depositada na gravidade dos fatos,⁴⁷ que são cada vez mais intensificados pela conjuntura vigente, para que, então, esse não seja mais um escândalo político que venha a “acabar em pizza”.

⁴⁶ **CPI da Covid aprova relatório final, atribui nove crimes a Bolsonaro e pede 80 indiciamentos.** Disponível em:

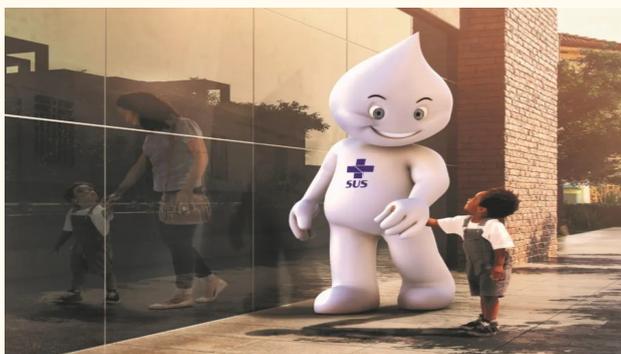
<https://g1.globo.com/politica/cpi-da-covid/noticia/2021/10/26/cpi-da-covid-aprova-relatorio-atribui-nove-crimes-a-bolsonaro-e-pede-80-indiciamentos.ghtml>. Acesso em: 02 mar. 2022.

⁴⁷ **CPI acabou, mas começa a fiscalização e a cobrança, diz senador Alessandro Vieira.** Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/politica/cpi-acabou-mas-co-meca-a-fiscalizacao-e-a-cobranca-diz-senador-alessandro-vieira/>. Acesso em: 02 mar. 2022.

No País do Zé Gotinha

Matheus Ferreira Maia

Nicole Valladão Sansoni



Zé Gotinha: o símbolo da vacina contra a pólio no Brasil. Disponível em: <https://www.google.com/amp/s/rotaryblogpt.org/2020/10/05/ze-gotinha-o-simbolo-da-vacina-contr-a-polio-no-brasil/amp/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

Um dos maiores orgulhos nacionais, nas últimas décadas, são as excelentes campanhas de vacinação realizadas pelo Estado brasileiro que tem como público-alvo as crianças. E para compreender o sucesso da vacinação infantil no país, e os desafios que este tema pode apresentar no futuro, é imprescindível analisar o papel do Programa Nacional de Imunizações (PNI) nesse processo. Este programa, instituído em 1973, recomendava o diálogo com os pais e responsáveis por todas as crianças menores de um ano, alvo das vacinas ofertadas nos serviços públicos de saúde na época. A informação e mobilização das comunidades deveriam ter como propósito assegurar a adesão informada da população ao programa.

Foi seguindo essas diretrizes que a estratégia de vacinação em massa contra a poliomielite, doença que causa a paralisia infantil cuja situação epidemiológica era considerada extremamente grave e impossível de ser modificada a curto prazo nas décadas de 1970 e 1980, em virtude da insuficiência da rede de serviços básicos de saúde para proceder, rotineiramente, à vacinação sistemática do público alvo foi realizada. Foi estabelecido, nesse período, o Projeto de Divulgação para o Programa de Imunizações, que incluía a proposta de ampliação da marca da erradicação da poliomielite para a marca do PNI.

Na área de comunicação, houve grande mobilização entre os educadores, os quais iam aos estados federativos levando uma série de sugestões para mobilizar a população, e, principalmente, entre os meios oficiais do governo que gradativamente foram moldando a ideia coletiva da vacinação infantil. Nas discussões localizadas, fervilhavam ideias quanto ao uso de veículos locais de comunicação e estratégias específicas para sensibilizar pais e responsáveis por menores de cinco anos. Houve um apelo inicial ao medo e à culpa, à exclusiva responsabilização dos pais e à exploração de imagens de crianças com deficiências físicas graves usando cadeiras de

rodas ou aparelhos ortopédicos, que deram lugar ao apelo à responsabilidade individual e coletiva em garantir a vacina para as crianças. A vacinação foi defendida como um ato de amor, além de direito da criança. Frases como: "mãe, que é mãe, vacina"; "uma nova dose de amor"; "dobre seu compromisso"; "comprometa-se com a vacina"⁴⁸, foram bordões utilizados nas propagandas.

Porém, apenas convencer os pais a vacinar seus filhos não bastava para mudar o cenário preocupante da época. Assim, começaram a organizar campanhas de incentivo que conversavam com adultos e crianças. Logo, era necessário criar um símbolo lúdico que fizesse com que os pequenos também enxergassem a vacinação como algo positivo. Essa medida foi um marco na história do Brasil com a criação de um personagem muito conhecido pelos brasileiros: o Zé Gotinha. É difícil encontrar alguém que nasceu depois dos anos 1980 que não tenha alguma lembrança afetiva dele.

Em 1986, o icônico Zé Gotinha nasceu em uma campanha do Ministério da Saúde para a vacinação contra a poliomielite, criado pelo artista plástico e publicitário Darlan Rosa em uma colaboração com o Unicef (Fundo das Nações Unidas para a Infância). Seu principal objetivo quando foi criado era diminuir o medo das crianças em relação às vacinas, associadas comumente a seringas (mas, no caso da pólio, basta uma gotinha para se imunizar), porém o personagem foi muito bem visto não somente

pelas crianças com medo de agulha, mas também por toda população, por isso não demorou para se tornar o mascote oficial do PNI.

O programa distribui atualmente mais de 300 milhões de doses anuais de vacinas, soros e imunoglobulinas. Também, foi responsável pela redução dos casos e mortes derivadas de sarampo, rubéola, tétano, difteria e coqueluche; além de ser pioneiro na erradicação da varíola e da poliomielite no país. O que foi alcançado pelo Brasil, em imunizações, está muito além do que foi obtido por qualquer outro país de dimensões continentais e de tão grande diversidade socioeconômica⁴⁹.

No entanto, o sucesso alcançado pelo PNI na organização de eficazes campanhas de vacinação infantil nas últimas décadas não está refletindo nas campanhas atualmente, visto que a aplicação de vacinas que tem como público-alvo as crianças estão apresentando resultados muito abaixo do esperado. A título de exemplo, de acordo com os dados divulgados pelo Ministério da Saúde via DataSUS, das 15 vacinas que devem ser aplicadas em crianças até os 4 anos de vida, apenas 6 vacinas apresentaram bons índices de vacinação. Assim, importantes vacinas que proporcionam proteção de doenças contra as crianças, e que também impactam no bem-estar em suas vidas adultas, apresentaram uma diminuição da sua cobertura vacinal entre os anos de 2015 e 2021, como a BCG - a vacina que deixa a famosa

⁴⁸ Teixeira, M. G. 1999 '25 anos do Programa Nacional de Imunizações: Bahia'. Em PNI-Bahia, 25 anos de história Secretaria de Saúde do Estado da Bahia.

⁴⁹ "Programa Nacional de Imunizações – redução das desigualdades sociais". Disponível em : <https://bit.ly/3MZWS3g>. Acesso em: 30 abr. 2022.

marquinha no braço - vital na proteção contra a tuberculose, que apresentou uma redução na cobertura vacinal de 38,85% e a Pneumocócica, importante na prevenção de doenças como a meningite e a pneumonia, que obteve uma redução na sua cobertura vacinal de 23,09%⁵⁰.

Esse cenário tem causado grande preocupação nas autoridades sanitárias nacionais, visto que esta baixa imunização pode acarretar em novos surtos de doenças que haviam registrado quedas em seus números de casos nos últimos anos. Assim, para que esse quadro de saúde pública tenha melhora, é imprescindível compreender os fatores que contribuem para essa queda nos índices de vacinação infantil e as causas dessa problemática no Brasil.

Apesar de parecer contraditório, um dos fatores que explicam a queda do número de crianças vacinadas é o próprio sucesso do PNI no combate a diversas doenças por meio da vacinação em massa. Desse modo, essa sensação de segurança leva diversos pais a serem descuidados com a vacinação de seus filhos contra doenças que foram erradicadas ou que tiveram seus casos reduzidos ao longo dos últimos anos, como a poliomielite e a varíola⁵¹.

Além desse fator estrutural, outro agravante para a queda da vacinação infantil é a propagação de notícias falsas referentes às vacinas. Nesse sentido, com o desenvolvimento das redes sociais, criou-se espaços onde os receptores podem produzir e compartilhar

informações muitas vezes não verídicas. A disseminação de *fake news* percorreu toda a área da saúde, mas, em especial, costuma atacar a imunização por meio da vacinação. A campanha antivacina ganhou um novo fôlego com a publicação do artigo publicado pelo gastroenterologista inglês Andrew Wakefield, alegando que a vacina MMR, que protege contra o sarampo, causaria autismo. Obviamente, o artigo publicado por Wakefield não tinha base científica e trabalhos posteriores desmentiram essas informações⁵². Mas, o estrago já estava feito, apesar de ter sua licença médica cassada, as campanhas antivacina abraçaram as falsas teses de Wakefield e aumentaram as suas proporções nas últimas décadas, graças a disseminação de *fake news*, o que fez muitos pais deixarem de vacinar seus filhos, desencadeando a preocupação de organizações de saúde.

No Brasil, atualmente, o presidente da República Jair Bolsonaro se tornou um símbolo de desestímulo à vacinação infantil, por meio de ataques e divulgação de notícias falaciosas contra a vacinação infantil da COVID-19. Após a aprovação da Anvisa para imunização de crianças contra a doença, Bolsonaro declarou: “A Anvisa lamentavelmente aprovou a vacina para crianças entre 5 e 11 anos. A minha opinião eu quero dar para você aqui. A minha

⁵⁰ **O tombo na vacinação infantil.** Disponível em: <https://revistapesquisa.fapesp.br/o-tombo-na-vacinacao-infantil/>. Acesso em: 30 abr. 2022.

⁵¹ Idem ibidem.

⁵² **A história que deu origem ao mito da ligação entre vacinas e autismo.** Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/geral-40663622>. Acesso em: 30 abr. 2022.

filha de 11 anos não será vacinada”⁵³. A atuação de Bolsonaro, e suas frases negativas sobre a vacinação, geram receio dos pais em vacinar seus filhos e, por conseguinte, ajudam na intensificação da campanha antivacina em todo território brasileiro.

A gravidade da redução da vacinação infantil é imensa para a população brasileira, visto que novos surtos de doenças, que outrora haviam sido drasticamente reduzidas graças à vacinação em massa, podem voltar a acontecer. Combater as notícias falsas que permeiam a vacinação infantil e retirar o receio dos pais em vacinar seus filhos não são apenas meios úteis para estimular a vacinação infantil, mas são vitais para o bem-estar coletivo. Dessa forma, utilizar o Zé Gotinha em campanhas de conscientização é uma excelente ferramenta para, de forma lúdica, ensinar sobre os benefícios da vacinação infantil para os pais e filhos, e assim mudar o triste panorama atual.

⁵³ “Bolsonaro critica vacinação de crianças e diz que filha não será vacinada”. Disponível em: <https://bit.ly/3MTZ0cD> Acesso em: 30 abr. 2022.

Lei Rouanet: o Desmonte da Cultura no Brasil

Afonso Dantas de Souza

Bruna Cavati Rossi



Charge: Fraude na Lei Rouanet. Disponível em: <https://g1.globo.com/sao-paulo/noticia/2016/06/charge-fraude-na-lei-rouanet.html>. Acesso em: 10 maio 2022.

O termo “cultura” foi empregado, inicialmente, para designar uma parcela de terra que viria a ser cultivada ou lavrada. Entretanto, com o passar dos anos, o termo adquiriu nova conotação, passando a representar uma rede de compartilhamento de símbolos, significados e valores de um grupo ou sociedade⁵⁴. Assim, a cultura adquire o sentido de aperfeiçoamento de uma competência, capacidade ou vertente intelectual e, com isso, denota um conjunto de estruturas sociais, religiosas, intelectuais e artísticas manifestadas por determinado grupo.

⁵⁴Significados. Disponível em: <https://bit.ly/38G64uO>. Acesso em: 14 maio 2022.

Nesse sentido, a cultura de um povo não reflete apenas a contemporaneidade, mas também seu processo histórico de formação. Tal fato não é diferente no Brasil que, em suas manifestações culturais marcadas pela grande miscigenação, incorpora suas mazelas e lutas, desigualdades e conquistas, e expressa a conjuntura social da época. Logo, tendo em vista a importância econômica e social que representa, a temática fez parte, sob diferentes abordagens, das distintas Constituições brasileiras. De forma análoga, a atual Carta Magna assegura o direito à cultura, de modo a consolidar o termo “patrimônio cultural”. Com isso, é de responsabilidade do Estado executar políticas públicas de modo a garantir o pleno exercício dos direitos culturais e acesso às fontes da cultura nacional a todos os cidadãos, com vista a apoiar, difundir e valorizar essas manifestações⁵⁵.

Para além da função social que desempenha, a importância do setor cultural se expande para a economia. No ano de 2020, segundo dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios

⁵⁵A cultura na Constituição Federal. Disponível em: <https://bit.ly/3silmGg>. Acesso em: 14 maio 2022.

Contínua (PNADC)⁵⁶, este setor correspondia a 5,6% do total de ocupados, isto é, 4,8 milhões de pessoas. Entretanto, nos últimos anos, sobretudo no governo Bolsonaro, as políticas públicas voltadas à cultura passaram a sofrer um crescente desmonte. Logo no início de sua gestão, em 2019, houve a extinção do Ministério da Cultura, passando este a compor uma Secretaria Especial vinculada ao Ministério da Cidadania. Além disso, tem ocorrido de forma implícita um desmonte na Agência Nacional de Cinema (Ancine), criminalizando artistas e gestores; a obstrução de recursos a projetos já aprovados e a manipulação ideológica para o financiamento de outros. Recentemente, o presidente da República também vetou importantes projetos para a comunidade artística, como a Lei Paulo Gustavo⁵⁷. Estes fatos conduzem à conclusão de que “estamos vivendo o desmonte total das instituições da Cultura”, como afirmou Maria Arminda do Nascimento Arruda, professora da Universidade de São Paulo (USP)⁵⁸.

Entre os alvos de maior ofensiva pelo governo, e também o que gera maior preocupação devido à sua importância nacional, está a Lei Rouanet. A Lei Federal de Incentivo à Cultura (nº 8.313/1991), como é conhecida, foi sancionada em 1991, e tem como um de seus principais propósitos apoiar iniciativas

artísticas e culturais, sendo um dos mecanismos de fomento à cultura mais importantes do Brasil e um verdadeiro marco para o setor. Com base nela, artistas, produtores e instituições, como museus, podem buscar recursos financeiros no setor privado, em troca de um abatimento no imposto de renda⁵⁹.

Para obter acesso aos benefícios desse dispositivo legal, os interessados devem inscrever seus projetos no Sistema de Apoio às Leis de Incentivo à Cultura (Salic), em que devem apresentar, entre outras informações, a contrapartida que oferece para o público. A aprovação, até 2021, era feita pela Comissão Nacional de Incentivo à Cultura (CNIC), com representantes do meio artístico, sociedade civil, empresariado e Estado, o que assegurava maior imparcialidade e competência para as decisões. Contudo, desde abril daquele ano, esta comissão está desativada devido ao fim do mandato de seus integrantes, cabendo a deliberação ao secretário nacional de Incentivo e Fomento à Cultura⁶⁰. Tal fato é extremamente grave, tendo em vista que a aprovação de todos os projetos vinculados a essa lei dependem de um único indivíduo, o que, além de tornar o processo mais longo, acaba por atribuir um caráter ideológico às decisões. Em outubro de 2021, foi divulgado um edital para convocação de membros para compor esta comissão,

⁵⁶ SIIC 2009-2020: setor cultural ocupava 4,8 milhões de trabalhadores em 2020. Disponível em: <https://bit.ly/37VsM1K>. Acesso em: 10 maio 2022.

⁵⁷ Carta de conjuntura da USCS. Disponível em: <https://bit.ly/3a2LHIF>. Acesso em: 06 maio 2022.

⁵⁸ A cultura como alvo. Disponível em: <https://bit.ly/3LrN8NG>. Acesso em: 14 maio 2022.

⁵⁹ Lei Rouanet: o que é, como funciona e mitos. Disponível em: <https://bit.ly/37VpAmK>. Acesso em: 05 maio 2022.

⁶⁰ LEI Rouanet: Entenda como funciona lei e o que mudou nos últimos meses. Disponível em: <http://glo.bo/3MrdlgJ>. Acesso em: 11 maio 2022.

porém, até o presente momento, não há nenhum resultado divulgado, embora o mesmo estivesse previsto para novembro.

Para mais, apesar de diversas publicações midiáticas demonstrando as fragilidades desta lei e o quanto ela se volta às grandes produções, é inegável os benefícios desta normativa para sociedade. De fato, locais como o Museu de Artes de São Paulo (MASP) e a Mostra Internacional de Cinema, ambos com um público pagante bem considerável, já foram contemplados por esta normativa. No entanto, uma pesquisa realizada pela Fundação Getúlio Vargas (FGV)⁶¹, em 2018, mostrou que 90% dos projetos aprovados eram de pequeno porte, sendo mais da metade de até R\$25 mil. Além disso, seu impacto reverbera em mais de 60 atividades dentro do setor produtivo. Entre 1993 e 2018, a lei movimentou quase R\$50 bilhões, sendo R\$31 bilhões diretamente, por meio das doações ou dos patrocínios, e R\$18,5 bilhões indiretamente, devido à movimentação que gera em sua interligação com outros setores. Assim, ao invés de retirar fundos da economia, essa lei, na verdade, tem mostrado que retorna recursos para a população. O estudo da FGV comprovou que para cada R\$1,00 investido, há um retorno de R\$1,59 para a sociedade.

Apesar destes dados, o Decreto nº 10.755/2021, publicado no Diário Oficial da União, diminuiu o teto de captação em diversas áreas, em que desfiles, exposições literárias e festivais

⁶¹ **Lei Rouanet traz retorno 59% maior que valor financiado, mostra FGV.** Disponível em: <https://bit.ly/38G5Jbw>. Acesso em: 05 maio 2022.

tiveram metade do orçamento suprimido. Os cachês para artistas e modelos solo foram reduzidos em 93,4%. O limite para aluguel de espaços foi limitado à R\$10 mil, o que apesar de parecer muito, inviabiliza a realização de eventos maiores e que poderiam atingir a um público maior. Este documento também proíbe que uma empresa aporte, por mais de dois anos, recursos para um mesmo projeto, o que, se por um lado, parece possibilitar que mais ações sejam contempladas pela lei, por outro, dificulta a realização de um planejamento de médio/longo prazo por parte de produtores, impedindo que muitos planos sequer saiam do papel. Segundo Sydney Sanches, presidente da Comissão Nacional de Direitos Autorais da OAB (Organização dos Advogados do Brasil), ao invés de tornar a Lei Rouanet mais justa e acessível, estas mudanças acabam por restringir a circulação de cultura de boa qualidade e inviabilizam grandes empreendimentos⁶².

Além disso, em termos gerais, dados de 2020 do Sistema de Informações e Indicadores Culturais (SIIC)⁶³, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), mostram, em um consolidado de onze anos, que apesar do aumento em termos absolutos dos gastos públicos no setor cultural, houve, em termos relativos, em relação ao total das despesas públicas, redução nos gastos empreendidos à

⁶² **Mudanças na Lei Rouanet serão analisadas pelo STF, em ação movida pela OAB.** Disponível em: <http://glo.bo/3PvH6Pq>. Acesso em: 10 maio 2022.

⁶³ **IBGE. Sistema de Informações e Indicadores Culturais 2009 - 2020.** Disponível em: <https://bit.ly/3Lsdn6R>. Acesso em: 10 maio 2022.

cultura. Isto se repetiu para todas as esferas do governo: federal, estadual e municipal.

Dessa forma, o desmonte da Lei Rouanet, bem como de outras políticas públicas voltadas à cultura, não deve ser visto como prejudicial apenas aos artistas e produtores interessados, mas sim a toda sociedade. Uma lei que possibilite à população, sobretudo aos que carecem, lamentavelmente, de recursos básicos para sobreviver, acessar a eventos como shows, exposições de arte, museus e discussões literárias, é democrática e tem papel de transformação social.

As políticas públicas precisam manter a pluralidade de visões e o compromisso com a vida. Não se pode aceitar que o Estado negligencie a garantia da plena cidadania. O objetivo orgânico de fortalecer, criar e reciclar o fomento à cultura que a Lei Rouanet estabelece é uma das necessidades de todos os segmentos da sociedade. O povo, de modo geral, precisa, mesmo que não saiba, pois como já dizia o ex-ministro da Cultura, Gilberto Gil: “o povo sabe o que quer, mas o povo também quer aquilo que não sabe”.

Petrobras e o Aumento dos Derivados: De Quem é a Culpa?

Elóra Cristóvão Travezani

Marcos Rodrigues Souza



A GASOLINA DO BOLSONARO [...]. Disponível em: <https://bit.ly/3Oy7K8W>. Acesso em: 17 jun. 2022.

A inflação vem, cada vez mais, mexendo com o bolso do brasileiro, e um dos principais motivos para sua aceleração é o aumento no preço dos combustíveis. Só a gasolina teve uma alta de 32% nos últimos 12 meses (até fevereiro)⁶⁴, o que fez com que muitos consumidores mudassem seu dia a dia para diminuir a demanda por esse produto.

Ao observarmos o cenário dos combustíveis no Brasil, inevitavelmente nos voltamos para a Petrobras, petrolífera que é a maior empresa

⁶⁴ 83% diminuíram o uso do carro por causa do aumento no preço da gasolina. Disponível em: <https://bitly.com/EPKxiN>. Acesso em: 16 jun. 2022.

brasileira⁶⁵ e a grande responsável pela oferta de combustíveis no país. Fruto do projeto nacional desenvolvimentista, ela foi fundada em 1953 e tinha como premissa promover independência e desenvolvimento ao povo brasileiro ao garantir, por meio de um slogan nacional, que *O petróleo é nosso*.

A ideia de uma empresa genuinamente brasileira se faz pela importância que a soberania sobre o petróleo nacional, bem como sobre fontes energéticas no geral, tem para o povo brasileiro. Isso se dá uma vez que a Petrobras exerce um papel fundamental no desenvolvimento socioeconômico do país, sendo também uma peça fundamental na ciência (com elevado desenvolvimento de pesquisas), na geopolítica e na economia brasileira, com uma participação considerável no PIB e na geração de empregos.

Porém, nas últimas décadas, a empresa destinada a ser o orgulho nacional passou por escândalos, disputas, e vem sendo alvo claro de interesses internacionais. A partir do governo

⁶⁵ A importância da Petrobras para o povo brasileiro. Disponível em: <https://bitly.com/siICIz>. Acesso em: 16 jun. 2022.

do ex-presidente Fernando Henrique Cardoso (1995-2003), ela passou por uma mudança de visão política e se tornou uma empresa de capital aberto, tendo seus rendimentos divididos entre governo e outros acionistas privados. Dessa forma, podemos dizer que, hoje, o petróleo não é mais tão nosso assim, já que as ações ordinárias da Petrobrás se dividem de forma que 50,3% pertencem ao governo, 8,2% aos investidores nacionais e 41,5% a investidores estrangeiros⁶⁶, esses que recebem uma boa fatia do lucro do petróleo brasileiro e, por aplicarem financeiramente na empresa, têm uma grande influência nas políticas implementadas pela mesma.

O Brasil, atualmente, é autossuficiente em petróleo, mas não em combustíveis, sendo necessário a importação de derivados para atender parte da demanda nacional. Assim, mesmo a Petrobras sendo líder na produção e distribuição de derivados de petróleo no país, controlando cerca de 80% do refino, ela conta com a participação de outras empresas do setor privado para abastecer o mercado interno. Em 2021, o Brasil importou 23% do diesel e 8% da gasolina que consumiu. Entretanto, de acordo com a Federação Única dos Petroleiros (FUP)⁶⁷, as refinarias da Petrobras operaram naquele ano com 75% a 80% da sua capacidade produtiva, e poderiam obter a autossuficiência

em gasolina e reduzir a importação de diesel se essa taxa tivesse sido maior.

Outro ponto que merece atenção quando voltamos os olhares à Petrobras é o aumento do seu endividamento nos últimos anos. Esse endividamento se deu, principalmente, pelos investimentos em novos projetos de exploração e produção de petróleo, e também em projetos no setor de refino, motivados pela descoberta da jazida de petróleo no pré-sal⁶⁸, tida como a maior reserva de petróleo dos últimos 50 anos. O montante encontrado colocou o Brasil entre os maiores detentores de reservas junto à Venezuela e a Arábia Saudita que, vale lembrar, são alvos de grandes disputas geopolíticas por esse motivo. Outro fator que motivou o aumento da dívida foi a política de subsídio aos preços da gasolina e de outros derivados adotada pelo governo da então presidente Dilma Rousseff, no período de 2011 a 2015, como meio de controlar a inflação frente a alta do preço dos barris de petróleo no cenário global daquele período, o que provocou a perda de receita por parte da empresa. Contudo, o que mais impacta o aumento vertiginoso da dívida da estatal é a desvalorização do real frente ao dólar, uma vez que cerca de 80% do endividamento⁶⁹ da empresa é em moeda estrangeira, sendo mais de 70% em dólar. Outra característica desse endividamento é o seu perfil, uma vez que os aumentos mais

⁶⁶ Como funciona a política de preços da Petrobras. Disponível em: <https://bitly.com/GBazkO>. Acesso em: 16 jun. 2022.

⁶⁷ Como funciona a política de preços da Petrobras. Disponível em: <https://bitly.com/GBazkO>. Acesso em: 17 jun. 2022.

⁶⁸ Economia Política do endividamento da Petrobras: evolução e determinantes (2006-2017). Disponível em: <https://bit.ly/3n6F0sr>. Acesso em: 17 jun. 2022.

⁶⁹ Endividamento da Petrobras: mitos e verdades. Disponível em: <https://bitly.com/waGKni>. Acesso em: 17 jun. 2022.

expressivos são feitos em médio e longo prazo, sendo justificado pelos investimentos em novas refinarias e na exploração do pré-sal, que darão o retorno devido.

Diante desse cenário de crescente endividamento, em 2016, a nova gestão da Petrobras mudou consideravelmente a sua estratégia de atuação, que passou a adotar como prioridade concentrar suas atividades na exploração e produção de petróleo em detrimento do refino, além de reduzir de forma acelerada o nível de endividamento por meio do desinvestimento e da venda de ativos, como refinarias da estatal.

Dentre a nova estratégia, destaca-se também o preço de paridade de importação (PPI), que reflete os custos totais para internalizar os derivados. Esse consiste em uma referência calculada com base no preço de aquisição do combustível no mercado internacional, acrescido dos custos logísticos - que incluem fatores como o frete marítimo, taxas portuárias e o transporte rodoviário -, mais as margens para remunerar riscos inerentes à operação. A nova estratégia é uma adequação da gestão à lógica da maximização do valor da empresa para o acionista, e também visa estimular a abertura de mercado para empresas estrangeiras investirem no Brasil, no setor de refino e distribuição de derivados, tendo como justificativas a garantia do abastecimento de combustíveis no país e a quebra do monopólio por parte da Petrobras.

Contudo, essa nova estratégia tem saído muito amarga para os brasileiros em benefício dos

acionistas estrangeiros, pois, dada a tendência de alta no mercado mundial de petróleo, seja por conta da guerra na Ucrânia ou pela recuperação econômica mundial após o arrefecimento da pandemia, os preços dos derivados de petróleo no Brasil aumentam sucessivamente, mesmo em momentos em que se observa uma eventual queda no preço mundial do barril por conta de aumentos temporários na oferta.

O atual governo brasileiro, seguido por seus apoiadores, atribui ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS) a culpa desse aumento, tendendo, em geral, a terceirizar a culpa da alta dos preços dos derivados, sem se preocupar em buscar algo que de fato pudesse atenuar o problema. A Câmara dos Deputados⁷⁰, inclusive, aprovou, no dia 14 de maio de 2022, o texto base do projeto de lei que limita a aplicação do ICMS sobre combustíveis. É, no entanto, improvável que tal medida consiga uma diminuição considerável nos preços a longo prazo se aplicada sozinha, o que deixa o povo brasileiro apenas com medidas paliativas e sem solução concreta para a questão que tanto os aflige.

A falta de ação para a resolução desse problema se deve em parte pelas atuais políticas adotadas pela Petrobras, já que a empresa tem atingido lucros recordes, chegando a R\$44,5 bilhões no último trimestre⁷¹, e se mostrado cada vez mais

⁷⁰ **Câmara aprova texto-base de projeto que limita ICMS dos combustíveis.** Disponível em: <https://bit.ly/3ydOuZp>. Acesso em: 22 jun. 2022.

⁷¹ **Lucro histórico: Petrobras lidera lista das mais lucrativas do 1º tri.** Disponível em: <https://bitly.com/GpHaoA>. Acesso em: 16 jun. 2022.

um investimento rentável. Dessa forma, a mesma lógica que leva ao encarecimento dos combustíveis consumidos pelos brasileiros beneficia os principais investidores da petroleira, sendo esses representados pelo governo e pelos grandes investidores que, ao contrário de grande parte da população, não são tão afetados pelos aumentos de preço.

O governo brasileiro, como acionista minoritário das ações preferenciais da Petrobras, que são as mais rentáveis, arrecadou R\$37 bilhões em 2021 com dividendos da empresa. Além disso, os grandes investidores também ganham muito com essa medida: nesse mesmo ano, R\$41 bilhões de reais do lucro da Petrobrás foram para investidores estrangeiros⁷².

Portanto, apesar dos fatores apresentados, que pressionam os preços do petróleo e dos combustíveis no Brasil, a culpa recai no governo federal, que permitiu que a empresa criada para ser o orgulho do povo brasileiro e servi-lo com sua função social, deixasse a população em situação crítica de acesso ao combustível e à itens da cesta básica afetados pela inflação, em nome de seu superlucro e do enriquecimento de seus acionistas.

⁷² **Consumidor paga conta da maior parcela dos lucros abocanhados por acionistas da Petrobras.** Disponível em: <https://bitly.com/DwluMq>. Acesso em: 16 jun. 2022.

Salário: o mínimo do mínimo

Alexandra Rayssa Nascimento Ribeiro



Como valor do salário mínimo é definido e por que não é de R\$ 6.500? Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao/2022/05/02/como-salario-minimo-e-definido-e-por-que-nao-da-para-simplesmente-aumentar.htm>. Acesso em: 10 maio 2022.

Não é de hoje que salário mínimo é um dos temas mais discutidos entre os cidadãos brasileiros, visto que o valor do piso salarial é a base da remuneração de inúmeras pessoas, incluindo trabalhadores e beneficiários do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS). O salário mínimo pode ser interpretado como sendo o valor mínimo ao qual se pode pagar a um trabalhador (muito embora inúmeras pessoas recebam abaixo desse valor), de modo a assegurar que o mesmo tenha acesso a condições básicas como moradia, alimentação, saúde, lazer etc.

A importância que o tema tem pode ser facilmente compreendida ao observar que, em 2021, do total de empregados, 34,4% recebiam até um salário mínimo, segundo estudo da

consultoria IDados.⁷³ Salários, que têm a ver com a inflação, se relacionam com o poder de compra dos indivíduos e afetam diretamente a qualidade de vida, que também tem vínculo com o nível de desemprego etc.

A fim de introduzir o assunto, vale salientar que o governo fixou o novo salário mínimo para 2022 em R\$1.212, sendo este, mais uma vez reajustado sem o aumento real, pois a correção não superou a inflação ocorrida desde o último aumento⁷⁴. Ainda, tal valor é o mais baixo em poder real de compra desde a instituição do Plano Real, em 1994.

No Brasil, até 2019, o valor estipulado levava em consideração o Produto Interno Bruto (PIB) do ano anterior e a inflação no país, de acordo com o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) do mesmo período. A partir de 2020, passou a ser reajustado apenas pelo INPC⁷⁵.

⁷³**Em recorde, 30 milhões de pessoas recebem até um salário mínimo no Brasil.** Disponível em: <https://economia.ig.com.br>. Acesso em: 17 mai. 2022.

⁷⁴**Bolsonaro será o 1º desde o Real a terminar gestão com mínimo valendo menos.** Disponível em: <https://financeone.com.br/calculo-do-inpc>. Acesso em: 17 maio 2022.

⁷⁵**Como o valor do salário mínimo é definido e por que não é de R\$ 6.000?** Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao>. Acesso em: 11 maio 2022.

O INPC é um indicador calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), que mensura o poder de compra de famílias que têm rendimento mensal mais baixo. Para isso, o IBGE possui uma cesta de consumo da população assalariada e mede a variação desses alimentos no prazo de um mês, ou seja, do dia 1º ao 30 de cada mês. Para isso, é realizada uma coleta pelo próprio IBGE nas principais regiões do Brasil e, a partir disso, a variação do poder de compra dessa população.⁷⁶ Por ser calculado com base em cestas de bens de quem recebe entre 1 a 5 salários mínimos, é preciso pensar que a diferença da realidade entre os dois extremos é grande, e a inflação tende a afetar os grupos de menores rendimentos, o que faz o reajuste salarial por vezes ser insuficiente para estes grupos.

Cada país determina um conjunto de regras sobre o seu salário mínimo. O salário mínimo foi instituído no Brasil em 1940, durante o Governo de Getúlio Vargas, que tinha como objetivo assegurar um mínimo de condições às famílias brasileiras, ampliando a adesão das massas populares ao regime. Esta medida dialoga com a própria característica do Estado à época, um Estado interventor-produtor, que se fez presente em outras esferas da economia. Posteriormente, foi nacionalmente unificado pelo Decreto nº 89.589/84, em que a Constituição de 1988 banuiu o salário mínimo

regional⁷⁷. Atualmente, a Lei prevê que o Poder Executivo faça os reajustes, de modo a assegurar condições básicas aos cidadãos.

Ao longo dos anos, visualiza-se a perda do poder de compra, resultante da inflação sem um reajuste proporcional do salário. Como exemplo atual, de acordo com um estudo publicado pelo jornal O Globo, a estimativa sugere uma redução no poder de compra do salário mínimo de 1,7% até o final de 2022⁷⁸. Apesar de não ser, ainda, um fato concreto, os dados já preocupam, pois se efetivados, em termos reais, (isto é, descontada a inflação) o piso salarial cairá de R\$1.213,84 para R\$1.193,37 entre dezembro de 2018 e dezembro de 2022.

Vale lembrar que, constitucionalmente, o salário mínimo deve ser reajustado periodicamente, de modo a compensar as perdas decorrentes da inflação. Isto é, conforme o preço de serviços e produtos básicos (alimentos, medicamentos, etc.) aumente, o piso pago aos trabalhadores deve subir proporcionalmente para repor o poder de compra - ou pelo menos deveria.

A projeção publicada pelo Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socioeconômicos (DIEESE), afirma que o valor estabelecido não chega nem perto de cobrir as despesas da família brasileira. Os cálculos

⁷⁷ **Artigo 76.** Disponível em: <https://www.direitocom.com>. Acesso em: 11 maio 2022.

⁷⁸ **Bolsonaro deixará o governo com salário mínimo tendo o menor poder de compra desde o Plano Real.** Disponível em: <https://www.cartacapital.com.br/economia>. Acesso em: 11 maio 2022.

⁷⁶ **Cálculo do INPC.** Disponível em: <https://financeone.com.br/calculo-do-inpc>. Acesso em: 11 maio 2022.

feitos pela entidade indicam que o valor do salário mínimo ideal para suprir todas as despesas de um trabalhador e de sua família no Brasil, deveria ser de R\$6394,76⁷⁹, o que equivale a mais de cinco vezes o valor atual. A estimativa do Departamento se refere ao mês de março. Em fevereiro, o valor ficou em R\$6.012,18, o que reflete de maneira clara a alternância dos preços em poucos meses. Esse seria o pagamento mínimo para sustentar uma família de quatro pessoas, considerando gastos com moradia, transporte, alimentação, saúde, educação, vestuário, higiene, lazer e previdência, justamente como a Constituição prevê.

Em janeiro de 2022, o Governo Federal reajustou o piso nacional para R\$1.212. O número divulgado mostra que o governo pretende apenas repor a perda da inflação do período, como citado anteriormente, sem valorização real do salário mínimo. Entretanto, se a inflação averiguada no acumulado de 2022 for diferente do estimado, o governo precisará rever o valor da proposta de salário mínimo no fim deste ano, já que a Constituição, em seu art. 7º, inciso IV⁸⁰, define que com reajustes periódicos que lhe preservem o poder aquisitivo, sendo assim, o aumento não pode ser inferior à inflação.

Em abril de 2022, o custo da cesta básica nas 17 capitais em que o Dieese realizou a pesquisa de apuração referente ao preço do produto, verificou-se que São Paulo é onde mais se paga para se alimentar. Os paulistanos devem desembolsar R\$803 para adquirir a cesta, o que já compromete 71% do salário mínimo, somente em alimentação básica. Avaliando o panorama de Vitória, Espírito Santo, o comprometimento da remuneração com a cesta é de 49,45%, em maio de 2022⁸¹.

O Brasil hoje tem a maior parcela de trabalhadores ganhando um salário mínimo desde 2012, segundo o IBGE. Não obstante, nos deparamos também com a realidade de que, 50% dos trabalhadores brasileiros recebem por mês, em média, 15% a menos que o salário mínimo⁸². Além disso, 64% das pensões e aposentadorias pagas aos brasileiros também estão fixadas no piso salarial.

O panorama se torna ainda mais assustador quando visualizamos o desemprego. O País fechou o último ano com mais de 12 milhões de desempregados, sendo que 30% estavam em busca de uma vaga há dois anos ou mais, o que representa a maior taxa de desemprego de longo prazo desde 2012, de acordo com o IPEA - Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada - sem emprego e sem renda. Mesmo nos setores

⁷⁹Salário mínimo ideal deveria ser de R\$ 6.394,76 em março, calcula Dieese. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/redacao> Acesso em: 11 maio 2022.

⁸⁰Inciso IV do Artigo 7 da Constituição Federal de 1988. Disponível em: <https://www.jusbrasil.com.br>. Acesso em: 27 maio 2022.

⁸¹Vitória: Preço de um mesmo produto pode variar até 202%. Disponível em: <https://esbrasil.com.br>. Acesso em: 24 maio 2022.

⁸²Metade dos trabalhadores brasileiros têm renda menor que o salário mínimo, aponta IBGE. Disponível em: <https://g1.globo.com/economia/noticia>. Acesso em 24 maio 2022.

formais do mercado de trabalho, a maioria dos ajustes e acordos salariais têm sido incapazes sequer de repor as perdas inflacionárias.

O salário mínimo do Brasil é, atualmente, o segundo menor entre os 38 países integrantes e parceiros da OCDE - Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico⁸³. Todas estas causas e efeitos, provocam uma deterioração aguda das condições de vida da população, em especial, dos mais pobres.

⁸³ Salário mínimo deveria ser de R\$ 6 mil, afirma DIEESE. Disponível em: <https://cultura.uol.com.br/noticias>. Acesso em: 12 maio 2022.

Mais um boleto pra pagar?

Daniel de Almeida Bahiense

Maria Luiza Moura Patricio



Grande queima Disponível em:
<http://www.genildo.com/2019/08/grande-queima.html>.
 Acesso em: 30 jun. 2022

Como se o universitário já não tivesse um dia livre de estresse, trabalho e recorrentes cortes de verba às suas instituições de ensino⁸⁴, notificou-se, recentemente, nas mídias sociais e jornalísticas, a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) 206/2019: uma moção por mensalidade nas universidades federais. Essa é de autoria do deputado federal General Peternelli (União Brasil/SP) e, baseada em um relatório feito pelo Banco Mundial em 2017⁸⁵,

⁸⁴Com corte no orçamento, 88% das universidades federais têm prejuízos, diz Andifes. Disponível em: <https://bit.ly/3yfuTGZ> Acesso em: 27 de jun. 2022.

⁸⁵Um Ajuste Justo - Análise da Eficiência e Equidade do Gasto Público no Brasil. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 27 de jun. 2022.

teria finalidade de inserir em nossa Constituição uma emenda para dispor sobre a cobrança de mensalidade nas universidades públicas.

Em recentes debates na Câmara dos Deputados, o General Peternelli e seus aliados, como o deputado Kim Kataguirí (União Brasil/SP), explicaram seus pontos de vista e os motivos por trás da PEC. No primeiro ponto, a cobrança de alunos de comprovada baixa renda não seria feita. Aqueles que pagariam a mensalidade, serviria para custear as despesas discricionárias das instituições como água, luz e energia. Em segundo, caracterizam o ensino básico público brasileiro como desigual: “Não seria correto que toda a sociedade financie o estudo de jovens de classes mais altas⁸⁶”. De acordo com eles, a grande maioria dos alunos que adentram instituições federais de ensino são de renda mais elevada. E por fim, em terceiro, há o argumento de que o gasto brasileiro na educação superior é muito alto em comparação com países como Espanha e Itália, onde a experiência da mensalidade em outros países se mostrou proveitosa.

⁸⁶PEC 206 quer cobrar mensalidade em universidade pública; entenda o que mudaria. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional>. Acesso em: 28 de jun. 2022.

O projeto coloca em questão o artigo 206 da Constituição, que garante gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais, ameaçando então um direito de cada cidadão brasileiro. O assunto dividiu opiniões públicas, enquadrando-se em um exemplo de ato que fomenta o crescente debate polarizado entre defensores de políticas econômicas de esquerda e de direita, que têm tomado conta do país nos últimos anos. Entretanto, a proposta não é inédita e tem seus ecos na ideologia neoliberal que vem ganhando espaço no país, desde a década de 1990, como pontuam Luciana Canavez e Paulo Henrique Donadeli em um artigo acerca da gratuidade do ensino superior. Os autores relatam o ano de 2003, quando foi apresentada no Congresso Nacional a PEC 217/2003. Nela, discorria-se a necessidade de novas fontes de financiamento e contribuições para as instituições federais, com a justificativa de reduzir a desigualdade de ensino e gerar mais infraestrutura e empregos dentro das universidades com o seu consequente desenvolvimento⁸⁷. A emenda encontrou resistências na sociedade, sendo arquivada em 2007. Nota-se, então, que os problemas com o financiamento do ensino público superior são ressaltados há muitos anos, refletindo-se nas justificativas tanto da PEC 217 quanto na PEC 206, que é a de destaque atual.

Uma emenda que disserta sobre a necessidade de ajuda direta para o custeio de uma

organização federal, é preocupante. Os cidadãos já pagam impostos direcionados à educação e estes deveriam ser suficientes para custear uma infraestrutura básica aos estudantes do país. Paulo Meyer Nascimento, economista e estudioso de modalidades de financiamento do ensino superior, entende que o ensino superior público necessita de investimentos, porém, ressalta que a cobrança dos alunos não é uma boa opção, pois cria barreiras financeiras ao estudante. Uma possível medida, de acordo com o economista, deveria caminhar aos moldes de um modelo de cobrança diretamente pela Receita Federal, como é feito de forma semelhante em países como Nova Zelândia, Hungria e Uruguai⁸⁸. A comparação com países desenvolvidos sobre o funcionamento e dinâmica do gasto e arrecadação governamental, deve ser feita com bastante cuidado. As reformas fiscais, como foi proposto por Meyer, servem de inspiração a um método que se adequa às particularidades econômicas do país; já a comparação de valores nominais de quanto cada país gasta, não leva em consideração uma conjuntura de fatores estruturais e sociais. De exemplo, a comparação de gastos na educação no Brasil com a Alemanha: o Brasil gasta cerca de 5% do PIB anual em gastos na educação *versus* 4% da Alemanha, entretanto, o PIB brasileiro é muito menor que o alemão, sendo o PIB per capita do primeiro cerca de US\$6,800.00 e o segundo US\$45,700.00. Apesar da porcentagem

⁸⁷A gratuidade do ensino superior nas universidades públicas e a tutela do direito ao acesso à educação superior. Disponível em: <https://bit.ly/3Anijbk>. Acesso em: 25 de jun. 2022.

⁸⁸Universidades públicas repudiam PEC que propõe cobrança de mensalidades. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional>. Acesso em: 27 jun. 2022.

brasileira ser 1 p.p maior, os valores reais precisam, novamente, ser analisados com cautela.⁸⁹ Deve-se observar também que, no ano corrente, o fundo eleitoral beira os 5 bilhões de reais, tendo aumentado em 200% em relação à previsão inicial de custo, sendo o maior fundo já criado⁹⁰. Isto é contraditório, principalmente diante da má distribuição de fundos de um governo que prioriza mais a corrida eleitoral do que a educação.

A ideia de cobrar mensalidade apoiando-se na concepção de que “a maioria dos estudantes que frequentam as universidades públicas são de famílias mais ricas”, como afirmou o General Peternelli, também é inconsistente. Cerca de 70% dos estudantes tem renda familiar per capita de até 1,5 salários mínimos, e 64,7% frequentaram escolas públicas, como mostra a pesquisa da Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior (Andifes) em 2018⁹¹. Renato Janine Ribeiro, presidente da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) afirma que a proposta da PEC 206/2019 é desatualizada, pois a Lei de Cotas foi um fator essencial para a entrada e inserção de alunos pretos, pardos e indígenas (PPI), baixa renda e pessoas com

deficiência (PCD), mudando drasticamente o perfil da universidade.⁹² Ribeiro também considera a tamanha complexidade das diferentes situações econômicas dos estudantes; o sistema de cobrança seria burocrático e com retornos inexpressivos⁹³.

A proposta da PEC 206/2019 não levou em consideração, ou sequer propôs, o debate com aquela que será diretamente afetada: a comunidade universitária⁹⁴. Marcus Vinicius David, reitor da Universidade Federal de Juiz de Fora (UFJF), ponderou que as faculdades públicas têm caráter social e que não basta apenas um estudo do Banco Mundial, mas sim, uma série de análises para responder como essa cobrança seria feita ou quais parâmetros seriam definidos. O reitor da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Paulo Vargas, em nota de repúdio, considerou que a gratuidade do ensino brasileiro é o que promove um fator de qualificação exímio para a população.⁹⁵

Assim, não bastasse os cortes que a ciência vem sofrendo nos últimos anos⁹⁶, a proposta da PEC

⁸⁹Por que é enganoso falar que o “Brasil gasta muito com educação”? Disponível em: <https://bit.ly/3yFEb0i>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

⁹⁰STF mantém valor de R\$ 4,9 bilhões para o fundo eleitoral de 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3yIzdOg>. Acesso em: 29 de jun. 2022.

⁹¹V Pesquisa Nacional de Perfil Socioeconômico e Cultural dos (as) Graduandos (as) das IFES. Disponível em: <https://www.andifes.org.br/?p=88796>. Acesso em: 29 jun. de 202

⁹² Nós temos um podcast falando sobre este assunto, confira em nosso Spotify.

⁹³Mensalidade na universidade pública? O que está em debate no Congresso. Disponível em: <https://www.bbc.com/portuguese/brasil-61574241>. Acesso em: 29 jun. de 2022.

⁹⁴Universidades públicas repudiam PEC que propõe cobrança de mensalidades. Disponível em: <https://www.cnnbrasil.com.br/nacional>. Acesso em: 30 jun. de 2022.

⁹⁵Administração central da UFES repudia proposta ao fim da gratuidade nas universidades. Disponível em: <https://www.ufes.br>. Acesso em: 24 jun. de 2022.

⁹⁶Ministro diz que governo diminuiu para R\$ 1,6 bi o corte na verba das universidades federais. 2022

206/2019 sequer leva em consideração os diversos fatores problemáticos que a mesma carrega ao se basear em informações levianas e ilusórias. Parece piada de mau gosto uma proposta que visa a supressão de um direito constituído em 1988, que garantiu e gerou alunos e pesquisadores brilhantes e que abriu, e continua abrindo, portas para diversas contribuições científicas para o país.

A universidade pública permite a formação científica, o desenvolvimento humanístico, gera oportunidades para ascensão social e é o alicerce para pesquisa e extensão por todo o país. O posicionamento a favor da sua permanência e gratuidade é necessário, e não pode ceder a pressões eleitoreiras que vão contra os valores educacionais e inclusivos que a ela luta para a manter, mesmo em tempos conturbados. Lute pelo seu direito, lute pela educação gratuita, pública e de qualidade.

Disponível em: <https://g1.globo.com/educacao>. Acesso em: 28 jun. de 2022.

Saúde: um bem ou um direito?

Diogo Schiavinatto

Maria Luiza Moura Patricio



Nem segurança nem corrupção. Prioridade do Governo deve ser saúde e emprego, diz pesquisa. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3SI8sTi>. Acesso em: 28 set. 2022.

A pandemia da COVID-19, que assolou o mundo nos últimos anos, trouxe diversos impactos econômicos e sociais para a população brasileira. O sistema de saúde público foi uma das áreas com maior impacto nessa fase pandêmica, sendo crucial para o atendimento à população, sobretudo daqueles que têm no Sistema Único de Saúde (SUS) seu único meio de atendimento. Contudo, o mesmo colapsou devido ao aumento da demanda combinado à falta de recursos. Essa fragilidade exposta é consequência de um fenômeno que ocorre, no Brasil e no mundo, há um tempo bem maior: a “mercantilização da saúde”.

O termo “mercantilização da saúde” surgiu no contexto da crise do “Estado de Bem-Estar

Social” e da ascensão de Margaret Thatcher (Partido Conservador) ao cargo de liderança do Reino Unido, no qual, pautado em uma política neoliberal, o governo passou a retirar as políticas públicas desse estado de bem-estar social e a produzir uma série de privatizações, com a saúde, um direito humano, se transformando em uma mercadoria.

O sistema de bem-estar social se estruturou no pós-Segunda Guerra Mundial, em que os países da Europa Ocidental passaram a adotar um conjunto de medidas em favor de suas populações. Como exemplos, tem-se o estabelecimento de um sistema de previdência, um sistema de saúde pública e proteção contra a pobreza. Essas políticas estavam pautadas em um “pacto social”, em que o Estado intermediava a relação de capital-trabalho para aumentar a renda disponível, como meio de possibilitar o consumo de massa. Já no Brasil, semelhante ao estado de bem estar social, em 1990, foi criado o Sistema Único de Saúde (SUS), seguindo os princípios de acesso universal e igualitário à saúde.

Entretanto, as crises financeira e energética dos anos 1970 e a ascensão do neoliberalismo geraram uma revisão nesse sistema por parte dos países europeus. Esse fenômeno de reformulação de políticas públicas se

intensificou no Brasil em 1998, quando foi aprovada a lei de Organizações Sociais (OSs), que são entidades de direito privado autorizadas a atuar em conjunto com o poder público em áreas de educação, saúde, ciência etc.

A partir daí, de acordo com o Censo das OSs brasileiras, em 2018⁹⁷, o poder público começou a transferir a gestão de postos de saúde e ambulatorios para essas entidades, sob a argumentação de que seria mais econômico aos cofres estatais e traria melhoras na qualidade e eficiência dos atendimentos⁹⁸. Simultaneamente a todos esses atos, a população brasileira acompanhou a aprovação, em 2017, do teto de gastos públicos, que congelou os investimentos em diversas áreas, inclusive na saúde, com o objetivo de reduzir o déficit governamental. Essa medida diminuiu, em termos reais, os recursos alocados pelo Governo Federal na saúde, reduzindo a capacidade do SUS e abrindo espaço para o mercado de planos privados e para as OSs dominarem o setor de saúde.

Entretanto, as alegações de que as organizações sociais são eficientes, mais econômicas e de maior qualidade não parecem estar pautadas na realidade. A título de exemplo, no Rio de Janeiro, essas organizações,

responsáveis por mais de 260 unidades de saúde no estado e recebendo cifras bilionárias do poder público, foram incapazes de prover uma estrutura de saúde digna. Dessa forma, tornou-se necessário um aporte da Prefeitura do Rio de Janeiro de R\$ 100 milhões em regime de urgência para tais unidades, no ano de 2019, a fim de manter o atendimento funcionando minimamente⁹⁹.

Ademais, no que diz respeito ao SUS, as notícias de redução de recursos são frequentes. Exemplo disso foi o corte no orçamento destinado para investimentos nas áreas de prevenção e controle do câncer, reduzida em 45%, saindo de R\$ 175 milhões em 2022 para R\$ 97 milhões em 2023¹⁰⁰, o que expõe, de maneira cristalina, o desleixo estatal com um direito básico da população.

Esse descaso com o sistema de saúde brasileiro deu base para as companhias privadas ampliarem sua participação e transformarem a saúde em um grande mercado no país. Atualmente, observa-se que a procura por planos de saúde privados cresceu de forma significativa, com a receita destes tendo aumentado, em 2021, 10 bilhões de reais em relação a 2020 - R\$ 239,9 bilhões contra R\$ 229,9 bilhões -, reflexo de quase dois milhões de consumidores a mais na procura por saúde privada. O crescimento também foi

⁹⁷Censo das organizações sociais de saúde brasileiras: levantamento e caracterização. Disponível em: <https://pesquisa-eaesp.fgv.br/sites/gvpesquisa.fgv.br>.

Acesso em: 29 set. 2022.

⁹⁸A atuação do ministério público em face das organizações sociais de saúde. Disponível em: [12-12 LIVRO MANUAL SAÚDE I.pdf \(cnmp.mp.br\)](12-12 LIVRO MANUAL SAÚDE I.pdf (cnmp.mp.br)).

Acesso em 29 set. 2022.

⁹⁹Crivella diz que vai liberar R\$ 100 milhões para organizações sociais de saúde. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj>. Acesso em: 29 set. 2022.

¹⁰⁰Com corte de verbas de Bolsonaro, saiba como planejar gastos com saúde. Disponível em: <Bolsonaro corta verba contra o câncer.>. Acesso em: 29 set. 2022.

impulsionado pela pandemia, segundo especialistas¹⁰¹.

Com esse aumento na procura, os planos de saúde passaram a ter maior margem para aumentar suas mensalidades, de forma que o lucro dos proprietários aumentou, mas a infraestrutura do plano não, tanto para os pacientes quanto para os próprios médicos. Entre 2000 e 2009, por exemplo, estes reajustes mensais acumularam 133%; já os médicos não receberam reajuste anual, ainda que tenham gastos crescentes, como o desenvolvimento dos consultórios¹⁰².

Logo, além dos pacientes sofrerem, ou com o mal funcionamento do SUS e das OSs ou com a capitalização excessiva dos planos privados, os próprios funcionários da saúde têm sua mão de obra explorada, com baixa remuneração, más condições de trabalho e falta de direitos trabalhistas. Além disso, quando trabalhadores da saúde conseguiram, com muito esforço, um piso salarial, as grandes corporações reagiram e, via Judiciário, impediram os efeitos do piso salarial para enfermeiros e técnicos de enfermagem.

Isso evidencia como a política brasileira está pautada na ideologia neoliberal e, por causa disso, os brasileiros arcam com consequências, como a privação da garantia do direito à saúde. Nessa ótica, vemos líderes de operadoras de planos privados entrarem na lista de bilionários

¹⁰¹**Planos de saúde: receita de operadoras cresce R\$10bi em 2021, mas lucro cai com maior uso por clientes.** Disponível em: <https://oglobo.globo.com/economia>. Acesso em: 29 set.2022

¹⁰²**A mercantilização da saúde.** Disponível em: <https://portal.cfm.org.br/artigos/a-mercantilizacao-da-sau-de/>. Acesso em: 29 set. 2022.

da Forbes, como Dulce Pugliese de Godoy Bueno, fundadora da Amil, com um patrimônio de quase 8 bilhões de reais¹⁰³, enquanto hospitais do SUS não têm leitos para atender seus doentes, refletindo políticas de desprezo à saúde.

Considerado um dos maiores sistemas de saúde públicos do mundo, o SUS realiza por ano cerca de 2,8 bilhões de atendimentos¹⁰⁴, e sua preservação deveria ser mantida pelo governo, ao invés da comercialização da vida. Companhias de saúde privadas não podem se sobressair sobre o sistema público, e não deveríamos ter que pagar para garantir um direito constitucional. Ao observar a constante tentativa de privatização no âmbito da saúde, é nítido que o Estado não garante a universalidade assegurada na Constituição Federal de 1988 e estimula a ampliação da privatização, passando a responsabilidade de atender as demandas postas pela sociedade ao interesse privado, trazendo atendimento de qualidade somente à parcela que possui condições de arcar com os custos dos serviços, e estimulando ainda mais a desigualdade que o Brasil enfrenta.

¹⁰³**Lista da Forbes: quem são os bilionários do setor de saúde.** Disponível em: <https://forbes.com.br/forbes-money>. Acesso em: 30 set. 2022.

⁸ **Por 7x4, STF confirma suspensão do piso da enfermagem. 2022.** Disponível em <https://agenciabrasil.ebc.com.br>. Acesso em: 30 set.2022

¹⁰⁴**SUS.** Disponível em: <https://pensesus.fiocruz.br>. Acesso em: 03 out. 2022

Jogos de (Azar) Sorte

Arthur Buffon Rodrigues Viana

Henrique dos Anjos Moura



Charge: suspeitas de manipulação de resultados no futebol brasileiro. Disponível em: <https://globoesporte.globo.com/sp/sorocaba/futebol/noticia/2016/07/charge-futebol-brasileiro-conviv>. Acesso em: 11 out. 2022.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), a pandemia da COVID-19 começou no dia 11 de março de 2020¹⁰⁵, há mais de dois anos. No Brasil, esse cenário causou a retração de diversos setores da sociedade devido à necessidade do isolamento social, ou seja, do início da quarentena. No entanto, em alguns setores ocorreu o contrário: houve, na verdade, um processo de ascensão. Um forte exemplo foi o mercado de apostas esportivas. Nesse sentido, a pesquisa “O mercado de apostas esportivas – Um panorama sobre o alcance global da atividade e do potencial dos *players*

¹⁰⁵Histórico da pandemia de COVID-19. Disponível em: <https://www.paho.org/pt/covid19/historico>. Acesso em: 11 out. 2022

brasileiros”, da empresa de pesquisa Industry Insights¹⁰⁶, revela que 59% dos participantes começaram a apostar na pandemia.

Por outro lado, não é correto inferir que essa prática surgiu durante a crise sanitária, uma vez que, no Brasil, o mercado de apostas esportivas cresceu de R\$ 2 bilhões para a incrível marca de R\$ 7 bilhões, no período entre 2018 e 2020. Além disso, salienta-se que já existia legislação vigente no Brasil em 2018. Essa foi desenvolvida diante de um limbo jurídico deixado pelos decretos da década de 1940, que traziam um caráter infracional para a exploração dos jogos de azar, mas que não integravam as apostas esportivas. Acerca disso, o Congresso Nacional sancionou a lei nº 13.756. A partir dessa legislação, que é temporária, instituíram-se as apostas “quota fixa”, ou seja, aquelas em que os ganhos são definidos previamente. Dessa maneira, complementam o então vazio legislativo e incorporaram tanto as apostas físicas quanto as online.

Tendo em vista essa crescente atividade e a condição temporária da lei 13.756/18, a Câmara dos Deputados aprovou, em fevereiro de 2022, o projeto de lei (PL) nº 442/91. Mesmo com uma

¹⁰⁶O mercado de apostas esportivas.. Disponível em: <https://gente.globo.com/o-mercado-de-apostas-esportivas>. Acesso em: 12 out. 2022.

forte oposição dentro do Legislativo e um possível veto da atual presidência, esse PL autoriza e regula jogos de azar em geral no Brasil. O debate da aprovação é muito acirrado e as bases argumentativas variam, mas quanto às apostas esportivas, em especial, existe um argumento muito intrigante. Para alguns, “ainda que compartilhe algumas características com os demais jogos de azar, este tipo de aposta não constitui puramente um jogo de azar, uma vez que a combinação ganhadora não é resultado de um sorteio, e sim relaciona-se com o resultado final de um determinado evento esportivo” (OLMEDA, apud BAITELLO, 2022)¹⁰⁷.

Mesmo que as apostas esportivas não possuam caráter completamente randômico, o seu crescimento e popularização configuram, em certa medida, um sério risco para a integridade do esporte. Isso se dá porque as quantias astronômicas que circulam nesse meio atraem a atenção de estelionatários, que veem na manipulação de resultados uma forma de maximizar seus lucros no mundo das apostas. Em matéria para o site esportivo GE¹⁰⁸, o jornalista Rodrigo Lois apresenta dados acerca do número de jogos suspeitos de manipulação em 2022, que deve passar de mil em todo o planeta. Essa pesquisa se destaca quando observado que, dentre os 17 anos de sua realização, este seria o maior resultado, com o

agravante de que, segundo a matéria, “o problema da manipulação ainda é visto como em ascensão”. Os péssimos índices acendem um sinal de alerta quando se trata de Brasil, visto que o esporte brasileiro possui traumas recentes com esquemas dessa espécie.

Por conseguinte, é difícil encontrar um fato que foi mais vexatório (e criminoso) para o esporte nacional que a chamada “Máfia do Apito”, um esquema de manipulação de resultados liderado pelo empresário Nagib Fayad durante o Campeonato Brasileiro de 2005. A falcatura era tão bem articulada que contava, entre os envolvidos, com a participação de Edílson Pereira de Carvalho, um dos poucos árbitros certificados pela Federação Internacional de Futebol (FIFA) em território nacional à época. A dinâmica era simples: Nagib apostava sempre na vitória da equipe favorita, enquanto Edílson, dentro de campo, garantia que o resultado da partida fosse favorável ao apostador. O escândalo veio à tona em setembro de 2005 e, ao todo, 11 partidas da primeira divisão do Campeonato Brasileiro, daquele ano, tiveram de ser anuladas pelo Superior Tribunal de Justiça Desportiva (STJD) por suspeitas de manipulação.

Atualmente, os criminosos têm fugido dos grandes eventos, preferindo atuar majoritariamente nas divisões inferiores do futebol brasileiro, principalmente nos campeonatos estaduais. Isso se justifica por essas competições não possuírem apelo nacional e se encontrarem fora do radar da grande mídia, de forma que as manipulações possam ser feitas veladamente. Outra questão é

¹⁰⁷A legalização dos jogos de azar no Brasil como forma de fomentação do esporte. Disponível em: <https://jus.com.br/artigos/92525>. Acesso em: 13 out. 2022.

¹⁰⁸Jogos suspeitos de manipulação devem bater recorde em 2022. Disponível em: <https://ge.globo.com/futebol>. Acesso em: 11 out. 2022.

a situação financeira dos atletas que atuam nesses campeonatos, os quais, diferentemente dos grandes astros, recebem salários modestos e, portanto, encontram-se muito mais suscetíveis às sedutoras ofertas das quadrilhas. Somando isso ao crescimento vertiginoso do mercado de apostas online nos últimos 4 anos, temos como resultado um 2022 marcado por suspeitas de manipulações de resultados em diversos campeonatos regionais pelo país.

Em fevereiro, por exemplo, a equipe do Crato Esporte Clube foi suspensa do Campeonato Cearense pelo Tribunal de Justiça Desportiva do Futebol do Ceará (TJDF-CE). Isso porque a Sportradar, empresa contratada para investigar o ocorrido, apontou uma “gravíssima constatação de manipulação de resultado”¹⁰⁹ na goleada sofrida pelo referido time para o Atlético-CE por 9 a 2. O argumento decisivo apresentado pela Federação Cearense de Futebol (FCF) foi o vazamento de áudios internos do clube que revelavam combinação de números de gols e escanteios.

Em junho, tivemos a suspensão do clube Andradina e de mais 4 atletas pelo TJD-SP após o time sofrer goleadas suspeitas de 7 a 1 e 8 a 0, em partidas válidas pela quarta divisão do Campeonato Paulista. Os relatórios de padrão de apostas para essas partidas indicam grau de

máxima chance de manipulação¹¹⁰. No Rio Grande do Sul, em setembro, dois atletas vieram a público se pronunciar após a abertura de investigações relativas à goleada do Bagé por 7 a 0 sobre o Farroupilha, válida pela série B do Campeonato Gaúcho. Ambos relataram terem sido procurados por um homem que fazia apostas na internet propondo que prejudicassem suas equipes nos jogos em troca de dinheiro¹¹¹.

Esses casos são apenas alguns dentre os que ocorreram em 2022 no cenário esportivo brasileiro, e seguiram um padrão claro: resultados bizarros e em divisões inferiores dos campeonatos estaduais, os quais possuem baixíssima visibilidade, pouca organização, com atletas e comissões técnicas em vulnerabilidade econômica. Nesse patamar, as propostas financeiras acabam sendo irrecusáveis, de forma que se torna muito lucrativo para os apostadores oferecerem alguns poucos milhares de reais para os jogadores a fim de, poucas horas depois, receberem quantias muito maiores com os resultados de suas apostas.

Então, a pergunta que fica é: será que as apostas esportivas realmente são tão diferentes dos outros jogos de azar?

¹⁰⁹TJDF-CE suspende Crato do Cearense por suspeita de manipulação de resultados. Disponível em: <https://ge.globo.com/ce/futebol>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹⁰Tribunal suspende Andradina e quatro atletas por suspeita de manipulação de resultados em SP. Disponível em: <https://ge.globo.com/sp/tem-esporte/futebol>. Acesso em: 10 out. 2022.

¹¹¹Jogador revela tentativa de manipulação de resultados na terceira divisão do RS; veja. Disponível em: <https://ge.globo>. Acesso em: 11 out. 2022.

Depois de tantos casos apresentados, resta-nos abrir os olhos e perceber que a legislação não garante efetivamente a fiscalização, e que seria um delírio acreditar que as apostas esportivas não poderiam ser fraudadas como os demais jogos de azar. Não temos aqui espaço e respaldo para debater se a legislação é realmente o caminho correto, mas uma coisa é certa: para alguns, os jogos de azar são, na verdade, jogos de sorte!

Perigoso Glamour: Até quando o Vilão será Mocinho?

Elóra Cristóvão Travezani

Júlia Paulino Rocon



I don't regret my \$2,000 Ted Bundy, Jeffrey Dahmer tattoos. Disponível em: <https://nypost.com/2021/12/15/i-dont-regret-my-2000-ted-bundy-jeffrey-dahmer-tattoos/>. Acesso em: 25 out. 2022.

Não é segredo que séries e filmes do gênero *true crime*, que retratam acontecimentos de crimes reais, estão cada vez mais populares em plataformas de *streaming* como Netflix e HBO Max. Mas, por que será que esse assunto chama a atenção de tantos telespectadores? O que conduz as pessoas a considerarem histórias de tamanha violência como entretenimento?

Segundo a médica psiquiatra Danielly Ferraz¹¹², esse tipo de conteúdo sempre atraiu os olhares do público pelo mistério envolvente das tramas

¹¹²Por que séries true crime como Pacto Brutal e Dahmer fazem tanto sucesso?. Disponível em: <https://bit.ly/3sPvKfi>. Acesso em: 01 nov. 2022.

que fogem do cotidiano das pessoas, e ainda mais na atualidade com a facilidade de acesso proporcionada pelo mundo digital. Em três semanas¹¹³, a obra “Dahmer: Um Canibal Americano” se tornou a segunda série mais assistida da plataforma Netflix, totalizando 701,37 milhões¹¹⁴ de horas assistidas. Porém, é necessário prestar atenção aos excessos, pois um simples *hobby* pode virar uma obsessão.

No entanto, a obsessão pelo assunto não faz com que o indivíduo se torne um *serial killer* (assassinos em série). Geralmente, os distúrbios psicológicos que levam alguém a essa condição envolvem traços genéticos¹¹⁵ e comportamentais. Neste ponto, é interessante diferenciar os mais comuns Transtorno de Personalidade Antissocial (TPA).

Em relação às doenças de maior ocorrência relacionadas aos TPAs, tem-se a sociopatia e a

¹¹³“Dahmer: Um Canibal Americano” bate recorde de audiência na Netflix. Disponível em: <https://bit.ly/3FFFOiB>. Acesso em: 25 out. 2022.

¹¹⁴“Dahmer’ Becomes Netflix’s Second Biggest Series Ever. 2022. Disponível em: <https://bit.ly/3TRUj70>. Acesso em: 01 nov. 2022

¹¹⁵Por que séries true crime como Pacto Brutal e Dahmer fazem tanto sucesso?. Disponível em: <https://bit.ly/3sPvKfi>. Acesso em: 01 nov. 2022

psicopatia. Estas, apesar de apresentarem em comum o desprezo pelas normas sociais, mesmo quando há punição pela transgressão, têm outras características completamente diferentes. O doutor em criminologia Scott A. Bonn¹¹⁶ descreve os sociopatas como inquietos, voláteis e emocionalmente instáveis, o que faz com que um indivíduo com esse transtorno, por exemplo, não fique muito tempo em um mesmo emprego. Segundo essas características, caso ele fosse autor de um crime, provavelmente não seria um ato planejado. Já um psicopata é um manipulador ardiloso que mente muito bem e geralmente não levanta suspeitas de quem é. Você pode conviver com um psicopata por uma vida inteira e nunca desconfiar da condição dele. É importante frisar que um psicopata nem sempre é violento ou um assassino sanguinário. Agora, se uma pessoa que possui um TPA começa a apresentar perigo para a sociedade, há um risco de que ela possa se tornar um *serial killer*¹¹⁷ no futuro.

O grande problema acerca dessa temática é a influência midiática distorcida dos grandes casos. A indústria televisiva é uma grande formadora de opinião e de forte influência sobre seus telespectadores, tendo o dever de agir com responsabilidade ao levar notícias verídicas e com imparcialidade, porém, não é isso que acontece. O sensacionalismo é usado como forma de prender a audiência e “gerar

IBOPE”, ao utilizarem imagens vívidas, uma rica descrição dos detalhes de cenas de crimes e músicas perfeitamente escolhidas, as emissoras causam no público-alvo sentimentos inexplicáveis pelo *mix* de medo, pavor e satisfação.

A deturpação da realidade é tanta que autores dos crimes hediondos são representados como mocinhos, o que provoca no telespectador um sentimento de compaixão e de proximidade. Isso conduz, aparentemente de modo intencional, a tentarem buscar na história dos personagens motivos que justifiquem as atrocidades cometidas por eles. Busca-se justificar o injustificável.

Essa romantização vai além da categoria de *true crime*. Um exemplo é a famosa série ficcional “YOU”, uma obra com enorme público adolescente que normaliza práticas inconcebíveis. O protagonista persegue suas ex-namoradas e invade a privacidade delas, clonando seus *smartphones* com o intuito de monitorá-las, além de matá-las ou a quem interviesse no seu relacionamento. No enredo, as ações do assassino são justificadas por sua infância complicada, com abusos físicos e psicológicos, o que o faz apresentar traços do transtorno de personalidade antissocial.

Por meio da comercialização de tramas impactantes como essa, a indústria audiovisual encontra uma fonte de lucro nessas histórias, sem se preocupar com as consequências de como as histórias são contadas ou o que podem acarretar. O jornal BBC aponta que a Netflix, por exemplo, conseguiu superar a queda de

¹¹⁶How to Tell a Sociopath From a Psychopath. Disponível em: <https://bit.ly/3STX72k>. Acesso em 1 nov. 2022.

¹¹⁷Como distinguir um sociopata de um psicopata. Disponível em: <https://bit.ly/3SU9Vps>. Acesso em 25 out. 2022.

assinantes graças aos sucessos lançados entre julho e setembro, estando entre eles a série Dahmer.¹¹⁸ Utilizando-se de crimes chocantes, entrevistas bombásticas e enredos glamourizados, a mídia leva o tema à exaustão, em troca da matéria perfeita e do recorde de audiência.

O exemplo claro dessa busca é o caso Eloá Pimentel, em que uma adolescente de 15 anos foi feita refém por seu ex-namorado, de 22 anos, por 100 horas. Nessa situação, a apresentadora de TV, Sônia Abrão, aproveitou a repercussão do caso para entrevistar o sequestrador ao vivo, atrapalhando as negociações da polícia. Apesar disso, ela recentemente afirmou em entrevista que não se arrepende do fato, já que a matéria resultou na cobertura perfeita.¹¹⁹

Essa exposição romantizada e excessiva de criminosos leva a consequências profundas, mexendo com o emocional e o imaginário dos telespectadores, e também revivendo traumas nas famílias das vítimas, as quais se encontram revendo o seu terrível passado.

Um exemplo desse fato foi o que aconteceu com diferentes agentes de perversidade. Como Guilherme de Pádua, assassino de Daniella Perez, filha da famosa roteirista da Rede Globo, Glória Perez, que recebia cartas de fãs na prisão. Assim como o famoso assassino americano Ted Bundy, que ganhou o coração de

muitas mulheres durante o período de seu julgamento por sua beleza, e até hoje continuam sendo criadas diversas obras sobre o seu caso.

Existe uma categoria psiquiátrica que enquadra alguns casos do padrão sexual indicado acima — a hibrístofilia, uma condição na qual a pessoa tem preferência por parceiros delinquentes ou que são violentos¹²⁰. É por conta desse distúrbio que essas mulheres se encontram perdidamente apaixonadas por esses homens vis, cegas de toda maldade cometida por eles.

Algumas *groupies* do crime, pessoas que buscam intimidade emocional ou sexual com criminosos, chegam a tatuar o rosto dos criminosos na pele e até mesmo a casar-se com eles. Como é o caso de Shirlee Joyce Book¹²¹ que, após três anos trocando correspondências com Kenneth Bianchi, assassino de mais de dez mulheres¹²², casou-se com ele em setembro de 1989¹²³, enquanto o mesmo ainda estava na penitenciária.

Ao colocarem os holofotes voltados aos assassinos, os meios de comunicação deixam de

¹²⁰Netflix: especialista explica romantização de serial killer em Dahmer. Disponível em: <https://bit.ly/3Uh8HWk>. Acesso em: 01 nov. 2022.

¹²¹FÃ-CLUBE DE MATADOR. Disponível em: <https://bit.ly/3Wo8jH8>. Acesso em: 25 out. 2022.

¹²²A MULHER QUE SE RELACIONOU COM UM SERIAL KILLER: “ELE FOI DOCE COMIGO”. Disponível em: <https://bit.ly/3Wk5ozj>. Acesso em: 25 out. 2022.

¹²³9 Women Who Fell In Love With Cold-Blooded Killers — Despite Their Heinous Crimes. Disponível em: <https://bit.ly/3Dszb09>. Acesso em: 25 out. 2022.

¹¹⁸Os sucessos que estão ajudando a Netflix a superar perda de assinantes. Disponível em: <https://bbc.in/3TYbkh4>. Acesso em: 1 nov. 2022

¹¹⁹Há 13 anos, Sonia Abrão causou polêmica ao entrevistar sequestrador de Eloá. Disponível em: <https://bit.ly/3Ukmdsh>. Acesso em: 25 out. 2022.

lado as verdadeiras vítimas da história. Isso causa uma dor extrema nas famílias dos inocentes, uma vez que são expostos de forma rasa, como se a história deles fosse de menor importância em relação à história dos agentes de perversidade. Além disso, como já estão mortos, não lhes é dado o direito de narrar o seu lado da história, deixando que a palavra do assassino seja a nossa única versão do caso.

Enquanto o seu carrasco recebe cartas e homenagens, quem sofreu e teve sua vida abreviada é esquecido ao longo do tempo, não passando de um número e não tendo sequer seu nome lembrado. Famílias que não puderam colocar o corpo de seus entes em uma cova, devido às barbaridades executadas, e que sofreram acompanhando os longos julgamentos e investigações, são obrigadas a lidar com a exposição sensacionalista da história sem ter voz para se manifestar pelos falecidos.

Entre a contínua produção jornalística e cinematográfica, a pergunta que permanece é: até quando as vítimas serão esquecidas e o vilão será o mocinho?

O Bolsonarismo Pós-Bolsonaro

Matheus Ferreira Maia

Naomi Prates de Lemos Santos



Humor Político. Disponível em: https://br.pinterest.com/pin/97953360636953405/sent/?invite_code=d07847255f0046cf9ea82c6c5811aab2&sender=647885233802299186&sfo=1. Acesso em: 11 set. 2022.

Na eleição presidencial de 2022, o presidente Jair Bolsonaro, do Partido Liberal (PL), não conseguiu sua reeleição, sendo derrotado pelo candidato do Partido dos Trabalhadores (PT) e ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A eleição foi bastante acirrada entre ambos os candidatos, sendo decidida por uma pequena margem percentual de 1,8% no segundo turno¹²⁴. Nesse contexto, para derrotar o atual presidente no pleito eleitoral, foi realizada uma frente ampla entre diversas lideranças de campos políticos díspares (como Marina Silva e

¹²⁴Lula derrota Bolsonaro e é o primeiro a ser eleito presidente pela 3ª vez. Disponível em: <https://bityli.com/FSkDFLft>. Acesso em: 11 set. 2022.

Simone Tebet) para eleger Lula¹²⁵, posto os malefícios que o governo Bolsonaro e seus aliados vêm causando nas estruturas políticas e sociais brasileiras.

No entanto, apesar do fracasso de Bolsonaro, muitos de seus aliados saíram vitoriosos nas eleições de 2022. A título de exemplo, Tarcísio de Freitas e Cláudio Castro foram eleitos como governadores, respectivamente, nos estados de São Paulo e Rio de Janeiro. Além disso, os ex-ministros e aliados ao bolsonarismo¹²⁶ Damares Alves, Marcos Pontes e Sérgio Moro ganharam eleições para o Senado Federal no Distrito Federal, em São Paulo e no Paraná, respectivamente. Em suma, essas vitórias perpetuam a herança tenebrosa do bolsonarismo nas instituições nacionais, marcando uma normalização do preconceito no ambiente político, desprezo por pessoas com pensamentos divergentes ao da extrema direita, menosprezo aos princípios democráticos e uso recorrente de fake news (notícias falsas, na tradução para o português).

¹²⁵Lula, Simone Tebet e Marina Silva fazem campanha em Minas Gerais. Disponível em: <https://www.correiobraziliense.com.br/politica>. Acesso em: 11 set. 2022.

¹²⁶Movimento político de extrema direita que ascendeu com a eleição de Bolsonaro, em 2018.

Durante a atual gestão federal, foram proferidos discursos preconceituosos e que são considerados criminosos pela legislação vigente. A título de exemplo, Bolsonaro, em *live* realizada nas redes sociais, em janeiro de 2020, fez declarações de cunho racista direcionadas aos indígenas ao afirmar que “cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós”¹²⁷. Declarações dessa procedência não foram expressas apenas nessa ocasião, nem só por Bolsonaro, mas também por seus subordinados. O ex-secretário da Cultura, Roberto Alvim, em 2020, realizou um pronunciamento com apologia ao nazismo, parafraseando o discurso do ministro de Propaganda de Hitler, Joseph Goebbels¹²⁸. Esse é um dentre vários casos que confirmam que a proliferação do discurso de cunho fascista não se concentra apenas na figura de Jair Bolsonaro e, portanto, expõe o Estado brasileiro à imagem de um governo que normaliza a discriminação.

Nesse sentido, é imprescindível pontuar que, infelizmente, muitos brasileiros partilham das mesmas opiniões de Bolsonaro, entretanto, não as expressavam abertamente, pois eram freados pelo receio da punição penal. Logo, essas falas encorajaram seus apoiadores a expor seus preconceitos, difundindo ataques em um suposto caráter de normalidade e os caracterizando como apenas uma genuína

“opinião”, supostamente amparados pelo direito de “liberdade de expressão”.

Além da normalização do preconceito, outro legado tenebroso do bolsonarismo foi o aumento exponencial do compartilhamento de notícias falsas. Durante a gestão presidencial, Bolsonaro emitiu diversas notícias falaciosas a respeito de múltiplas temáticas, desde ataques a adversários políticos até temas ligados à Covid-19. A disseminação das notícias falsas eram sustentadas, de acordo com um documento de autoria do Supremo Tribunal Federal (STF), com base em achados da Polícia Federal (PF) e da Procuradoria-Geral da República (PGR), pelo chamado “Gabinete do Ódio”, um grupo de bolsonaristas responsável pela criação e disseminação de notícias enganosas usando a estrutura do Estado e envolvendo adversários políticos do atual presidente¹²⁹. Nesse sentido, de acordo com a deputada Lídice da Mata, do Partido Socialista Brasileiro (PSB), relatora da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito (CPMI) das Fake News, esse suposto gabinete do ódio age em consonância com o próprio Bolsonaro¹³⁰. Assim, mesmo com a sua derrocada no pleito eleitoral, a máquina de mentiras se mantém, e este malefício provavelmente será “herdado” por seus aliados nos próximos anos.

¹²⁷ ‘Cada vez mais, o índio é um ser humano igual a nós’, diz Bolsonaro em transmissão nas redes sociais. Disponível em: <https://g1.globo.com/politica/noticia>. Acesso em: 11 set. 2022.

¹²⁸ Secretário da Cultura de Bolsonaro imita fala de nazista Goebbels e é demitido. Disponível em: <https://bityli.com/IEOTgIvUM>. Acesso em: 11 set. 2022.

¹²⁹ Documento explica como funciona o “Gabinete do Ódio”. Disponível em: <https://congressoemfoco.uol.com.br/area/governo>. Acesso em: 11 set. 2022.

¹³⁰ Bolsonaro age em conjunto com o gabinete do ódio, diz relatora da CPI das Fake News. Disponível em: <https://bityli.com/dcKxLYIEh>. Acesso em: 11 set. 2022.

Ademais, outro legado sombrio do bolsonarismo foi a fragilização da democracia brasileira. O resultado da eleição presidencial não foi aceito por muitos de seus apoiadores, que bloquearam rodovias de vinte e seis estados para manifestar seu descontentamento e exigir uma intervenção federal¹³¹, alegando fraude nas urnas eletrônicas; outros, ainda mais alienados, clamam o retorno à ditadura militar¹³². Esses pensamentos que ultrapassam a linha do absurdo foram assimilados por seus apoiadores por meio da participação de Bolsonaro em atos antidemocráticos, que questionavam a legitimidade das instituições brasileiras.

A soma desses fatores resultou na divisão de muitos brasileiros devido a questões políticas. Em um evento de campanha, durante as eleições presidenciais de 2018, Bolsonaro afirmou que ele e seus eleitores iam "fuzilar a petralhada"¹³³, o que foi interpretado por muitos especialistas como uma incitação a violência. Infelizmente, os mais exaltados seguem fielmente as palavras do presidente, demonizando opositores de tal modo que muitas vezes resultam em agressões físicas. Nesse sentido, no Paraná, em setembro de 2022, um fanático bolsonarista invadiu uma festa de aniversário com o tema PT e

assassinou o aniversariante¹³⁴. Tal ódio às opiniões divergentes dividiu o país, com a intolerância resultando no medo de parte dos opositores ao atual governo em expressar livremente sua opinião política, com receio de receberem hostilização ou agressão física por parte dos mais exaltados apoiadores do presidente. Além disso, o momento de polarização política também abalou diversos laços familiares e de amizades, sendo muitos vínculos afetivos desfeitos devido a divergências de opiniões políticas¹³⁵.

Essa polarização política é atrelada à violência e, provavelmente, tende a se estender nos próximos anos. Em um país extremamente dividido, o impacto do bolsonarismo, lamentavelmente, permanecerá na sociedade brasileira. Essa herança nefasta do atual governo federal pode ser vinculada no futuro à própria figura de Bolsonaro, em que o presidente do PL, Valdemar da Costa Neto, já declarou que conta com ele como principal opositor do governo Lula e futuro presidenciável nas eleições de 2026¹³⁶. Da mesma forma, o legado sombrio também pode estar nas mãos de potenciais herdeiros políticos, como o governador eleito de São

¹³¹Medida no qual a União retira a autonomia de Estados e Municípios.

¹³²**Bolsonaristas fazem cerca de 270 bloqueios e interdições em estradas de 22 estados e no DF.** Disponível em: <https://shre.ink/HA0M>. Acesso em: 11 set. 2022.

¹³³**Set/2018: "Vamos fuzilar a petralhada", diz Bolsonaro em campanha no Acre.** Disponível em: <https://bityli.com/9s6t8dd>. Acesso em: 11 set. 2022.

¹³⁴**Bolsonarista invade festa e atira em petista no Paraná.** Disponível em: <https://bityli.com/LPVpSHg>. Acesso em: 11 set. 2022.

¹³⁵**Famílias rompidas pelas eleições: 'Você não é mais bem-vindo', diz mãe de jovem.** Disponível em: <https://shre.ink/HADT>. Acesso em: 15 set. 2022.

¹³⁶**Valdemar anuncia que Bolsonaro será o candidato do PL à Presidência em 2026.** Disponível em: <https://bityli.com/fOzsDWnj>. Acesso em: 11 set. 2022.

Paulo, Tarcisio de Freitas, e o deputado eleito por Minas Gerais, Nikolas Ferreira.

Contemporaneamente, há exaustivas discussões que giram em torno do ambiente político conturbado, essas que são mais sobre os candidatos do que as necessidades do Estado. Qual a vantagem de lutar contra seus semelhantes sendo que, no fim, as misérias que assolam o país permanecem inalteradas? A tempos, o Brasil sofre com conflitos internos, mas ainda não haviam ameaças à democracia — um direito de todos, e privá-la de um povo é atacar os princípios constitucionais; exercer sua força sobre outrem é um ato primitivo que não resulta em moralidade, na verdade, estamos em retrocesso.

Verás que um filho teu não foge à COP

Breno Liebbmann Vervloet

Matheus Moreira Leopoldo de Souza



Festa na floresta. Disponível em: <http://bit.ly/3tTRLd9>. Acesso em: 21 nov. 2022.

Nas últimas semanas, os holofotes internacionais e as lideranças mundiais voltaram-se ao Egito e ao debate sobre a questão ambiental ali sediada. Realizada entre os dias 06 e 20 de novembro no país africano, a COP-27 é a 27ª edição da Conferência das Partes, organizada pela Organização das Nações Unidas (ONU). Reunindo lideranças e ativistas de todo o mundo, o objetivo da COP é possibilitar o debate sobre as mudanças climáticas e encontrar possíveis soluções para os problemas ambientais por meio da negociação de metas e prazos entre os países participantes, em especial aqueles que visam o

controle da emissão dos chamados GEE (Gases do Efeito Estufa), principais responsáveis pelo aumento dos níveis médios de temperatura no globo¹³⁷.

Neste ano, uma novidade envolvendo o Brasil impressiona: o fato de que nosso país foi representado por duas comitivas diferentes no mesmo evento – uma do atual governo, encabeçada pelo ministro do meio ambiente, Joaquim Leite, representando o atual presidente da república, Jair Bolsonaro; e a outra tendo como líder o presidente eleito Luís Inácio Lula da Silva, que foi convidado não somente pelo próprio presidente do Egito mas também pelo consórcio interestadual Amazônia Legal¹³⁸. Apesar de representarem o mesmo país, a diferença de postura dos dois líderes é um fato importante para entender o futuro do país nas relações exteriores e no cuidado com o meio ambiente nacional.

¹³⁷Entenda o que é COP27 e como ela pode impactar a sua empresa. Disponível em: <https://bityli.com/MtEYhZcGN>. Acesso em: 17 nov. 2022.

¹³⁸Participação de Lula na COP27 não foi uma farsa e convite não foi feito por ONG. Disponível em: <https://shre.ink/HSJ>. Acesso em 22 nov. 2022.

Desde que foi eleito, o presidente Bolsonaro não participou de nenhuma Conferência das Partes e, em 2018, depois de sua vitória no pleito eleitoral, pressionou para que o país retirasse sua candidatura para sediar a COP-25, que ocorreria no ano de 2019. Uma atitude totalmente oposta à de Lula que, depois de eleito, chamou a comunidade internacional para realizar a COP de 2025 na Amazônia.

O Brasil tem se comprometido frente à questão climática desde que o tema ganhou espaço na agenda internacional, ao final da década de 1980, sobretudo pela importância da Floresta Amazônica no ciclo do carbono. Entretanto, foi no final dos anos 2000 que o país despontou como um dos líderes globais no compromisso com a pauta ambiental. Lula, presidente à época, incorporou o pilar climático em um discurso no qual afirmava que o Brasil estava pronto para assumir uma posição mais relevante no cenário internacional¹³⁹.

O petista iniciou seu primeiro mandato com as taxas de desmatamento em alta. Segundo o Instituto Nacional de Pesquisas Espaciais (Inpe), em 2002, foram desmatados cerca de 21,6 mil km² de área verde no Brasil¹⁴⁰. A partir de 2005, essa situação foi invertida: considerando os dois mandatos de Lula, a redução total do desmatamento foi de 67,6%, saindo de 21,6 mil km² de área desmatada, em julho de 2002, para 7 mil km² em julho de 2010.

¹³⁹De Lula a Bolsonaro: uma década de degradação de la gobernanza climática en Brasil. Disponível em: <http://bit.ly/3Ow2Kmu>. Acesso em: 17 nov. 2022.

¹⁴⁰Amazônia no debate da Globo: veja dados dos governos de Lula e Bolsonaro. Disponível em: <https://bityli.com/OHTWeiskU>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Além disso, houve uma redução absoluta das emissões de gases causadores do efeito estufa no país em mais de 50% — em um momento em que éramos a 7^a maior economia do mundo¹⁴¹.

Doze anos mais tarde, o contraste não poderia ser maior. O atual presidente do Brasil se posicionou publicamente como um negador do aquecimento global. O anticientificismo de Bolsonaro foi expresso em diversos de seus discursos, nos quais ele deixou claro que considera as mudanças climáticas como um jogo comercial e uma conspiração globalista para limitar a soberania dos países — no caso brasileiro, a soberania sobre a Amazônia¹⁴². O impacto do negacionismo do próprio chefe de Estado foi sentido em diversos órgãos federais: ainda no primeiro ano de governo, a Secretaria de Mudanças Climáticas foi extinta do Ministério do Meio Ambiente (MMA). Também pôde ser verificada, de acordo com dados compilados pelo Observatório do Clima, uma redução de 96% do orçamento do MMA entre 2018 e 2019, e um corte praticamente integral dos recursos orçamentários destinados ao controle da exploração ilegal da Floresta Amazônica.

Como resultado, o desmatamento disparou: somente no caso da Amazônia, o índice de destruição apresentou um aumento de 56,6% de agosto de 2018 a julho de 2021, segundo levantamento do Instituto de Pesquisa

¹⁴¹PIB do Brasil ultrapassa o do Reino Unido e país se torna 6^a economia do mundo. Disponível em: <https://shre.ink/H68c>. Acesso em: 22 nov. 2022.

¹⁴²Bolsonaro diz que pressão sobre mudança climática é "jogo comercial". Disponível em: <https://bityli.com/awnkQfQrc>. Acesso em: 17 nov. 2022.

Ambiental da Amazônia (Ipam). Ainda em 2021, como um dos efeitos do desmate, a emissão de gases do efeito estufa no Brasil teve o maior aumento em quase duas décadas¹⁴³.

A dimensão do desmatamento na Amazônia logo gerou uma degradação da imagem internacional do Brasil, sobretudo pelas queimadas que assolaram a floresta entre agosto e setembro de 2019. À medida que estas tornaram-se notícia em veículos de mídia estrangeiros, Bolsonaro passou a ser duramente criticado por outros representantes políticos por sua relutância em tomar medidas para conter o avanço do fogo (e gastando toda a sua energia com a difícil tarefa de tentar culpar terceiros — mas jamais a si próprio — pela gradativa destruição da maior floresta tropical do planeta, como da vez que sobrou até para o ator Leonardo DiCaprio, e Bolsonaro, mais uma vez, virou chacota mundial¹⁴⁴).

Nesse sentido, os governos da Alemanha e da Noruega, principais financiadores do Fundo Amazônia — mecanismo de compensação global que capta doações para projetos de preservação e fiscalização do bioma —, ameaçaram cortar verbas caso o governo brasileiro não garantisse a proteção da floresta. A resposta de Bolsonaro foi, então, rejeitar a ajuda, mantendo seu discurso conspiratório sobre a Amazônia. Como consequência, os recursos do fundo (cerca de US\$ 540 milhões, o

que equivale a R\$ 2,93 bilhões na cotação atual) estão congelados desde 2019¹⁴⁵.

O isolamento do país no cenário internacional, portanto, já ocorria desde a eleição de Bolsonaro, ainda em 2018. A situação apenas se agravou ao longo de seu mandato, resultado da aversão de instituições globais e da grande maioria dos demais governos do mundo à um chefe de Estado negacionista, autoritário, despreocupado com o meio ambiente e indisposto a negociar.

Após as eleições, definindo Lula como próximo presidente do Brasil, conseguimos observar uma mudança no cenário internacional em relação ao tratamento com o Brasil. Depois de episódios polêmicos protagonizados pelo atual presidente, que já foram citados neste texto, a comunidade internacional está animada com a volta do ex-presidente Lula e a sua seriedade e comprometimento com a causa ambiental, característicos dos mandatos anteriores do petista.

Vale lembrar que tivemos dois estandes na conferência, um do governo, que ignorou a problemática do clima e focou na energia verde do país, e outro da sociedade civil. Essa clara oposição de ideias dos representantes de um mesmo país reflete a existência de “dois Brasis”, um que acredita na ciência e investe em programas eficientes no combate aos desafios climáticos e outro rejeitado pelo mundo, que mantém um discurso negacionista.

¹⁴³Qual legado ambiental o governo Bolsonaro leva à COP27? Disponível em: <https://bitly.com/SnVQDLdbG>. Acesso em: 20 nov. 2022.

¹⁴⁴Bolsonaro vira chacota após acusar Leonardo DiCaprio de 'tacar fogo' na Amazônia. Disponível em: <https://bitly.com/APDBjRnyk>. Acesso em: 22 nov. 2022.

¹⁴⁵Lula acertou reativação de Fundo Amazônia com governo norueguês. Disponível em: <http://bit.ly/3i7r2qW>. Acesso em: 20 nov. 2022.

Diferente de Bolsonaro, Lula esteve presente na COP-27 e, em seu discurso, agradeceu ao convite para a conferência e atentou em sua fala que "este convite, feito a um presidente recém-eleito antes mesmo de sua posse, é o reconhecimento de que o mundo tem pressa de ver o Brasil participando novamente das discussões sobre o futuro do planeta e de todos os seres que nele habitam"¹⁴⁶. Também afirmou os possíveis caminhos do Brasil na política ambiental, ao mencionar que pretende zerar a taxa de desmatamento no país até 2030. Além disso, acertou a reativação do Fundo Amazônia com o governo norueguês para o início de seu mandato.

Com isso, existe o anseio de uma volta do Brasil ao cenário internacional e que a agenda negacionista seja colocada de lado para que a ciência volte a figurar no centro da política do ministério do meio ambiente de um país que é gigante pela própria natureza.

¹⁴⁶**Lula na COP 27: veja, ponto a ponto, os principais temas abordados no discurso do presidente eleito.** Disponível em: <http://bit.ly/3u0pthj>. Acesso em: 22 nov. 2022.

Mercado de trabalho e o acesso a terra no Espírito Santo entre 1888 e 1930

Elóra Cristóvão Travezani¹⁴⁷

RESUMO

O trabalho visa entender a dinâmica de acesso à terra no Espírito Santo por parte da população entre os anos de 1888 e 1930, avaliando a relação desse fator com a formação do mercado de trabalho capixaba e a posição de diferentes grupos (estrangeiros e nacionais, brancos e de cor) na economia do estado.

PALAVRAS-CHAVE: Espírito Santo; Estrutura Fundiária; Mercado de trabalho; Exclusão Étnica.

1. INTRODUÇÃO

Ao estudarmos a história do Brasil, o Espírito Santo muitas vezes tem sua importância econômica apagada dentro do contexto do Sudeste. Especialmente ao compararmos a sua estrutura cafeeira, principal atividade econômica da região entre o final do século XIX e o início do século XX, com os complexos vizinhos. Porém, para se entender a configuração do estado e o papel que ele tem hoje no país, é necessário nos debruçarmos sobre a sua formação econômica e demográfica, a fim de entender quem foram os trabalhadores que construíram o estado e suas posições nessa sociedade.

A transição entre escravidão e o "trabalho livre" foi um momento chave para o entendimento da formação econômica do Espírito Santo. Esse momento da história, que trataremos aqui como o

¹⁴⁷ Graduanda em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) e Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial (PET Economia UFES/Sesu MEC).

período entre 1888 e 1930, foi responsável pela configuração do mercado de trabalho capixaba, estabelecendo novas relações de trabalho e organização social. Investigar esse momento histórico pode ser um caminho para esclarecer a exclusão social e econômica que persiste até os dias de hoje em nossa sociedade.

A relação entre mercado de trabalho e a propriedade rural pode ser observada se considerarmos o acesso aos meios de produção uma característica fundamental a distinção de classes e a ascensão social. Nesse sentido, é esperado que a discriminação ou a restrição à posse de propriedades agrícolas tenha um impacto na colocação dos grupos excluídos no mercado de trabalho.

Este artigo objetiva, portanto, compreender o impacto que a facilidade do acesso à terra pode ter sobre a colocação no mercado de trabalho e uma possível ascensão social no estado do Espírito Santo. Buscando esclarecer como se deu o acesso à terra entre os diferentes grupos étnicos na região, considerando as possíveis consequências na inserção econômica e social desses grupos.

2. ANÁLISE DA SITUAÇÃO ECONÔMICA ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO NO SÉCULO XIX E COMEÇO DO SÉCULO XX

O Espírito Santo passou todo o período colonial sem grande destaque, sua economia vegetara devido às restrições impostas pela Coroa, e também pela dificuldade em ocupar seu território. Ao exigir do estado a posição de faixa protetora da economia mineira, a Coroa Portuguesa minou o crescimento econômico capixaba (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Além disso, a presença de índios na região dificultava a tomada do território. Dessa forma, quando foi instaurada a Primeira República, o estado ainda era um dos menos desenvolvidos do país e tinha uma presença tímida no potente sudeste cafeeiro (SALETTTO, 1996).

Essa letargia só começou a desaparecer em meados do século XIX, com a expansão do complexo cafeeiro do Vale do Paraíba fluminense (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). De acordo com Nara Saletto (1996), o café foi responsável pela ocupação do território, pelo crescimento da população e permitiu a integração do Espírito Santo com o mercado mundial. Tornou-se, então,

uma das atividades de maior impacto econômico para o estado, e assim permaneceu até a década de 1960, quando houve o programa de erradicação dos cafezais.

Mesmo o café tendo um destaque na economia regional, sua produção ainda não era muito expressiva a nível nacional. A cultura do café não encontrou infraestrutura, capital acumulado, boas condições naturais para o plantio e nem mesmo força de trabalho para se expandir. A única coisa abundante era terra, mas mesmo assim, essa ainda teria de ser conquistada dos índios (SALETTTO, 1996, p. 13).

Tal disponibilidade de terras atraiu um fluxo migratório vindo, principalmente, das províncias de Minas Gerais e Rio de Janeiro. Nesse período, o estado recebeu tanto grandes fazendeiros e seus escravos provenientes do tráfico interprovincial, quanto modestos agricultores que procuraram nas vastas extensões de terra do Espírito Santo a oportunidade para estabelecer suas fazendas.

A expansão cafeeira afetou de forma diferente as regiões do estado, agindo mais agressivamente no sul capixaba. A região de Cachoeiro de Itapemirim transformou-se no epicentro de uma série de freguesias (FALEIROS, VARGAS; 2011), responsável por receber a maior parte dos latifúndios escravistas, enquanto as regiões ao norte só foram incorporadas tardiamente à expansão. Nesse mesmo período, a capital Vitória permaneceu uma cidade meramente administrativa, e a região serrana do Estado só foi ocupada pela formação de núcleos coloniais, durante o fluxo de imigração europeia.

Mais tarde, por volta de 1870, o estado ainda recebeu a chegada de nordestinos fugidos da seca e de imigrantes europeus, que criaram colônias no interior do estado, expandindo ainda mais a plantação do café. O resultado dessas migrações foi o aumento da população do Espírito Santo, de 35.352 em 1824 para 750.107 em 1940 (SALETTTO, 1996, p. 25).

A necessidade de mão de obra trouxe ao estado, principalmente à região sul, uma grande quantidade de negros escravizados para trabalhar nas lavouras. Estima-se que o número de escravizados teve um aumento de 84,6%, entre a década de 1850 e 1870 (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Esse contingente foi formado durante a proibição do tráfico de africanos; logo, o

preço acentuado da mão de obra levou a um grande ônus aos fazendeiros do período (SALETTTO, 1996).

Com isso, quando ocorreu a abolição da escravidão, em 1888, a economia capixaba sofreu uma instabilidade. De acordo com Moraes, Colombi e Sabadini (2021), a partir desse momento, a maior parte das terras do estado foram desmembradas em médias e pequenas propriedades, mesmo as grandes propriedades da região sul, se adequaram a um sistema semelhante à produção familiar.

Mesmo com o impacto da abolição, a produção do café continuou crescendo no Espírito Santo, dessa vez tendo o imigrante europeu como protagonista de tal atividade. Como dito, o imigrante foi responsável pela povoação do interior do estado, criando colônias em localidades como, por exemplo, Santa Leopoldina, em 1857 (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Esses, então, se inseriram na economia capixaba, principalmente na produção cafeeira familiar, mas também tiveram espaço nas grandes propriedades do sul.

No entanto, a principal mão de obra das grandes fazendas restantes, após o fim da abolição, era formada por trabalhadores nacionais (MORAES; COLOMBI; SABADINI, 2021). Este grupo era composto pela camada pobre da população livre ou liberta, que foi lentamente sendo incorporada à economia mercantil exportadora ao longo da crise da escravidão (SALETTTO, 1996, p. 12).

A formação econômica do Espírito Santo se caracteriza, então, por uma base fundiária formada por pequenas propriedades autossuficientes, tornando o processo de acumulação do capital lento e retardatário em relação às demais potências cafeeiras do sudeste brasileiro (FALEIROS, VARGAS; 2011). Conseqüentemente, a transição ao assalariamento permaneceu inconclusa na região, de forma que a mão de obra foi implementada, principalmente, no regime de parcerias, diferentemente do que aconteceu, por exemplo, em São Paulo.

Outra característica importante da economia capixaba desse período, que também influencia sua falta de capacidade de gerar relações mercantis, era sua dependência em relação ao Rio de Janeiro. Antes da chegada do café no Espírito Santo, a economia do estado consistia, basicamente, no comércio de açúcar e farinha de mandioca para o Rio de Janeiro e a Bahia. Já nos primeiros anos da

expansão cafeeira, o estado continuou dependente do sistema comercial e financeiro do Rio de Janeiro, de acordo com Nara Saletto (1996). Nesse período, toda a exportação era feita pelo Rio de Janeiro, o que onerava a província com altos custos de transporte e retardava o processo de acumulação no Espírito Santo, já que uma parte importante da renda gerada era apropriada pelo capital comercial do Rio de Janeiro.

Dessa forma, vemos a economia capixaba do pós-independência como um despertar: o estado que permaneceu adormecido durante a colonização vira um anexo para a expansão cafeeira do Vale do Paraíba fluminense, mesmo não tendo a mão de obra e o capital acumulado necessários para acompanhar o crescimento dos seus vizinhos do sudeste. O resultado é um estado dependente do investimento público, do sistema comercial dos polos de desenvolvimento do país e da migração, ao se tornar destino dos imigrantes de diferentes regiões.

3. POPULAÇÃO E O ACESSO À TERRA

A característica fragmentação da propriedade da terra, presente no Espírito Santo, contrasta com a realidade brasileira, tradicionalmente marcada pela concentração fundiária. De acordo com o recenseamento de 1920, da Diretoria Geral de Estatística do Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio, 52% das propriedades do estado tinham menos de 101 hectares, enquanto essas eram apenas 9% das propriedades brasileiras.

É possível observar, no entanto, que o processo de apropriação das terras capixabas foi amplamente excludente (BERNARDO NETO, 2010), privilegiando os imigrantes estrangeiros brancos e seus descendentes. As políticas públicas implementadas no período demonstraram uma nítida marginalização da população nativa, preta e nacional, consequentemente colocando-as em desvantagem no cenário econômico presente.

3.1 A CHEGADA DO IMIGRANTE ESTRANGEIRO

O ponto chave para a formação da agricultura familiar no Espírito Santo é a vinda do imigrante europeu, a partir da política de colonização empreendida pelo Governo Imperial. Os primeiros

resultados de tal política foram visíveis já em 1813, com a chegada de 50 casais açorianos formadores do núcleo colonial São Agostinho (atual município de Viana). Algumas décadas depois, ainda antes do tráfico negreiro ser interrompido definitivamente, o Governo Imperial também foi responsável pela fundação das colônias de Santa Isabel, em 1847, e de Santa Leopoldina, em 1856. Além dessas, foram construídas mais duas colônias particulares em meados do século XIX, a de Rio Novo e a de Fransilvania – essa segunda não chegou a receber nenhum colono (ROCHA E COSSETTI, 1983).

O fluxo de imigrantes após a fundação das primeiras colônias estagnou, sendo retomado a partir de 1872, com a chegada massiva e contínua de europeus, no geral italianos, nas já existentes colônias e na formação de novas. De acordo com os dados levantados por Saletto (1996), o número de imigrantes entre 1873 a 1890 foi mais de seis vezes maior comparado às chegadas entre 1847 a 1872. Esse fenômeno pode ser atribuído, principalmente, ao processo de abolição da escravatura, responsável pelo aumento da necessidade de mão de obra, e ao programa de imigração posto em prática pelo governo capixaba, em especial por Muniz Freire (BERNARDO NETO, 2010).

A imigração estrangeira teve um papel importante na expansão demográfica e cafeeira do Espírito Santo. Apenas a colônia de Santa Leopoldina, no final do século XIX, teve o crescimento médio anual de sua população em 18% (ALMADA, 1993), e foi responsável por 16% da produção total de café da província (ROCHA E COSSETTI, 1983). A alocação dessas famílias se deu, de forma geral, pela distribuição de pequenas propriedades de terra, as quais, de acordo com a autora Vilma Almada, se caracterizavam por um solo extremamente acidentado e pouco fértil.

3.2. IMIGRAÇÃO NACIONAL

A chegada de imigrantes estrangeiros no Espírito Santo praticamente cessou com a queda na cotação de café, em meados da década de 1890, porém, o crescimento populacional do estado permaneceu intenso, comparado aos estados vizinhos (BERNARDO NETO, 2010).

Em sua obra, Almada (1993) liga a expansão demográfica da região do vale de Itabapoana, que obteve um crescimento médio anual da população de 7% entre 1900 e 1920, com uma intensa corrente de imigração vinda dos estados limítrofes do Rio de Janeiro e de Minas Gerais. Além disso, ao examinar os dados de crescimento da população de cor nos principais destinos dos citados migrantes, a autora conclui que o aumento dessa população de 338% no vale do Itabapoana e de 1850% no vale do Itapemirim, se explica pelo fato da migração nacional ser majoritariamente formada por descendentes de escravos e/ou libertos.

Sem dúvidas, a presença do imigrante nacional foi essencial para o desenvolvimento da cafeicultura no Espírito Santo, de forma que podemos considerar sua presença fundamental para a formação econômica do estado, tanto na função de povoamento, quanto no trabalho nas frentes cafeeiras, do sul ao centro-norte capixaba (ALMADA, 1993). Nos resta compreender como se deu a alocação desses trabalhadores na região após sua chegada, e além disso, como se deu o acesso à terra a esses trabalhadores.

3.3. A POSSE DA TERRA

A apropriação das terras de pequena propriedade no Espírito Santo se deu por três principais práticas: 1) Venda de lotes em projetos particulares de colonização; 2) A concessão de lotes em núcleos coloniais; 3) A regularização de posses (BERNARDO NETO, 2010).

O Espírito Santo recebeu uma parte de seus imigrantes estrangeiros em projetos particulares de colonização, nos quais, teoricamente, os empreendedores providenciaram a infraestrutura para a instalação do colono e era recompensado pela venda dos lotes. No entanto, devido a baixa especulação imobiliária no estado, a realidade não era essa; os empreendedores não tinham maior interesse na venda das terras, mas sim no comércio e beneficiamento do café produzido por esses trabalhadores. Além disso, os casos de fraude e da ocorrência de grilagens eram comuns nesse contexto (BERNARDO NETO, 2010).

Outra parte dos imigrantes estrangeiros eram recebidos pelos núcleos coloniais fundados pelo governo da província e pelo Império. Como dito, os núcleos coloniais ofereciam ao imigrante a concessão de lotes de terra, no geral na forma de pequenos imóveis, que se caracterizavam pela baixa qualidade, uma vez que se tratavam de terrenos acidentados e solos pouco férteis. Campos Júnior (apud PEREIRA; VASCONCELLOS, 2017) demonstra tal realidade ao afirmar,

“[...] e sim, receberam do governo local títulos de propriedades de terras, cultivando geralmente apenas um sexto da sua propriedade e deixando o restante em mata. O café em razão da maior lucratividade que proporcionava na exportação, era a mais importante atividade econômica do colono, e o milho apresentava-se como o suporte comercial do sítio, no período de entressafra do café garantindo a manutenção do seu estabelecimento. O excedente das colheitas de alimentos era vendido na praça comercial mais próxima, e o café, ao dono do armazém, onde faziam as compras. Essas colônias vinham atender principalmente a necessidade de ocupação do solo e número de habitantes na Província, predominando por isso a localização destas na região montanhosa central que ainda não era povoada.

Campos Júnior (1996, p. 97) diz que para cada família de imigrantes que chegava no Estado, o governo cedia uma parcela de terra em média com 25 hectares para que dela tirasse o sustento da família e procedesse ao povoamento das áreas não cultivadas. Os resultados que obtinham com a venda do café constituíam lucros extras, pois necessitavam de pouco para sobreviver, além daquilo que produziam nas suas terras [...]”

Entre essas, a prática mais difundida na apropriação de terras no Espírito Santo foi a ocupação territorial por pequenos lavradores que, após algum tempo, compravam a terra nas áreas invadidas.

A legislação vigente apontava a prática como ilegal, com base na Lei de Terras de 1850¹⁴⁸, no entanto, ao analisarmos o Decreto n° 4 de 4 de junho de 1892, através do qual Muniz Freire legislou nos termos da lei citada, são observáveis contradições e brechas, sem citar a dificuldade existente na medição e fiscalização a ser executada pelo Estado, que permitiram a generalização das ocupações (ALMADA, 1993).

Os imigrantes, então, se utilizavam das brechas existentes e também da fragmentação de algumas grandes oligarquias para ocupação das pequenas propriedades produtoras, como demonstra Almada (1993, p. 70)

“— Seguindo a tradição, poucos proprietários preocuparam-se, apesar do decreto de 1892, com os prazos estabelecidos por esta legislação para a regularização de suas terras, já que em 1899 o Governo, atendendo à reclamação do Comissário Geral de Medição de Terras, autoriza-o "a anunciar e vender em hasta pública os terrenos que, medidos e demarcados entre os anos de 1871 a 1897, não foram até esta data legitimados por falta de pagamento no prazo da lei". Além disso, muitos daqueles que detinham títulos legais referentes a sesmarias ou a posses garantida, não se preocuparam também em legitimá-las. Tomadas, então, como devolutas muitas terras pertencentes a particulares, foram invadidas e posteriormente vendidas em pequenos lotes.”

Contudo, esses processos de apropriação de terra e o acesso à propriedade rural no Espírito Santo se desdobraram de forma excludente. Bernardo Neto (2010) oferece uma reflexão sobre como a expansão da fronteira agrícola e a chamada “colonização” feita pelos imigrantes estrangeiros e seus descendentes expulsaram da terra os nativos que lá habitavam. A terra adquirida pelos imigrantes, em sua maior parte, já era ocupada pela população nativa, sem propriedade jurídica do terreno, porém, o imigrante ao se estabelecer no local e requerer o título da propriedade, obriga a população

¹⁴⁸ Lei n° 601 promulgada em 18 de setembro de 1850, dispositivo legal responsável pela regulação da ocupação de terras devolutas, que estabeleceu a compra como única forma de acesso a essas.

de cor nativa a migrar. Esse processo coloca a população nacional como principal responsável pelo “desbravamento” das matas e expansão da frente agrícola na região central-serrana, no Rio Doce, e provavelmente em todas que tenham ocorrido, pelo que afirma Saletto (1996).

O processo de compra e ocupação das terras devolutas, como afirma Almada (1993), se estabeleceu entre brechas e contradições jurídicas, de forma a gerar uma justiça arbitrária em respeito ao acesso à propriedade. Em consequência, ao passo que o governo legisla, incentivando a venda da terra, este acaba por gerar a despossessão dos menos favorecidos, seja por meio da influência política dos grandes fazendeiros interessados em vender as terras invadidas ao governo e usufruir da mão de obra dos posseiros, ou da perseguição dos estrangeiros e sua manipulação sobre o processo de ascensão social.

A autora evidencia esse processo por meio da documentação do período, a qual comprova a utilização, por parte dos grandes latifundiários, de subornos aos funcionários do Serviço de Terra do estado para atingir seus objetivos, além de aproveitarem-se de ameaças aos “posseiros criminosos” que, em geral, faziam parte da população de cor e grupos já criminalizados na sociedade pós-abolição.

Bernardo Neto (2010) afirma, ainda, que os custos para o processo de regularização das posses eram altos e não estavam ao alcance da possibilidade financeira da maioria dos posseiros. Custos com medições e atestados de autoridades judiciais e/ou policiais não eram uma realidade como mostra Saletto (1996),

“Em 1892 um colono requereu um ‘lote agrícola’, alegando não possuir terra, “sendo obrigado a trabalhar por conta alheia”. Recebeu 25ha e pagou pela medição, no ano seguinte 165\$360, e pela terra, 13 anos depois, 246\$632.” (Ibid, p. 154).

Utilizando-se de diversas estratégias a longo prazo, os imigrantes estrangeiros conseguiram o acesso à terra de maneira desproporcional ao trabalhador nativo. Em 1920, os imigrantes

representavam pouco mais de 7% da população e possuíam 20% das propriedades agrícolas. Os brasileiros, por sua vez, apresentaram uma relação de um proprietário de terra a cada 27 cidadãos.

Fica evidente, portanto, que os posseiros nativos dispõem de grande desvantagem ao acesso à terra, fenômeno gerado pelo abandono e marginalização da população nacional e de cor no período pós-abolição. Esses posseiros eram retirados de suas terras por não terem meios para regularizá-las e, conseqüentemente, acabam sendo colocados em uma posição de desigualdade no mercado de trabalho.

4. MERCADO DE TRABALHO

A partir da segunda metade do século XIX, novos atores emergem na economia capixaba. Ao longo do processo descrito de fragmentação dos latifúndios escravistas e da disseminação da pequena propriedade, surge a figura do comerciante. Ele era responsável pelo beneficiamento e comércio intermediário entre o pequeno produtor e as casas de comércio cariocas que exportavam o café. Durante o processo de compra e venda do café, o comerciante local expropria uma parte dos lucros desses produtores, explicando, assim, a ascensão da elite comercial no estado (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021).

Bernardo Neto (2010) relaciona a formação da classe comerciante com a oligarquia cafeeicultora capixaba, sugerindo que a migração para as atividades comerciais seriam responsáveis pelo desaparecimento de muitas grandes fazendas. Nessa lógica, após a crise de mão de obra, o setor de comércio se mostrou mais rentável aos grandes fazendeiros do sul capixaba, ou pela venda de pequenos lotes a agricultores que se tornaram seus clientes, ou mesmo pelo abandono das terras que mais tarde seriam ocupadas pelos posseiros e vendidas para o estado, levando ao desmembramento das propriedades.

A origem da elite comercial pode ser também relacionada à parte dos imigrantes europeus que acabaram ascendendo socialmente do papel de pequeno proprietário a intermediários comerciais (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021). Os trabalhadores estrangeiros, no geral, participavam da

produção cafeeira na agricultura familiar, tendo acesso facilitado à terra e ao cultivo próprio, e na mão de obra não assalariada das grandes fazendas. Nesse cenário, o posse da própria propriedade contribuiu para a ascensão e migração de setor por proprietários estrangeiros, porém esses casos não eram tão frequentes, assim como exemplifica Saletto (1996),

“Todas compraram propriedades, geralmente a prazo. Duas delas tiveram rápida ascensão; tornaram-se os comerciantes da colônia. As outras tiveram dificuldade para comprar e pagar a terra e permaneceram pobres, mesmo depois de se tornarem proprietários.” (Ibid, 1996, p. 166)

O amplo acesso à terra pelo imigrante foi responsável por uma maior participação do trabalhador nacional no mercado de trabalho do estado, já que esses não tinham os mesmos privilégios (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021). O fim da escravidão, somado a disseminação do cultivo próprio entre os imigrantes, levaram a uma escassez de mão de obra nas grandes fazendas de café que restaram no sul capixaba, aumentando a demanda pelo trabalhador nacional e também seu poder de barganha. Com isso, o sistema de parcerias acabou prevalecendo no mercado de trabalho capixaba na forma da “meia”. Nesse sistema, o parceiro, ou meeiro, assumia uma parcela do cafezal para tratar ao longo do ano, colher e secar, pagava o beneficiamento, e dividia ao meio a produção, que geralmente era comercializada pelo cafeeiro (SALETTTO, 1996). Essa relação era vista como vantajosa pelo trabalhador ao permitir autonomia, dedicar tempo à produção de subsistência e não havia comando de terceiros sob seu trabalho, característica importante para aqueles que haviam passado pela escravidão (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021).

Nesse contexto, fica clara a diferenciação existente entre os grupos étnicos que vivem no Espírito Santo, e sua colocação na economia capixaba. O abismo entre os trabalhadores brancos, pardos e pretos, nacionais e estrangeiros fica ainda mais claro ao utilizarmos dados de ocupações do período.

TABELA 1- PROFISSÕES POR COR EM VITÓRIA (1930)

Profissões	Branços	Pardos	Pretos	Total
Comerciantes e agentes comerciais	12	1	-	13
Funcionário Público	9	-	1	10
Liberais, professores, religiosos	8	-	-	8
Artesãos e trabalhadores especializados	11	10	3	24
Lavradores	11	11	5	27
Militares	2	2	1	5
Operários	8	8	6	22
Trabalhadores em transportes	10	8	8	26
Vendedores ambulantes	1	1	-	2
Comerciários	2	3	1	6
Trabalhadores em serviço	-	3	2	5
Total	74	47	27	148

Fonte: Saletto (1996, p. 231).

TABELA 2- PROFISSÕES POR COR EM CACHOEIRO DE ITAPEMIRIM (1930 E 1935)

Profissões	Branços	Pardos	Pretos	Total
Profissionais liberais e religiosos	4	-	-	4
Funcionários públicos	4	-	-	4
Comerciantes	7	2	-	9
Operários	13	10	15	38
Artesãos e trabalhadores especializados	4	8	2	14
Ferrovários	5	4	5	14
Serviço Doméstico	-	-	2	2
Trabalhadores braçais e jornaleiros	2	1	3	6
Militares	1	1	1	3
Comerciários	1	-	-	1
Tropeiros	-	1	-	1
Motoristas	-	-	1	1

Prostituta	-	-	1	1
Total	41	27	30	98

Fonte: Saletto (1996, p. 231).

No estudo elaborado por Saletto (1996), no qual ela coleta os dados obtidos a partir dos registros de óbito das cidades de Vitória e Cachoeiro de Itapemirim, podemos visualizar padrões presentes no mercado de trabalho capixaba. Ambas cidades apresentam distribuição semelhante de profissionais por cor, em que os brancos são representados quase exclusivamente em ocupações bem situadas na hierarquia social: Profissionais liberais, professores, funcionários públicos e comerciantes. A população preta, por sua vez, era composta majoritariamente por trabalhadores assalariados no setor de transporte e operários, enquanto a população parda era capaz de abranger mais campos profissionais, os quais a discriminação racial dificultava o acesso aos pretos, ficando em sua maioria como artesões e trabalhadores especializados.

TABELA 3- PROFISSÕES POR NACIONALIDADE EM VITÓRIA (1930)

	População			Participação Especial		
	Nacional	Estrangeira	Ignorada	Nacional	Estrangeira	Ignorada
Matéria-prima	123.638	9.546	21	28%	51%	2%
Indústrias	7.739	879	4	2%	5%	0%
Transportes	3.424	95	-	1%	1%	0%
Comércio	4.542	1.160	1	1%	6%	0%
Força Pública	1.070	2	-	0%	0%	0%
Administração e profissões liberais	2.946	188	1	1%	1%	0%
Pessoas que vivem de suas rendas	290	53	-	0%	0%	0%
Serviço doméstico	4.161	226	-	1%	1%	0%

Mal definidas	2.862	155	28	1%	1%	2%
Profissão não declarada e sem profissão	286.547	6.450	1.300	66%	34%	96%
Total	437.219	18.754	1.355	100%	100%	100%

Fonte: Recenseamento do Brasil 1920 (Elaboração própria)

Ao analisarmos os dados do Recenseamento de 1920, observamos uma parcela relativamente importante de estrangeiros atuando nos setores de comércio e indústria. Os imigrantes constituíam uma parcela pequena da população capixaba e se concentravam principalmente na agricultura. No entanto, constata-se que uma porcentagem relativamente maior de estrangeiros estava envolvida no comércio em comparação com a porcentagem de nacionais. Esse número corrobora a argumentação de que houve uma migração setorial de imigrantes, os quais assumiram a posição de responsáveis por entrepostos comerciais no estado, representando uma forma de ascensão social (MORAES; COLUMBI; SABADINI, 2021). É necessário reafirmar que a possibilidade de ascensão se deu privilegiando o estrangeiro em relação ao nacional, porém se deu de forma desigual entre os próprios estrangeiros, beneficiando apenas uma pequena parcela dessa população

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O objetivo deste trabalho foi demonstrar que mesmo sendo constituído de pequenas propriedades rurais, o Espírito Santo não necessariamente garante uma democracia na distribuição da terra. Historicamente, os grupos étnicos preteridos pela sociedade brasileira, como os trabalhadores nacionais e de cor, enfrentam restrições no acesso à terra, enquanto os imigrantes tiveram facilidades para legitimar sua posse ao chegar no território.

Portanto, podemos concluir que a combinação de fatores, entre eles a exclusão da população negra do acesso à terra e a ideia de superioridade do branco europeu resultou na falta de oportunidade de inserção dos nacionais na economia nascente naquele período, o que gerou uma significativa marginalização da dos negros e indígenas no mercado de trabalho. Além disso, a colocação dos trabalhadores nacionais dentro do sistema de parcerias capixaba permitia a exploração desse

grupo, graças a uma legislação seletiva e uma fiscalização eficiente na região, o que abria brechas para interesses particulares.

Essa situação resultou na inserção da população negra em ocupações de menor prestígio social, como meeiros, trabalhadores do setor de transporte e serviço doméstico, o que limitava a possibilidade de ascensão social. Enquanto isso, a cultura estrangeira foi exaltada e se tornou sinônimo de trabalho, representando a imagem da construção do estado capixaba. No entanto, Almada (1993) argumenta que esse fenômeno não foi resultado de uma suposta "aptidão étnica para o trabalho", mas sim devido ao acesso facilitado à terra, que se mostrou como o fator fundamental para a ascensão econômico-social da população estrangeira na sociedade capixaba.

É fundamental reconhecer que o estudo apresentado tem limitações na compreensão da realidade atual. Porém, ele pode servir como um ponto de partida para entender a exclusão da população negra no mercado de trabalho. Para uma compreensão mais aprofundada dessa questão, são necessárias investigações adicionais, levando em consideração as mudanças sociais, econômicas e políticas ocorridas desde então.

REFERÊNCIAS

ALMADA, Vilma Paraíso Ferreira de. **Estudos sobre a Estrutura Agrária e a cafeicultura no Espírito Santo**. 1. ed. Vitória: SPDC/UFES, 1993.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920**, 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1930. v.4 pte.5 t.1, cxlvii, 630 p.

BRASIL. Ministério da Agricultura, Indústria e Comércio. Directoria Geral de Estatística. **Recenseamento do Brasil: realizado em 1 de setembro de 1920**, 1920. Rio de Janeiro: Typ. da Estatística, 1923. v.3 pte.1, lxxxvii, 512 p.

FALEIROS, Rogério Naques; VARGAS, Neide César. **A FORMAÇÃO ECONÔMICA DO ESPÍRITO SANTO: COMPLEXO CAFEIEIRO, ELITES E EXTRATERRITORIALIDADE NA PERIFERIA AGROEXPORTADORA**. In: IX Congresso Brasileiro de História Econômica e 10ª

Conferência Internacional de História de Empresas. Curitiba, Associação Brasileira de Pesquisadores em História Econômica, 2011. Disponível em: <https://www.abphe.org.br/arquivos/rogerio-naques-faleiros-neide-cesar-vargas.pdf>. Acesso em: 06 jun. 2023.

MORAES, Rafael; COLOMBI, Ana Paula Fregnani; SABADINI, Mauricio. **FORMAÇÃO DO MERCADO DE TRABALHO NO ESPÍRITO SANTO: ESCRAVIZADOS, NACIONAIS E ESTRANGEIROS NA VIRADA DO SÉCULO XIX**. In: Anais do Encontro Nacional da ABET: Crises e horizontes do trabalho a partir da periferia. Anais... Uberlândia (MG), Universidade Federal de Uberlândia, 2021. Disponível em: https://www.even3.com.br/anais/abet_trabalho2021/342793-FORMACAO-DO-MERCADO-DE-TRABALHO-NO-ESPIRITO-SANTO--ESCRAVIZADOS-NACIONAIS-E-ESTRANGEIROS-NA-VIRADA-DO-SECULO-XIX. Acesso em: 06 jun. 2023.

NETO, Jaime Bernardo. **A DISSEMINAÇÃO DE PEQUENAS PROPRIEDADES RURAIS E A SELETIVIDADE ÉTNICO-RACIAL NO ACESSO A TERRAS NO ESPÍRITO SANTO (1850-1940)**. Geografares, [S. l.], n. 8, 2010. DOI: 10.7147/GEO8.1292. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/geografares/article/view/1292>. Acesso em: 6 jun. 2023.

PEREIRA, Flavia Salles Nunes; VASCONCELLOS, João Gualberto Moreira. **O período de transição da mão de obra escrava para o trabalho livre no Espírito Santo**. Revista do Arquivo Público do Estado do Espírito Santo. Vitória, v. 1, n. 1, p. 46-61, 2017. Disponível em: https://ape.es.gov.br/Media/ape/PDF/Revista_APEES_numero_1.pdf. Acesso em: 6 jun. 2023.

ROCHA, Haroldo Correa; COSSETTI, Maria da Penha. **Dinâmica cafeeira e constituição de indústrias no Espírito Santo – 1850/1930**. Vitória: UFES/CCJE/Dep. Economia/NEP, 1983.

SALETTTO, Nara. **Trabalhadores Nacionais e imigrantes no mercado de trabalho no Espírito Santo (1888 – 1930)**. 1. ed. Vitória: Edufes, 1996.

Sportswashing: O Esporte no meio das relações internacionais

*Matheus Ferreira Maia*¹⁴⁹

RESUMO

Contemporaneamente, o futebol é o desporto mais influente, em termos de audiência e visibilidade, em toda dinâmica global. É também um setor comercial extremamente lucrativo, capaz de gerar grandes rendas para diversos ramos da economia mundial e para as entidades que o administram. Na última edição da Copa do Mundo (principal torneio do esporte, promovido a cada quatro anos), realizada em 2022 e com sede do torneio no Qatar, a *Fédération Internationale de Football Association* (Federação Internacional de Futebol, na tradução para o português), responsável pela organização do futebol mundial, alcançou uma lucratividade de mais de 7 bilhões de reais. Destarte, o futebol, por ser um esporte popular globalmente, e também um negócio extremamente lucrativo e midiático, é capaz de moldar as dinâmicas e relações internacionais entre os países. Nesse contexto, após a FIFA escolher o Qatar, em 2010, como sede da Copa do Mundo de 2022, a expressão *sportswashing* adquiriu notoriedade nas mídias tradicionais e nos meios digitais. Este termo refere-se a utilização do futebol (ou de qualquer outro esporte) como uma forma de propaganda política de países que sofrem com uma imagem desgastada perante a comunidade internacional, devido a denúncias de violações dos direitos humanos, com o intuito de atenuar a reputação perante a comunidade externa. Assim, no que tange ao presente artigo, será tratado como o futebol, o esporte e o negócio, está sendo utilizado atualmente por alguns países, criticados pelas entidades de defesa dos direitos humanos, para modificar a sua imagem perante o mundo e também irá relembrar alguns precedentes da utilização do *sportswashing* no passado, com destaque

¹⁴⁹ Graduando em Ciências Econômicas pela Universidade Federal do Espírito Santo (UFES), Bolsista pelo Programa de Educação Tutorial (PET Economia UFES/Sesu MEC) e membro do Grupo de Estudos e Pesquisas em Conjuntura do Departamento de Economia da UFES - Subgrupo Nível de Atividade, Política Fiscal e Setor Externo

para a Copa do Mundo de 1978 realizada na Argentina, e da utilização da seleção brasileira em 1970 pelo governo da Ditadura Militar.

PALAVRA-CHAVES: Sportswashing; Futebol; Qatar; Emirados dos Árabes Unidos.

1. INTRODUÇÃO

A Copa do Mundo de futebol masculino é o principal evento esportivo do planeta em termos de visibilidade, em que na edição de 2018, sediada na Rússia, a final do torneio, disputada entre as seleções da França e da Croácia, obteve uma audiência de mais de 1 bilhão de telespectadores, e no total de jogos da edição de 2018 contou com mais de 3 bilhões de pessoas como público de audiência¹. Ademais, na edição de 2022, os dois países que disputaram a final do torneio, Argentina e França, registraram recordes de audiência em seus respectivos países, sendo o jogo na França, de acordo com o jornal francês *L'Equipe*, acompanhado por aproximadamente 30 milhões de pessoas (o que é equivalente a cerca de 50% da população francesa)¹⁵⁰. No Brasil, a rede global, detentora dos direitos de transmissão da Copa do Mundo de 2022 na televisão aberta, obteve excelentes números de audiência, sendo superior a 30 pontos em diversas capitais pelo país. Outrossim, além do grande número de telespectadores que acompanham o torneio, o país anfitrião do evento também recebe milhões de turistas de todo o globo, que viajam com o intuito de acompanhar as suas seleções nacionais e conhecer os pontos turísticos do país-sede. O Qatar, por exemplo, recebeu mais de um milhão de pessoas para acompanhar os jogos da competição. Assim, com tamanho poder midiático, esse torneio é capaz de mostrar ao mundo toda a vasta cultura de um país e atenuar, muitas vezes, as críticas que sofre dos diversos meios de comunicação no exterior.

Deste modo, na atualidade, muitos especialistas estão acusando o Qatar de utilizar o torneio como forma de *sportswashing* (na tradução livre para o português “lavagem do esporte”), que refere-se a organização de um evento esportivo como forma de promoção de um país, visando uma

¹⁵⁰ **Final da Copa do Mundo entre Argentina e França tem a maior audiência da história da TV francesa.** Disponível em:

<<https://ge.globo.com/futebol/selecoes/franca/noticia/2022/12/19/final-da-copa-do-mundo-entre-argentina-e-franca-tem-a-maior-audiencia-da-historia-da-tv-francesa.ghtml>>. Acesso em: 12 out. 2022.

alteração de sua imagem perante o globo. Destarte, o Qatar atualmente é regido por uma monarquia absolutista desde de 1978 (ano no qual conseguiu sua independência do Reino Unido), caracterizado por um governo extremamente autoritário, que, por exemplo, proíbe a criação de partidos políticos, sendo extremamente opressivo contra o seu povo, criando várias normas que hostilizam diversas minorias da população nacional. Nessa conjuntura, esse cenário de opressão pode ser observado de acordo com as ponderações da *Amnesty internacional* (anistia internacional, na tradução para o português), em que a relação entre pessoas do mesmo sexo é proibida, com penas que podem chegar a sete anos de reclusão¹⁵¹. Além disso, de acordo com a Human Rights Watch (Organização dos Direitos Humanos, na tradução livre para o português) há uma censura das mídias sociais por parte do governo, como de conteúdos que expõe a discriminação do governo catare contra os seus cidadãos. Ademais, as mulheres também sofrem com a legislação catare, sendo submetidas a um sistema patriarcal, no qual são submissas aos seus tutores do sexo masculino (país, irmãos, maridos etc), sendo necessária a permissão de uma figura masculina para poderem estudar, trabalhar, casar ou realizar quaisquer outras atividades importantes.

Destarte, o país também enfrenta uma série de acusações de organismos internacionais devido à exploração dos trabalhadores na construção dos estádios para a Copa do Mundo. Nesse sentido, de acordo com um relatório do grupo de direitos humanos Equidem, a construção dos estádios para o torneio resultou em diversas violações contra os direitos trabalhistas dos trabalhadores responsáveis pelas obras, sendo relatados diversos casos de discriminação contra os imigrantes, falta de pagamento de salários mensais aos trabalhadores durante o período de construção e péssimas condições de trabalho (incluindo violências físicas e mentais. Além disso, foi relatado pelos trabalhadores, de acordo com a Equidem, uma falta de inspeções nas obras e também a falta de um plano médico para os operários. Esse cenário caótico resultou em mais de 4 mil mortes durante o torneio¹⁵².

¹⁵¹ **Anistia Internacional aponta para abusos "em escala significativa" no Catar a um mês da Copa.** Disponível em: <<https://ge.globo.com/futebol/copa-do-mundo/noticia/2022/10/20/anistia-internacional-aponta-para-abusos-em-escala-significativa-no-catar-a-um-mes-da-copa.ghtml>>. Acesso em: 14 out. 2022.

¹⁵² **Trabalhadores relatam exploração e morte nas obras para a Copa no Qatar.** Disponível em: <<https://www.uol.com.br/esporte/ultimas-noticias/afp/2022/11/17/trabalhadores-relatam-exploracao-e-morte-nas-obras-para-a-copa-no-qatar.htm>>. Acesso em: 22 out. 2022.

No entanto, esse cenário de opressão vivido no Qatar foi encoberto por um suposto ambiente de diversidade e harmonia durante a realização dos jogos. Na cerimônia de abertura da Copa, por exemplo, que contou com o renomado ator estadunidense Morgan Freeman, foi apresentado que a Copa do Qatar seria um momento para a inclusão entre os torcedores do mundo, não importando raça, cor ou credo entre as pessoas. Em contraste, durante os jogos da competição, foi vetado qualquer protesto sobre as políticas não inclusivas no Qatar por parte dos jogadores das seleções nacionais, sendo proibidas de expressarem suas posições políticas. Além disso, alguns torcedores chegaram a ser abordados pelas autoridades policiais cataras devido ao não cumprimento das rígidas regras impostas no país.

Deste modo, no presente artigo será exposto a influência do *sportswashing* no mercado do futebol global, que teve o seu exemplo mais marcante na recente Copa do Mundo de 2022, e também nas relações internacionais vistas no mundo contemporâneo. Nessa conjuntura, para além do Qatar, será apresentado como outros países do Oriente Médio estão influenciando outros torneios do campeonato mundial, como a *Champions League* (Liga dos Campeões da Europa, na tradução para o português), principal torneio de clubes do continente europeu, e o campeonato inglês de futebol (também conhecido como *Premier League*). Além disso, como forma de mostrar que esse fenômeno já esteve presente na história contemporânea, serão abordados recortes históricos de como o futebol foi utilizado por governos autoritários para moldar a opinião da população mundial sobre seus governos. Assim, irá ser rememorado o exemplo da Argentina, sede da Copa do Mundo de 1978 e que vivia uma Ditadura Militar no período e do Brasil, em que a conquista da Copa do mundo de 1970 foi utilizada pela Ditadura Militar vigente no período para popularizar o regime e moldar a opinião popular a favor do governo.

2. RECORTE HISTÓRICO: A COPA DO MUNDO NA ARGENTINA EM 1978 E A SELEÇÃO BRASILEIRA EM 1970

Apesar do Qatar ser o caso mais emblemático e recente de *sportswashing*, houveram diversos casos históricos do uso do futebol como forma de melhorar a imagem de um país perante o restante do

mundo. Assim, o principal que ocorreu no século XX foi na Copa do Mundo de 1978, sediada na Argentina. No período, o país era governado por uma Ditadura Militar, instaurada no país em 1976, comandada pelo ditador Jorge Rafael Videla. Nesse contexto, de acordo com Gustavo Monteiro Dias, em seu texto "Política e futebol: a Copa do Mundo de 1978"¹⁵³, diversos números negativos demonstram a autoridade do regime perante a sua população.

Os números mostram que durante a ditadura foram assassinadas cerca de 8.000 pessoas, houve o aprisionamento de outras 10.000 pessoas e o desaparecimento de cerca de 15.000 pessoas (DIAS, 2015, p. 31).

Nesse contexto, de acordo com Dias (2015) a escolha da sede da Copa do Mundo de 1978 foi bastante criticada por órgãos de imprensa internacionais no período e suscitou diversas opiniões negativas, dado que o governo argentino era criticado por organismos internacionais devido a violações contra os direitos humanos. Assim, de acordo com o autor, o regime foi responsável por:

Além do COBA, outros veículos também assumiram uma postura contrária a realização da Copa do Mundo na Argentina. Os jornais franceses como Le Monde e o Figaro são exemplos de veículos de comunicação que fizeram fortes denúncias contra o estado ditatorial argentino. Deste modo, não faltaram pretendentes para sediar o torneio: Holanda, Bélgica e até o Brasil que também vivia uma ditadura se ofereceram para organizar a Copa do Mundo de 1978 (DIAS, 2015, p. 32).

Nesse contexto, de acordo com o autor, a escolha política da Argentina para sede da Copa deveu-se à proximidade do presidente da FIFA no período, João Havelange, com o ditador argentino Videla. Desse modo, a ligação entre esses dois presidentes foi responsável pela escolha da sede do torneio ter acontecido na Argentina, como demonstrado por Gustavo Monteiro Dias .

A confirmação da Argentina como sede em 1976, após todas as denúncias, certamente se deve também ao poder que Havelange detinha e pela aproximação que construiu com o ditador Jorge Rafael Videla durante os

¹⁵³ DIAS, Gustavo Monteiro. **Política e Futebol: A Copa do Mundo de 1978 na Argentina**. Disponível em: <https://bdm.unb.br/bitstream/10483/12362/1/2015_GustavoMonteiroDias.pdf>.

anos em que o país se preparou para Copa do Mundo. Na abertura do evento, o presidente da FIFA disse em frente às câmeras de televisão que finalmente o mundo poderia ver a verdadeira imagem da Argentina (DIAS, 2015, p. 34).

Além disso, conforme explicado pelo autor, um dos grandes objetivos da Copa do Mundo de 1978 era melhorar a imagem do país.

Nesta perspectiva dos acontecimentos, o historiador da Universidade de São Paulo, Hilário Franco Júnior, afirma que a Copa do Mundo de 1978, foi um grande projeto político em que a união nacional estabelecida pelo futebol restauraria a imagem do país que estava abalada tanto em seu interior como no exterior. A Copa do Mundo de 1978 era a grande chance para o governo ditatorial criar uma imagem mais positiva e criar uma cortina de fumaça sobre os gravíssimos problemas internos do país. E os militares enxergavam o futebol como um grande elemento para esta mudança (DIAS, 2015, p. 33).

3. AS DITADURAS DOS EMIRADOS DOS ÁRABES UNIDOS E DO QATAR NO MUNDO DO FUTEBOL

O futebol, como um mercado global, está inserido no contexto das relações internacionais entre as nações, e este fato se corrobora com uma peculiaridade do mercado esportivo recente. Atualmente, com o desenvolvimento econômico de países do Oriente Médio, como o Qatar e a Arábia Saudita, devido a exploração de petróleo, diversas empresas dessa região, contando muitas vezes com o apoio econômico governamental, iniciaram um processo de investimento e compra de diversos clubes de futebol no continente europeu. Os casos mais notórios desse processo foram as compras do clube francês Paris Saint Germain, em 2011, e dos clubes ingleses Manchester City, em 2012, e Newcastle, em 2022.

O Paris Saint Germain, ou simplesmente PSG, teve sua compra realizada por um fundo de investimentos, o Qatar Sports Investments (QSI), vinculado à Autoridade de Investimentos do Catar (QIA), uma empresa criada pelo governo catare para impulsionar os investimentos internacionais do país. Nesse contexto, após a compra, o PSG passou de um clube mediano do campeonato francês para um domínio neste campeonato, culminando em diversos títulos nacionais após a chegada dos novos donos. Além disso, o sucesso esportivo também resultou na chegada do time à final da Liga dos Campeões da Europa, no ano de 2020. Ademais, esse sucesso está extremamente intrínseco a chegada de novos jogadores com alto valor de mercado. A título de exemplo, o jogador brasileiro Neymar Júnior, no ano de 2018, foi comprado do Barcelona pela quantia de mais 1 bilhão de reais; o francês Kylian Mbappe foi comprado por aproximadamente 600 milhões de reais, do Monaco; e o argentino Lionel Messi foi adquirido Barcelona sem custo, entretanto, recebe uns dos maiores salários de jogadores de futebol do mundo, de aproximadamente 200 milhões de reais anuais. No entanto, o sucesso esportivo alcançado pelo PSG levanta questões éticas acerca do investimento que o clube vem recebendo para a compra e a manutenção de jogadores de alto calibre.

O capital investido, responsável pelo sucesso esportivo do PSG, em grande parte é originado do Qatar. Contemporaneamente, como mencionado, o governo catare caracteriza-se por ser uma monarquia absolutista, após a sua independência do Reino Unido, em 1973. Nesse contexto, sob a égide do autoritarismo, o governo recebeu diversas denúncias de violações de direitos humanos contra seus cidadãos. A comunidade internacional e diversas organizações em defesa dos direitos humanos acusam o governo catare de violar os direitos humanos, principalmente de homossexuais e mulheres. Desse modo, o sucesso esportivo do PSG ajuda na divulgação benéfica do governo catare, dado que como o futebol é um dos esportes mais assistidos em todo o planeta e jogadores como Neymar, Mbappe e Messi são jogadores e estrelas de renome mundial. Assim, patrocinar o clube francês demonstra uma capacidade do governo do Qatar em alcançar a simpatia de milhões de simpatizantes do futebol.

Outrossim, além do governo do Qatar, a Arábia Saudita (um dos países do Oriente Médio que enriqueceram graças à exploração das áreas petrolíferas em seu território nacional) também

vem utilizando o futebol como ferramenta de melhorar sua imagem perante o mundo. A Arábia Saudita é uma monarquia absolutista, responsável por reprimir duramente a sua população e além disso sofre com diversas denúncias da comunidade internacional sobre a atuação de seus líderes. Nesse sentido, de acordo com um relatório de autoria do gabinete do diretor de Inteligência Nacional Mohammed bin Salman, o príncipe herdeiro da Arábia Saudita, aprovou uma operação em Istambul, na Turquia, para capturar e matar o jornalista saudita Jamal Khashoggi.

Desse modo, como forma de melhorar a imagem do país, a Arábia Saudita comprou diversos clubes do continente europeu para angariar novos adeptos e evitar danificar a sua imagem ainda mais perante o mundo. Assim, em 2022, o investimento mais recente do Fundo de Investimentos Públicos (FPI) da Arábia Saudita, que tem como principal acionista o próprio príncipe herdeiro Mohammed bin Salman, comprou o clube inglês Newcastle por mais de 2 bilhões de reais¹⁵⁴. Esse investimento faz parte do programa da Arábia Saudita de melhorar a sua imagem. Desse modo, o país também investe para ser sede de diversos campeonatos de clubes europeus, como a supercopa da Espanha e a supercopa da Itália. Ademais, o clube de maior sucesso comprado por representantes da Arábia é o Manchester City, que foi adquirido em 2011, por Mansour bin Zayed Al Nahyan, ligado ao príncipe Mohammed bin Salman¹⁵⁵.

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desse modo, é importante ressaltar que o desenvolvimento econômico dos países do Oriente Médio, como o Qatar e a Arábia Saudita, alavancou os investimentos desses respectivos países na indústria esportiva como forma de melhorar a sua imagem internacional, arranhada devido a diversas denúncias de violações dos direitos humanos em relação a sua população. Nesse contexto, a realização da Copa do Mundo de 2022, no Qatar, e a compra de diversos clubes

¹⁵⁴ **Petrodólares, gols e direitos humanos: o dinheiro da Arábia Saudita invade a Premier League.** Disponível em: <<https://brasil.elpais.com/esportes/2021-10-16/petrodolares-gols-e-direitos-humanos-o-dinheiro-da-arabia-saudita-invade-a-premier-league.html>>. Acesso em: 20 out. 2022.

¹⁵⁵ **Quem é o dono do Manchester City? Conheça a história do sheik.** Disponível em: <<https://www.dci.com.br/esporte/futebol/quem-e-o-dono-do-manchester-city-conheca-a-historia-do-sheik/125631/>>. Acesso em: 19 out. 2022.

européus (como o Paris Saint Germain da França, o Manchester City e o Newcastle da Inglaterra) demonstram o poder aquisitivo desses países em usar os torneios relacionados ao futebol para melhorar sua imagem, dado que o futebol além de ser um negócio extremamente rentável comercialmente, também é um desporto capaz de ser acompanhado por milhões de pessoas ao redor do mundo (como visto anteriormente, com a audiência da Copa do Mundo de futebol masculino).

No entanto, é importante lembrar que o *sporstwashing* no futebol não é um processo de origens contemporâneas, mas que remonta ao século XX. Nesse contexto, esse processo remete a Copa do Mundo de 1978 na Argentina, na qual Videla, ditador no país na época, utilizou o torneio para garantir uma boa imagem do país perante o restante do mundo, e melhorar a sua imagem em relação à sua própria população. Da mesma forma, a seleção brasileira após a conquista da Copa do Mundo de 1970 foi utilizada pelo Regime Militar brasileiro como forma de angariar popularidade entre a população.

Portanto, infelizmente, graças ao poder aquisitivo de países como o Qatar e a Arábia Saudita, a sua influência no futebol tende a aumentar nas ligas europeias nos próximos anos. O grande projeto esportivo do PSG é ganhar a Liga dos Campeões da Europa, e para isso continuará a investir em jogadores, na infraestrutura esportiva e na conquista de novos adeptos para as suas arquibancadas. Outrossim, no campeonato inglês de futebol, os clubes ingleses estão se organizando para diminuir a influência de monarquias absolutistas como o Qatar e a Arábia Saudita em seu futebol, entretanto, tal fato geraria prejuízos para a própria liga, o que demonstra que todas as discussões estarão presentes nos próximos tempos.

Conheça seu PET

PET Engenharia Mecânica



Grupo PET Engenharia Mecânica da Universidade Federal do Espírito Santo (UFES) em 2023.

Com o objetivo de melhorar o curso de Engenharia Mecânica, a universidade e a sociedade, foi fundado em 09 de dezembro de 2010, o grupo PET Engenharia Mecânica, inicialmente composto por 6 estudantes e sob tutoria do professor Dr. Geraldo Rossoni Sisquini. Os projetos desenvolvidos têm como base o tripé acadêmico de pesquisa, ensino e extensão, em que cada membro do grupo é livre para produzir alguma atividade relacionada à área de maior afinidade.

Com o passar do tempo, o PET Mecânica foi assumindo posição de grande importância dentro do corpo discente devido, principalmente, à recepção dos calouros, organização de eventos e produção de material, em relação às disciplinas ofertadas para os

estudantes da graduação, para melhor progressão dentro do curso.

Sob essa perspectiva, o grupo possui atividades de ensino através de monitorias e vídeo aulas; pesquisas são realizadas sobre temas variados dentro do âmbito da engenharia como energia limpa, automação, machine learning, além de parcerias externas com laboratórios do curso; na parte de extensão, possuímos projetos com utilização de impressoras 3D, raspberry pi¹⁵⁶, reciclagem, horta automática, dentre outros. As mídias sociais são uma forma de expandir e divulgar os projetos do grupo. Atualmente, o PET Mecânica possui um site, uma página no Instagram e um canal no YouTube. Dando um enfoque maior ao canal, é lá que as vídeo aulas são postadas, além do nosso podcast, intitulado PETcast, que consiste em bate papos sobre temas da engenharia com algum professor do departamento ou um profissional da área.

Além disso, anualmente, durante as férias do primeiro semestre, é realizada a Semana de Atualização e Treinamento em Engenharia (SATE), que consiste na elaboração e oferta de minicursos sobre tópicos de grande relevância

¹⁵⁶ *Raspberry Pi* (RPI) é um conjunto de minicomputadores de placa única. Eles contam com componentes integrados em apenas uma multiplataforma. Para melhor entendimento, o *Raspberry Pi* é, basicamente, um computador em formato de placa, que permite a conexão de periféricos como mouses, teclados e outros dispositivos.

no ramo da engenharia. Dentro do escopo da SATE, são ministradas palestras com profissionais da área sobre assuntos em alta relacionados à engenharia e visitas técnicas às empresas capixabas para mostrar como é a rotina de um(a) engenheiro(a) no mercado de trabalho. Dessa forma, essa ação tem como fito a preparação e auxílio para estudantes que estão realizando o curso ou que pretendam cursá-lo.

Durante a pandemia, o grupo enfrentou dificuldades para a realização de atividades, pois muitas delas necessitavam de ser presenciais, como por exemplo aquelas que envolvem o acesso aos equipamentos na sala, ou que precisem da presença em sala para dar continuidade à confecção dos projetos. Também houve dificuldades em casos como os do Dia PET, Mobiliza PET, InterPET e na SATE, pois, nesses eventos, a interação entre os participantes é de extrema importância e, devido ao distanciamento social, tivemos que nos adaptar e fazer com que o andamento desses projetos fosse feito online.

Atualmente, o PET Mecânica conta com 13 integrantes sob a tutoria do professor Dr. Atílio Barbosa Lourenço e, em 2023, comemora seu 13º ano de fundação.

Agradecemos a atenção e o convite do PET Economia UFES para a realização desta publicação e esperamos nos conhecer cada vez mais e estarmos integralmente conectados para um melhor ambiente dentro da universidade.

Vitória, 20 de maio de 2023.

Abraços Petianos,

PET Engenharia Mecânica.



UNIVERSIDADE FEDERAL
DO ESPÍRITO SANTO